



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA

JOYCE MIRELLA ARAÚJO REBOUÇAS

**ENTRE GOSTOS E SABERES: O OLHAR ADOLESCENTE SOBRE A
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)**

SEROPÉDICA
2026





JOYCE MIRELLA ARAÚJO REBOUÇAS

**ENTRE GOSTOS E SABERES: O OLHAR ADOLESCENTE SOBRE A
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre(a), Área de concentração: Gestão e Estratégia.

Orientador(a): Dra. Flávia Luzia Oliveira da Cunha Galindo

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R292e Rebouças, Joyce Mirella Araujo, 1986-
 Entre Gostos e Saberes: O Olhar Adolescente Sobre a
Alimentação Escolar no Contexto do Programa Nacional
de Alimentação Escolar (PNAE) / Joyce Mirella Araujo
Rebouças. - Seropédica, 2026.
 174 f.

 Orientador: Flávia Luzia Oliveira da Cunha Galindo.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Gestão
e Estratégia, 2026.

 1. Alimentação escolar. 2. Adolescência. 3. PNAE.
4. Consumo Alimentar. I. Galindo, Flávia Luzia
Oliveira da Cunha, 1967-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de
Pós-Graduação em Gestão e Estratégia III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA

JOYCE MIRELLA ARAUJO REBOUÇAS

ENTRE GOSTOS E SABERES: O OLHAR ADOLESCENTE SOBRE A ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR (PNAE)

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre(a) no Programa
de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia, Área
de Concentração em Gestão e Estratégia.

Dissertação aprovada em 18 de maio de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Prof(a). Dr(a). Flavia Luzia Oliveira da Cunha Galindo - Orientador(a) – UFRRJ

Prof(a). Dr(a). Rafael Cunha Ferro - Membro interno – UFRRJ

Prof(a). Dr(a). Luciana Florêncio de Almeida - Membro externo – ESPM

(Assinado digitalmente em 27/05/2026 10:51)
FLAVIA LUZIA OLIVEIRA DA CUNHA GALINDO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptoCA (12.28.01.00.00.00.07)
Matrícula: 00094180

(Assinado digitalmente em 27/05/2026 18:12)
RAFAEL CUNHA FERRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DISS (12.28.01.00.00.00.10)
Matrícula: 0008808

(Assinado digitalmente em 27/05/2026 10:26)
LUCIANA FLORENCIO DE ALMEIDA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 000.000.058-00

A Deus, minha força nos dias difíceis e luz no caminho.

À minha família, meu alicerce e razão de tudo —
a vocês, que me sustentaram, inspiraram e fizeram este sonho possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me sustentado até aqui. Em cada momento de cansaço, dúvida ou fraqueza, foi a Sua força que me manteve de pé. Nada disso seria possível sem a Sua presença constante em minha vida.

Ao meu esposo, Adan, meu parceiro de todas as horas, que caminhou comigo em cada etapa dessa jornada. Agradeço por acreditar em mim quando eu mesma duvidei, por me incentivar, me acolher e me fortalecer. Essa conquista também é sua. Todo o meu amor e minha gratidão.

Aos meus filhos, Giovana e Pedro, que são a razão de tudo. Foi em vocês que encontrei forças nos dias mais difíceis, foi por vocês que segui em frente. Cada esforço, cada renúncia e cada vitória são dedicados a vocês. Que eu possa sempre ser motivo de orgulho. Amo vocês infinitamente.

Aos meus pais, Francisca e Francisco, por todo o amor, cuidado e incentivo ao longo da vida. Mesmo sem terem tido a oportunidade de estudar ou de cursar o ensino superior, sempre fizeram questão de me mostrar o valor da educação, impulsionando-me a seguir por esse caminho, a correr atrás dos meus sonhos e a buscar ser alguém melhor todos os dias. Tudo o que sou hoje carrega muito de vocês. Mesmo com a distância física, nunca me senti sozinha. Em especial, à minha mãe, por suas orações incansáveis, que me fortaleceram e me sustentaram espiritualmente em todos os momentos.

Aos meus colegas de trabalho, que compreenderam minhas ausências e, tantas vezes, assumiram responsabilidades para que eu pudesse continuar.

À professora Flávia, minha orientadora, a “top da quali”, que transformou essa caminhada em algo leve, mesmo nos momentos mais desafiadores. Com sua dedicação, entusiasmo e seu inesquecível “vai dar bom”, ensinou-me muito mais do que pesquisa, ensinou-me a acreditar no processo. E, como sempre dizia, deu bom.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia (PPGE), pelos ensinamentos, pelas trocas e por contribuírem de forma tão significativa para minha formação.

Aos meus familiares e amigos que, mesmo quando distantes, estiveram presentes em pensamento, em palavras de apoio e em gestos de carinho. Cada mensagem, cada incentivo fez diferença nessa caminhada.

Ao IFAM, por possibilitar a realização desta pesquisa e por incentivar o crescimento e a qualificação de seus servidores.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa trajetória, deixo aqui minha mais

profunda gratidão. Essa conquista carrega um pouco de cada um de vocês.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

"A educação, qualquer que seja ela, é
sempre uma teoria do conhecimento posta em
prática." Paulo Freire

RESUMO

REBOUÇAS, Joyce Mirella Araújo. *Entre gostos e saberes: o olhar adolescente sobre a alimentação escolar no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. 2026. 164 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2026.

Problema investigativo: Embora o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assegure a oferta regular de refeições no ambiente escolar, a adesão dos estudantes ao serviço não ocorre de forma homogênea, evidenciando a presença de múltiplos fatores, socioculturais, sensoriais, econômicos e institucionais, que condicionam a aceitação das preparações ofertadas. Tal cenário revela uma lacuna entre a prescrição normativa da alimentação adequada e as práticas efetivas de consumo, especialmente no contexto da adolescência. **Objetivo(s) do estudo:** Elaborar e implementar uma proposta de política institucional para a alimentação escolar do IFAM-CMC, orientada pela centralidade do estudante e pela qualificação do serviço de alimentação escolar. A proposta é original ao dar centralidade à compreensão das percepções, experiências e formas de relação dos estudantes do ensino médio integrado com a alimentação escolar no IFAM-CMC. **Metodologia de pesquisa:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada, com triangulação de dados coletados em documentos oficiais, observação participante e entrevistas semiestruturadas com estudantes. Os dados foram articulados com os referenciais teóricos das áreas de alimentação, cultura e políticas públicas. A análise foi conduzida a partir da técnica de Análise de Conteúdo, possibilitando a identificação de categorias analíticas emergentes sobre: i) a formação do gosto, ii) comensalidade, iii) práticas alimentares e iv) percepção do serviço alimentar no IFAM-CMC. **Delimitação da pesquisa:** O estudo foi delimitado ao contexto do Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Centro (IFAM-CMC), excluindo os demais 17 campi da rede. Contemplou os estudantes do ensino médio integrado, beneficiários do PNAE, focalizando as suas experiências e percepções sobre a alimentação escolar. **Resultados alcançados (impactos):** O desenvolvimento do produto tecnológico, derivado desta dissertação, levou em consideração os assuntos importantes e específicos do IFAM-CMC. Os resultados evidenciaram que a alimentação escolar é vivenciada como prática social coletiva, fortemente influenciada pelas interações entre pares, pelas referências alimentares domésticas e por critérios sensoriais, como sabor, aparência e textura. Observou-se, ainda, que a alimentação escolar assume papel estruturante na permanência estudantil, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, ao mesmo tempo em que se constitui como espaço de construção de identidades e sociabilidades. Foram identificados desafios relacionados à aceitabilidade de determinadas preparações, ao consumo de frutas e hortaliças e à fragilidade de mecanismos institucionais de participação discente, bem como potencialidades vinculadas à valorização da alimentação como direito e instrumento de inclusão social. **Aplicabilidade e/ou replicabilidade:** A pesquisa resultou na elaboração da Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar (PIANE), proposta a ser implementada no IFAM e com potencial de replicação em outros campi e Institutos Federais, ao oferecer diretrizes normativas e operacionais fundamentadas em evidências empíricas e alinhadas às diretrizes do PNAE. **Contribuições práticas e teóricas:** Como contribuição prática, o estudo propõe um instrumento institucional voltado à qualificação da gestão da alimentação escolar, incorporando participação social, educação alimentar e valorização da cultura regional. No campo teórico, amplia a compreensão da alimentação escolar como fenômeno social, cultural e político, articulando comensalidade, formação do gosto e segurança alimentar e nutricional. **Grau de originalidade:** O estudo apresenta caráter inovador ao articular investigação empírica e

proposição normativa, construindo uma política institucional baseada na escuta dos estudantes e na incorporação de dimensões socioculturais frequentemente negligenciadas, contribuindo para práticas mais contextualizadas e participativas.

Palavras-chave: Alimentação Escolar, Adolescência, PNAE, Consumo alimentar.

ABSTRACT

REBOUÇAS, Joyce Mirella Araújo. *Between tastes and knowledge: adolescents' perspectives on school meals within the context of the Brazilian National School Feeding Program (PNAE)*. 2026. 164 p. Dissertation (Master's in Management and Strategy) – Institute of Applied Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, Brazil, 2026.

Investigative problem: Although the Brazilian National School Feeding Program (PNAE) ensures the regular provision of school meals, students' adherence to the service is not homogeneous, revealing the influence of multiple sociocultural, sensory, economic, and institutional factors that shape the acceptance of the meals offered. This scenario highlights a gap between the normative principles of adequate school nutrition and students' actual food consumption practices, particularly during adolescence. **Study objective:** To develop and implement a proposal for an institutional school feeding policy at the Federal Institute of Amazonas – Manaus Centro Campus (IFAM–CMC), guided by a student-centered approach and aimed at improving the quality of the school feeding service. The proposal is original in that it places students' perceptions, experiences, and relationships with school meals at the center of the analysis. **Research methodology:** This study adopted a qualitative, applied research approach, using data triangulation based on official documents, participant observation, and semi-structured interviews with students. The data were interpreted in light of theoretical frameworks from the fields of food and nutrition, culture, and public policy. Content Analysis was employed to identify emerging analytical categories related to: (i) taste formation, (ii) commensality, (iii) eating practices, and (iv) perceptions of the school feeding service at IFAM–CMC. **Research scope:** The study was conducted at the Federal Institute of Amazonas – Manaus Centro Campus (IFAM–CMC), excluding the other 17 campuses of the institution. It focused on integrated upper secondary education students who are beneficiaries of the PNAE, examining their experiences and perceptions regarding school meals. **Results and impacts:** The technological product developed as part of this dissertation was designed considering the specific needs and characteristics of IFAM–CMC. The findings indicate that school meals are experienced as a collective social practice, strongly influenced by peer interactions, family food traditions, and sensory attributes such as taste, appearance, and texture. School feeding also plays a key role in supporting students' retention, particularly among those facing socioeconomic vulnerability, while simultaneously serving as a space for identity construction and social interaction. Challenges were identified regarding the acceptability of certain meal preparations, the consumption of fruits and vegetables, and the limited institutional mechanisms for student participation. At the same time, the study highlighted the potential of school feeding as a social right and an instrument for social inclusion. **Applicability and replicability:** The research resulted in the development of the Institutional School Food and Nutrition Policy (PIANE), proposed for implementation at IFAM and with potential for replication across other campuses and Federal Institutes. The policy provides normative and operational guidelines grounded in empirical evidence and aligned with the principles of the PNAE. **Practical and theoretical contributions:** As a practical contribution, the study proposes an institutional framework aimed at improving school feeding management by incorporating social participation, food and nutrition education, and the appreciation of regional food culture. From a theoretical perspective, it broadens the understanding of school feeding as a social, cultural, and political phenomenon by integrating the concepts of commensality, taste formation, and food and nutrition security. **Degree of originality:** The study is innovative in integrating empirical investigation with normative policy development, resulting in an institutional policy grounded in students' voices and incorporating sociocultural dimensions that are often

overlooked. This approach contributes to more contextualized, participatory, and evidence-based school feeding practices.

Keywords: School Feeding; Adolescence; Brazilian National School Feeding Program (PNAE); Food Consumption.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Alterações do valor da Cesta básica em Manaus no período de estiagem com base nos dados do Instituto Brasileiro de Economia em 2024.....	33
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa com a localização dos <i>campi</i> do IFAM no Amazonas.....	24
Figura 2 - Organograma de Setores ligados à Direção Geral.....	26
Figura 3 - Disposição de setores na Coordenação Multiprofissional de Saúde.....	26
Figura 4 - Disposição da equipe de profissionais que compõem o Gabinete Médico.....	27
Figura 5 - Instrumento Institucional de Pesquisa sobre alimentação para acompanhamento de serviços contratados.....	40
Figura 6 – Filas de alunos no horário de almoço na área externa do refeitório.....	89
Figura 7 - Filas de alunos no horário de almoço na área interna do refeitório.....	89
Figura 8 - Disposição dos alimentos no balcão térmico.....	97
Figura 9 - Refeição servida diariamente, frutas e suco diariamente.....	98
Figura 10 - Preparação regional peixe frito com vatapá de frango.....	102
Figura 11 - Preparação espetinho de frango com linguiça.....	103
Figura 12 - Aluna realizando oração antes da refeição, hábito ou rotina provavelmente familiar, o qual é levado para a escola.....	108
Figura 13 - Balcão térmico com disposição de alimentos durante o almoço.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos alunos participantes da pesquisa.....	79
Quadro 2 - Demonstrativo de Roteiro Semiestruturado.....	82
Quadro 3 - Quadro Analítico Demonstrativo de Categorias e subtemas.....	85
Quadro 4 - Síntese dos principais achados sobre as percepções os estudantes acerca do Serviço de Alimentação Escolar no IFAM.....	87
Quadro 5 - Síntese dos principais achados sobre relação dos estudantes com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	93
Quadro 6 - Síntese dos principais achados sobre a formação do gosto alimentar entre os candidatos.....	99
Quadro 7 - Síntese dos principais achados sobre os fatores que influenciaram a alimentação escolar.....	104
Quadro 8 - Síntese dos principais achados sobre a Educação alimentar e Nutricional no contexto adolescente.....	113
Quadro 9 - Relação entre os achados da pesquisa e as proposições incorporadas à Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar (PIANE/IFAM).....	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAES	Conselhos de Alimentação Escolar
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CGU	Controladoria-Geral da União
CMC	Campus Manaus Centro
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
DAP	Departamento de Administração e Planejamento
DCNTs	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMTI	Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
FGV-IBRE	Fundação Getúlio Vargas - Instituto Brasileiro de Economia
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDR	Ingestão Diária Recomendada
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFAM-CMC	Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Centro
IFES	Instituições Federais de Ensino
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MPF	Ministério Público Federal
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UHT	Ultra-Alta Temperatura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 O PROBLEMA DA PESQUISA.....	23
2.1 O objeto de Pesquisa: IFAM.....	24
2.2 Situação Problema de Pesquisa.....	28
2.3 Pergunta e pesquisa.....	43
2.4 Objetivos da Pesquisa.....	46
2.4.1 Objetivo geral.....	46
2.4.2 Objetivos Intermediários.....	46
2.5 Suposição Inicial.....	47
2.6 Justificativas Práticas e Teóricas.....	48
2.7 Relevância.....	50
2.8 Oportunidade.....	51
2.9 Viabilidade.....	51
2.10 Delimitações do Estudo.....	52
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	53
3.1 O PNAE: Política de Transformação Social, Educacional e Nutricional no Brasil.....	53
3.1.1 Do Marco Legal à Execução: A Trajetória do PNAE e sua Importância na Segurança Alimentar e Nutricional.....	53
3.1.2 Diretrizes do Programa e dificuldades da implementação.....	57
3.2 Consumo Alimentar.....	62
3.3 Alimentação na Adolescência.....	68
3.3.1 Determinantes Sociais, Culturais e Biológicos da Alimentação na Adolescência.....	71
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	75
4.1 Delimitação do Método.....	75
4.2 População do estudo.....	77
4.3 Etapas da pesquisa.....	81
4.4 Princípios éticos.....	83
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	85
5.1 Percepções dos estudantes sobre o serviço de alimentação escolar no IFAM.....	87
5.2 Relação dos estudantes com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	92

5.3 Formação do gosto.....	99
5.4 Fatores que influenciam a alimentação escolar.....	104
5.5 Educação nutricional no contexto adolescente.....	113
6 CONCLUSÃO.....	120
7 PRODUTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO (PTT).....	122
7.1 Identificação do PTT - Categoria normas, política ou marco regulatório.....	124
7.2 Avaliação do PPT segundo os critérios da CAPES.....	125
7.3 Conexão com a pesquisa e critérios de avaliação do PPT.....	126
ANEXO A.....	142
ANEXO I - PPT MODELO DE COMISSÃO INTERNA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CIAE).....	143
ANEXO II - PPT FLUXOGRAMA INSTITUCIONAL DO PNAE NO IFAM.....	144
8 REFERÊNCIAS.....	145
ANEXO B.....	162
ANEXO I - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).....	163
ANEXO II - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	167
ANEXO III - Modelo Termo de Autorização para uso de Imagem ou Voz do Menor.....	169
ANEXO IV - Termo de Anuência da Pesquisa.....	170
ANEXO V - Submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	171
ANEXO VI - Roteiro de entrevista.....	172

1 INTRODUÇÃO

As escolas da Região Amazônica, território rico em expressões culturais resultantes das múltiplas etnias que ali vivem, seguem a política nacional de alimentação imposta em todo o país. Trata-se de uma política pública que assegura a alimentação adequada, com vistas à promoção da saúde, bem como ao acesso e à permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Portanto, a alimentação é fundamental para o funcionamento do sistema educacional brasileiro e para o desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes.

Contudo, pouco se sabe sobre as percepções e as experiências dos discentes em relação à alimentação escolar no contexto amazônico. O estudo busca suprir essa lacuna e analisar a relação entre cultura, aceitação alimentar e políticas públicas, contemplando a agência dos estudantes.

A importância das políticas públicas voltadas à alimentação escolar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é evidenciada por seu papel na garantia do direito à alimentação adequada e na promoção da saúde dos estudantes da educação básica, especialmente dos adolescentes (Froelich *et al.*, 2023; Silva; Muniz, 2022). Para os propósitos desta pesquisa, os impactos de duas políticas públicas serão considerados nas análises, uma vez que ordenam o funcionamento da alimentação para os estudantes brasileiros, a saber:

i) PNAE: o Programa Nacional de Alimentação Escolar, responsável por garantir a oferta regular de refeições aos estudantes da educação básica pública, com foco na promoção da segurança alimentar e nutricional e no desenvolvimento biopsicossocial;

ii) PNAES: o Programa Nacional de Assistência Estudantil, voltado à promoção de condições de permanência dos estudantes no ensino público federal, incluindo ações de apoio à alimentação, à moradia e ao transporte.

Ambos os programas estão diretamente conectados, sobretudo quando tratam a alimentação como dimensão estratégica para o acesso, a permanência e o sucesso escolar. Enquanto o PNAE assegura a oferta da alimentação, o PNAES amplia as condições de permanência estudantil, sendo complementar no enfrentamento das desigualdades educacionais.

No entanto, observa-se que a existência desses ordenamentos jurídicos não garante, por si só, o alcance de seus objetivos. A efetividade dessas políticas depende de sua operacionalização no contexto institucional, o que envolve a articulação entre diferentes setores, recursos e práticas de gestão. Essa complexidade torna-se ainda mais evidente em

contextos como o amazônico, marcado pela diversidade sociocultural e por especificidades alimentares regionais.

Nesse sentido, esta pesquisa parte do entendimento de que há uma lacuna entre a formulação normativa e a implementação prática dessas políticas, especialmente no que se refere à adesão dos estudantes ao serviço de alimentação escolar. Argumenta-se que a efetividade do PNAE não depende apenas da oferta adequada das refeições, mas também de sua aceitação pelos discentes, considerando dimensões sensoriais, culturais e coletivas do comportamento alimentar. Assim, a construção de soluções institucionais demanda estratégias que promovam maior engajamento estudantil, fortalecendo a conexão entre a política pública e o cotidiano dos alunos.

Ao fornecer refeições nutricionalmente equilibradas, o PNAE contribui significativamente para o desenvolvimento físico e cognitivo dos adolescentes, além de constituir-se como um importante mecanismo de combate à insegurança alimentar e nutricional (Kroth; Geremia; Mussio, 2020). Conforme destaca a legislação brasileira, a alimentação escolar integra a política de segurança alimentar e nutricional e deve atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, respeitando a cultura alimentar e promovendo a educação alimentar e nutricional (Brasil, 2009). Nesse sentido, avaliar a percepção dos estudantes acerca da alimentação permite compreender como fatores simbólicos, culturais e institucionais influenciam a adesão ao programa, ampliando as possibilidades de intervenção voltadas à promoção de escolhas alimentares mais saudáveis e sustentáveis entre adolescentes (Nosi *et al.*, 2021; Dix *et al.*, 2021).

O estudo de caso realizado em um Instituto Federal de Ensino, ao longo de dois anos, revelou que os estudantes desconhecem os benefícios do programa, participam pouco ou se envolvem de forma limitada em sua proposta, além de indicar que a gestão da alimentação escolar deve conferir maior ênfase ao contexto local.

Nesse bojo, a adolescência constitui um período crítico do desenvolvimento humano, caracterizado por intensas transformações físicas, emocionais e cognitivas (WHO, 2010; Brasil, 2018). A alimentação desempenha papel fundamental na garantia do crescimento adequado, no desenvolvimento dos sistemas corporais e no bom desempenho escolar e social dos jovens (Indumathi; Sharma; Sanghi, 2024). A ingestão de nutrientes essenciais, como ferro, cálcio, vitaminas e proteínas, torna-se ainda mais relevante diante do aumento das demandas metabólicas próprias da puberdade (SBP, 2019). Além disso, hábitos alimentares saudáveis adquiridos nessa fase tendem a se consolidar ao longo da vida, influenciando a saúde na idade adulta e contribuindo para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como

obesidade, diabetes e hipertensão (Djannah *et al.*, 2023). Assim, estratégias de promoção da alimentação saudável, tanto no ambiente escolar quanto no familiar, tornam-se indispensáveis para o pleno desenvolvimento dos adolescentes (Figuerola-Pina *et al.*, 2021).

No Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Centro (IFAM-CMC), os estudantes do ensino médio integrado têm direito a três refeições diárias. Contudo, avaliações institucionais conduzidas pelo Departamento de Administração e Planejamento (DAP) têm revelado um cenário de baixa aceitação do serviço de alimentação escolar. Reclamações sobre a qualidade dos alimentos, a variedade dos cardápios, a infraestrutura do refeitório e os preços praticados na cantina evidenciam tensões que extrapolam a dimensão técnica do serviço, refletindo também aspectos culturais, simbólicos e de comunicação institucional.

Diante desse contexto, a presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender, de forma aprofundada, as percepções e experiências dos estudantes em relação à alimentação escolar.

A coleta de dados foi realizada entre outubro e novembro de 2025, período de funcionamento regular do restaurante escolar, o que possibilitou a análise do cotidiano alimentar em condições habituais. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com estudantes do ensino médio integrado, com participação voluntária e realizadas em ambiente reservado, assegurando condições adequadas de privacidade e escuta. Os procedimentos éticos seguiram a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, com a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os responsáveis e do Termo de Assentimento para menores de idade. As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e analisadas de forma anônima.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada, orientada à compreensão das percepções e experiências dos estudantes em relação à alimentação escolar. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes do ensino médio integrado do IFAM–CMC, beneficiários do PNAE.

As entrevistas possibilitaram explorar aspectos relacionados às práticas alimentares, preferências, rejeições, experiências de consumo e percepções acerca do serviço de alimentação escolar. Os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, a qual permitiu a organização, a categorização e a interpretação dos discursos, identificando padrões, recorrências e significados atribuídos pelos estudantes à alimentação escolar.

Almeja-se que esta investigação alcance a devida relevância acadêmica, social e institucional, ao contribuir para a qualificação do debate sobre alimentação escolar, a partir da perspectiva dos estudantes, frequentemente pouco envolvidos nos processos decisórios que

impactam sua experiência cotidiana. Afinal, em um contexto marcado pela terceirização dos serviços e por desafios relacionados à aceitação das refeições escolares, os resultados oferecem subsídios para a construção de estratégias mais participativas, sensíveis às especificidades juvenis e orientadas à promoção de mudanças sustentáveis.

Ademais, a investigação fortalece os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e contribui para o aprimoramento das políticas públicas no âmbito das instituições federais de ensino, em consonância com os objetivos do PNAE.

Como será observado, os estudantes tinham muito a dizer sobre o fornecimento de refeições na escola, e as análises do material relativo às suas percepções foram agrupadas em categorias que, em conjunto, espelham as percepções dos estudantes amazonenses, haja vista que a alimentação escolar ultrapassa a dimensão nutricional, tratando-se de um sistema sociocultural complexo, cuja aceitação configura-se como um construto multidimensional. Logo, o trabalho também identificou que os beneficiários do PNAE não conhecem tal política pública, que se apresenta como praticamente “invisível”, apesar de sua relevância, o que sugere a necessidade de ações institucionais voltadas ao aumento de sua conscientização e consequente valorização.

Diante disso, a escuta qualificada dos alunos e a sistematização das evidências empíricas resultaram em uma proposta de política interna de alimentação escolar para o IFAM, com centralidade no estudante, constituída como produto técnico-tecnológico (PTT) desta pesquisa. Tal proposta buscou fortalecer o alinhamento entre a política pública, o ambiente escolar e as necessidades e expectativas da juventude atendida.

O PTT, apresentado como o último capítulo desta dissertação, parte da premissa de que a educação nutricional no contexto adolescente precisa dialogar com o universo sensorial, cultural e experiencial dos estudantes, para além de abordagens prescritivas ou exclusivamente informativas (Dominguez-Riscart *et al.*, 2022). Isto é, segue o modelo CAPES de “Categoria Normas, Políticas ou Marco Regulatório”. Intitula-se “Proposta de Política Institucional de Alimentação Escolar no Instituto Federal do Amazonas (IFAM): PIANE – Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar do Instituto Federal do Amazonas”. Após a defesa, esse documento será formalmente encaminhado à Pró-Reitoria de Ensino e ao Departamento de Assistência Estudantil do IFAM da Reitoria, instâncias responsáveis pela normatização, orientação e acompanhamento da execução do PNAE no âmbito institucional. Esse encaminhamento configura-se como etapa inicial de institucionalização da proposta, possibilitando sua análise, validação e eventual incorporação aos instrumentos normativos da instituição

2 O PROBLEMA DA PESQUISA

Ainda que os ordenamentos jurídicos estadual e nacional sobre a alimentação escolar estejam em vigor, a operacionalização de suas diretrizes não é garantida; portanto, não se pode afirmar que a implementação efetiva dos programas estatais ocorra segundo os seus termos. Com base em dados que revelam uma situação-problema real do setor educacional, este documento apresenta argumentos que preconizam que a efetividade dos programas estatais não depende apenas da operacionalização das leis na oferta de refeições escolares, mas, sobretudo, de sua aceitação e adesão pelos discentes, contemplando gostos individuais e coletivos.

Partindo da premissa de que a alimentação não se circunscreve à observância da condição biológica para o desenvolvimento físico e cognitivo de jovens e adolescentes; trata-se, essencialmente, de prática cultural que afirma e negocia identidades (Indumathi; Sharma; Sanghi, 2024). Desse modo, a descrição da situação-problema inicia-se com a apresentação do IFAM-CMC como lócus da pesquisa, instituição que cumpre as determinações legais de oferta de refeições.

Todavia, a pesquisa revela que os indicadores de sucesso do PNAE na instituição podem ser incrementados a partir da percepção dos alunos beneficiados e de sua participação na melhoria da qualidade da prestação desse serviço fundamental. Nesse contexto, a legislação brasileira não se omitiu ao afirmar que a alimentação escolar integra a política de segurança alimentar e nutricional e deve respeitar a cultura alimentar (Brasil, 2009); entretanto, pouco esclarece sobre como os estudantes podem desenvolver engajamento e cidadania nesses processos.

É sobre essa lacuna, isto é, a compreensão da agência dos estudantes da Amazônia brasileira na oferta de alimentação escolar, considerando a cultura regional, que esta pesquisa foi delineada. Trata-se de um tema pouco explorado, ainda que exista uma miríade de estudos sobre alimentação escolar, os quais atestam a contribuição do PNAE para o desenvolvimento físico e cognitivo dos adolescentes (Kroth; Geremia; Mussio, 2020) ou avaliam a relação entre a percepção dos estudantes e a adesão ao programa (Nosi *et al.*, 2021; Dix *et al.*, 2021).

Diante dessas observações, este trabalho observou a ausência de pesquisas que considerem a perspectiva dos estudantes sobre a alimentação escolar, especialmente na Amazônia. Embora haja literatura sobre o PNAE e seus efeitos nutricionais, verifica-se pouca atenção à aceitação, à experiência e à agência dos adolescentes. Também se identifica uma lacuna na integração entre nutrição, cultura e identidade alimentar.

Outro vazio teórico reside na compreensão da alimentação como prática social e simbólica no contexto escolar. A literatura tende a assumir caráter normativo e técnico, negligenciando dimensões culturais e subjetivas. Infere-se, nesse contexto, que a qualificação do debate sobre alimentação escolar deve incluir a perspectiva dos estudantes, frequentemente pouco envolvidos nos processos decisórios que impactam sua experiência cotidiana.

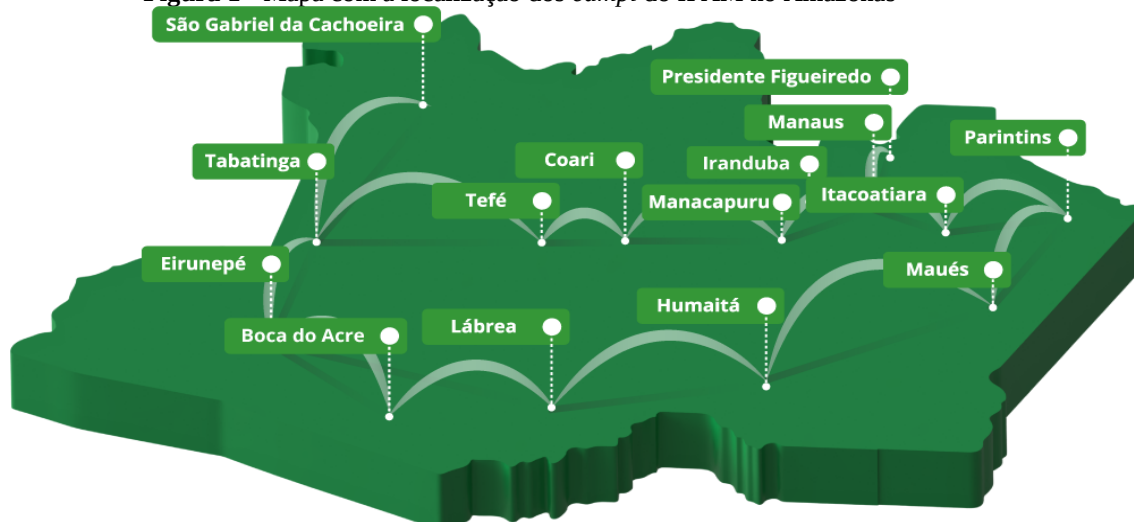
Este foi o propósito da pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM, uma das unidades que compõem a rede federal de educação tecnológica pública, atuando nos pilares de ensino, pesquisa e extensão no estado do Amazonas, Brasil.

2.1 O objeto de Pesquisa: IFAM

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) é uma das unidades que compõem a rede federal de educação tecnológica pública, atuando nos pilares de ensino, pesquisa e extensão no estado do Amazonas. Com a missão de promover uma educação de qualidade, em 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892, que criou, no Brasil, trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em um processo de constante transformação, o IFAM conta, atualmente, com dezessete campi, proporcionando ensino profissional a todas as regiões do estado do Amazonas, a saber: Boca do Acre, Tefé, Iranduba, Coari, Lábrea, Maués, Manacapuru, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Humaitá, Eirunepé e Itacoatiara. No município de Manaus, encontram-se os três campi existentes desde sua criação: o Campus Manaus Zona Leste, o Campus Manaus Distrito Industrial e o Campus Manaus Centro.

Figura 1 - Mapa com a localização dos campi do IFAM no Amazonas



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo IFAM.

O IFAM-CMC tem suas raízes no início do século XX, quando foi fundado como Escola de Aprendizizes Artífices do Amazonas, em 1910. Ao longo dos anos, a instituição passou por diversas transformações, refletindo mudanças nas políticas educacionais e nas demandas sociais e econômicas da região. Em 1937, tornou-se Liceu Industrial de Manaus e, posteriormente, em 1942, foi renomeada como Escola Industrial de Manaus. Com a Lei nº 3.552, de 1959, a escola foi transformada em Escola Técnica Federal do Amazonas, ampliando sua oferta de cursos técnicos e consolidando seu papel na formação profissional no estado.

Em 1999, com a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), a instituição passou a ser denominada CEFET-AM, diversificando ainda mais seus cursos e áreas de atuação. Finalmente, em 2008, com a Lei nº 11.892, foi instituído o IFAM, integrando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Sob a perspectiva dos serviços educacionais, o CMC oferece formação aos estudantes, distribuídos em diferentes níveis de ensino, como graduação, pós-graduação, ensino técnico de nível médio, nas formas integrada e subsequente, e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em Manaus, constitui o campus com o maior número de alunos da rede, caracterizando-se por elevada complexidade, com cerca de 7.130 matrículas no ano de 2023. Esse cenário resulta, igualmente, no maior contingente de servidores para atender a essa demanda, em torno de 417, dos quais aproximadamente 245 são docentes (PDI do IFAM, 2019-2023).

A estrutura organizacional dos Institutos Federais segue a normativa da Lei nº 11.892, de 2008. A Reitoria é o órgão executivo responsável pela administração centralizada do IFAM, à qual todos os campi estão subordinados. Sua estrutura é composta pelo reitor, pró-reitores, diretores sistêmicos e demais setores vinculados a essas instâncias. Cada campus é gerenciado por um diretor-geral e deve, obrigatoriamente, contar com uma Direção de Ensino, garantindo a coordenação e a execução das atividades acadêmicas e administrativas.

Nos campi, os diretores-gerais são eleitos por consulta pública. Devem ser servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos em educação, desde que possuam, no mínimo, cinco anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica. Ligada à essa Direção Geral, têm-se as unidades organizacionais.

Figura 2 - Organograma de Setores ligados à Direção Geral.

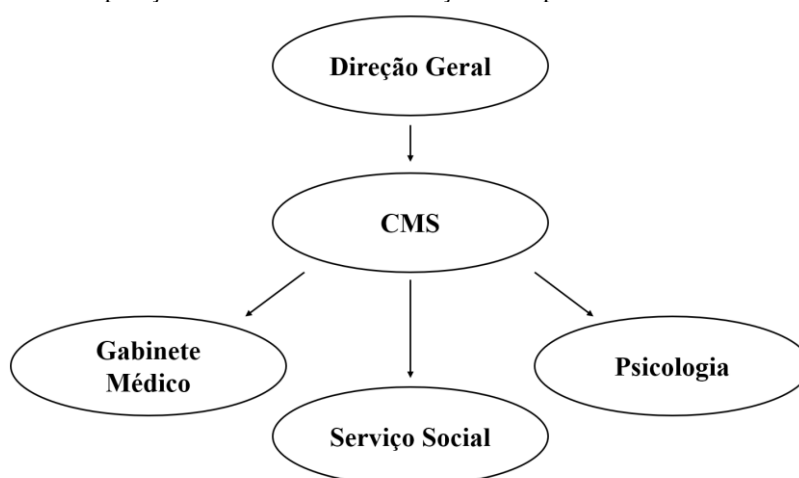


Fonte: Elaboração própria do autor baseado no SIPAC-IFAM.

Este trabalho versa sobre parte das atividades desenvolvidas pela Coordenação Multiprofissional de Saúde, no que concerne às demandas administrativas relativas à prestação de assistência médica, de enfermagem, nutricional, odontológica, psicológica, social, entre outras, nos limites das possibilidades da instituição.

A Coordenação tem como objetivo dar suporte às demandas institucionais por meio de intervenções multidisciplinares de prevenção e promoção da saúde e da cidadania junto aos segmentos da comunidade acadêmica, composta por discentes, docentes e técnicos-administrativos, resguardando os requisitos legais mínimos exigidos para o desenvolvimento das atividades laborais das especialidades, normatizados pelo Ministério da Saúde e pelos respectivos conselhos de classe profissional (IFAM-CMC, 2020).

Figura 3 - Disposição de setores na Coordenação Multiprofissional de Saúde

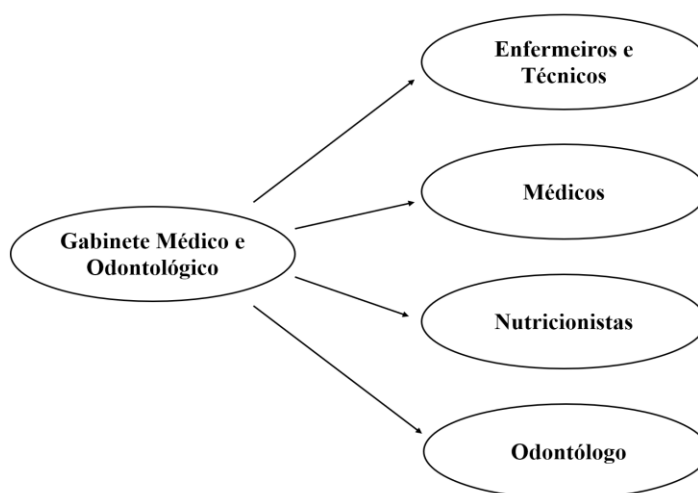


Fonte: Elaboração própria do autor.

Ligado ao Gabinete Médico-Odontológico do IFAM, está o setor de Nutrição, composto por dois profissionais nutricionistas, ao qual compete a responsabilidade pela alimentação dos públicos de interesse da instituição.

As atividades de orientação nutricional são oferecidas aos servidores e aos alunos regularmente matriculados no IFAM-CMC, sendo restritas àqueles que apresentam patologias e deficiências associadas à nutrição. A área de nutrição atua na prevenção e na promoção da saúde por meio de práticas educativas em nutrição.

Figura 4 - Disposição da equipe de profissionais que compõem o Gabinete Médico



Fonte: Elaboração própria do autor.

Vinculado a esse setor, encontra-se o serviço de alimentação ofertado no campus a discentes e servidores. O serviço terceirizado conta com uma equipe formada por um nutricionista, uma supervisora técnica em nutrição, um cozinheiro-chefe, três auxiliares de cozinha, duas copeiras, um açougueiro e dois auxiliares de serviços gerais.

O fornecimento de alimentação ocorre no restaurante do Campus Manaus Centro, no período das 6 (seis) horas da manhã às 20 (vinte) horas. Durante esse intervalo, são servidas as refeições de café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar. Diariamente, são ofertadas cerca de 2.000 (duas mil) refeições aos alunos beneficiados. Nem todos os alunos matriculados podem utilizar o restaurante; apenas aqueles registrados como usuários da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Entre essas refeições, o almoço concentra o maior número de comensais, podendo atingir cerca de 800 (oitocentos) alunos por serviço. O padrão das refeições servidas é do tipo popular/trivial. Nesse modelo de fornecimento, observa-se variedade média, baixo custo e preparações de baixa complexidade, padrão normalmente vinculado às preparações básicas da

alimentação escolar brasileira (Silva *et al.*, 2023). Pelo PNAE, são servidas, diariamente, porções de frutas em todas as refeições, relativas à aquisição por chamada pública, conforme preconiza a legislação do programa (Brasil, 2020).

Tendo sido apresentada, de forma sumária, a organização a ser pesquisada, a situação-problema será exposta na sequência.

2.2 Situação Problema de Pesquisa

Uma importante frente instituída pelas escolas federais é a permanência e o êxito dos estudantes durante o período escolar. Nesse sentido, convém destacar a iniciativa do Governo Federal ao lançar políticas e programas que auxiliam na permanência e no êxito discente, como, por exemplo, aqueles relacionados à dimensão da alimentação escolar. Entre esses, destacam-se o PNAES, que embasa o Programa de Assistência Estudantil (PAE), e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aliada ao PNAE.

Há consenso de que a educação é fundamental, tendo em vista seu papel na promoção do desenvolvimento social, econômico e humano. Uma das formas de combater a insegurança alimentar ocorre por meio da alimentação escolar, conforme descrito no item 3.1 desta dissertação.

A alimentação escolar contribui, também, para o combate à evasão escolar. Considerando esse fator relevante, Coimbra, Silva e Costa (2021) afirmam, em estudo sobre evasão escolar, que as principais causas que contribuem para seu aumento são: i) aspectos financeiros relacionados à vida pessoal ou familiar do estudante; ii) aspectos relacionados à escolha do curso, às expectativas anteriores ao ingresso e ao nível de satisfação com o curso e com a instituição; iii) aspectos interpessoais, como dificuldades de relacionamento com colegas e docentes; iv) aspectos relacionados ao desempenho nas disciplinas e tarefas acadêmicas, tais como índices de aprovação, reprovação e repetência; v) aspectos sociais, como o baixo prestígio social do curso, da profissão e da instituição escolhida; vi) a incompatibilidade entre os horários de estudo e outras atividades, como o trabalho; vii) aspectos familiares, como responsabilidades com filhos e dependentes, bem como o apoio familiar aos estudos; e viii) o baixo nível de motivação e compromisso com o curso.

Nesse conjunto de fatores, as condições materiais de existência, especialmente aquelas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, assumem papel estruturante, uma vez que o acesso regular à alimentação adequada constitui dimensão fundamental para a permanência estudantil.

Nessa perspectiva, a alimentação escolar deixa de ser apenas um suporte complementar e passa a integrar o campo das políticas de permanência, ao incidir diretamente sobre desigualdades socioeconômicas que impactam a continuidade dos estudos. Assim, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal, bem como a conclusão dos respectivos cursos, foi instituído o PNAES, no âmbito do Ministério da Educação.

Ademais, consta explicar que o programa é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2024)

Uma das importantes ações do PNAES é o fornecimento de alimentação nos institutos federais de ensino. Conforme exposto anteriormente, no IFAM-CMC há 1.055 beneficiados por esses programas. Aliado a essa política e com propósitos semelhantes, relacionados à permanência e ao êxito dos estudantes, tendo como foco central a importância da alimentação nesse processo, o PNAE consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal, bem como em entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, escolas confessionais mantidas por entidades sem fins lucrativos e escolas comunitárias conveniadas com os estados, o Distrito Federal e os municípios. Seu objetivo é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Brasil, 2009).

A permanência e o êxito dos estudantes nos diversos níveis de ensino constituem desafios cruciais para o sistema educacional brasileiro, especialmente nas instituições públicas federais de ensino (Cespedes *et al.*, 2021). Nesse contexto, a articulação entre o PNAES e o PNAE revela-se estratégica para assegurar condições que favoreçam tanto a continuidade dos estudos quanto o desempenho acadêmico dos alunos.

O PNAE tem como objetivo assegurar alimentação adequada aos estudantes matriculados na rede pública de ensino básico em todo o Brasil (Brasil, 2020). Esse atendimento abrange creches, com crianças de até três anos de idade, pré-escolas, com alunos entre três e quatro anos, estende-se ao ensino fundamental, com idades entre seis e quatorze anos, ao ensino

médio, com alunos entre quinze e dezoito anos, e à Educação de Jovens e Adultos, a partir dos dezoito anos (Brasil, 2017). Mais adiante neste texto, a delimitação da pesquisa definirá o público a ser investigado.

Aliado ao PNAE na missão de reduzir a evasão escolar e melhorar o rendimento acadêmico, encontra-se o PNAES. Essa política prevê que as instituições federais de ensino promovam ações de assistência estudantil voltadas a estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. Entre suas ações mais relevantes, destaca-se o fornecimento de alimentação (Brasil, 2010), operacionalizado por duas modalidades: repasse direto de recursos ao estudante ou oferta do serviço ao qual o benefício se destina.

Atualmente, no IFAM-CMC, adota-se a segunda modalidade, na qual o benefício alimentação é ofertado por meio de serviço terceirizado no restaurante institucional, garantindo ao estudante acesso ao que propõe a política, bem como a uma alimentação completa e regular durante todo o período letivo. Os alunos beneficiários têm direito a uma refeição diária, compatível com seu horário de aula.

A alimentação escolar, ou merenda escolar, refere-se às refeições oferecidas aos estudantes no ambiente escolar, especialmente durante os intervalos, e está instituída nas escolas públicas do Brasil por meio de programa criado em meados da década de 1950. O cumprimento desse programa garante aos alunos a oferta de, no mínimo, uma refeição diária, podendo chegar a três ou mais ao dia, durante o período de permanência na escola. Atualmente, propõe-se a suprir, parcialmente, entre 30% e 70% das necessidades nutricionais dos escolares (Brasil, 2009).

Contudo, na delimitação desta pesquisa, referente ao caso IFAM, o público investigado será composto apenas por alunos do ensino médio integrado do Campus Manaus Centro (CMC), com idades entre 15 e 18 anos, os quais constituem o maior grupo de beneficiários do PNAE no IFAM, estimado em 800 alunos, o que corresponde a 76% do total de 1.055 beneficiados pela alimentação.

No que diz respeito aos recursos financeiros, o programa realiza transferências com valores *per capita* diferenciados, considerando as diversidades étnicas, as necessidades nutricionais de cada faixa etária, a modalidade de ensino e as condições de vulnerabilidade social.

Atualmente, o repasse federal varia entre R\$ 0,32 por aluno/dia, para a Educação de Jovens e Adultos, e R\$ 2,00 por aluno/dia, para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). As instituições que aderem ao PNAE são responsáveis por complementar os recursos financeiros necessários à implementação do programa (Brasil, 2023).

A complementação orçamentária do PNAE nos Institutos Federais apoia-se em três fontes de recurso: o próprio PNAE, o PNAES e o custeio do campus, este último referente aos recursos utilizados em despesas correntes, como a contratação de serviços. Durante o ano de 2023, foram utilizados cerca de R\$ 2.500.000,00 provenientes dessas três fontes para custear a alimentação no Campus Manaus Centro, o que reforça a importância atribuída à manutenção de uma oferta regular de alimentação aos alunos beneficiários.

Dentre as normas para a execução do programa, relevantes para esta pesquisa, destaca-se que os cardápios devem ser planejados para atender às necessidades nutricionais mínimas, que variam de 20% a 70% da Ingestão Diária Recomendada (IDR), conforme a modalidade de ensino. Isto é, devem ser contempladas as recomendações de energia, carboidratos, proteínas, lipídios, fibras, vitamina A, vitamina C, cálcio, ferro, magnésio e zinco, além de serem ofertadas, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças e não mais que duas porções de doces por semana (Brasil, 2020). Nesse sentido, os cardápios escolares constituem ferramentas centrais na execução do PNAE, uma vez que materializam, na prática, as diretrizes nutricionais e pedagógicas do programa. Nesse sentido, refletem o compromisso com a oferta de uma alimentação saudável, adequada e culturalmente pertinente, conforme preconizam as normativas do PNAE.

No entanto, a simples elaboração de um cardápio nutricionalmente equilibrado não garante, por si só, o cumprimento dos objetivos do programa. Quando o alimento ofertado não é aceito pelos estudantes, seja por questões relacionadas ao sabor, à aparência ou às preferências alimentares, há comprometimento direto da adesão à alimentação escolar, o que inviabiliza o alcance pleno da segurança alimentar e nutricional. Assim, a aceitabilidade dos cardápios torna-se um indicador essencial de eficácia, exigindo constante monitoramento e ajustes, de modo que o cardápio não apenas atenda às exigências técnicas, mas também dialogue com a realidade e os hábitos alimentares dos alunos, promovendo o consumo efetivo das refeições ofertadas (Brasil, 2018).

Com a finalidade de cumprir as exigências governamentais e garantir alimentação de qualidade aos alunos do IFAM, o campus realiza processo de contratação de empresas fornecedoras de refeições de acordo com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em vigor desde 1º de abril de 2021 (Brasil, 2021).

De acordo com essa lei, na modalidade de pregão eletrônico, o julgamento pelo menor preço tem como objetivo selecionar a proposta que represente o menor dispêndio para a

administração, observados os parâmetros mínimos de qualidade definidos em edital, os quais asseguram o atendimento da necessidade que originou a licitação (Brasil, 2021).

A implementação dessa legislação traz desafios significativos para o restaurante terceirizado do CMC no que diz respeito à execução dos cardápios. Ao priorizar a modalidade de pregão eletrônico com julgamento pelo menor preço, impõe-se a necessidade de apresentação da proposta mais econômica, desde que atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital (Brasil, 2021).

Nesse contexto, tal modelo de julgamento gera uma problemática crítica para o serviço terceirizado, ao demandar a compatibilização entre a redução de custos e a garantia de uma alimentação escolar de qualidade, nutricionalmente equilibrada e condizente com os padrões exigidos pelas diretrizes alimentares. Afinal, frequentemente, os parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos no edital não contemplam as variações no custo dos insumos alimentares, os quais sofrem oscilações constantes em decorrência de fatores como sazonalidade, logística e inflação regional. Em suma, esse cenário pode comprometer tanto a execução dos cardápios planejados quanto a satisfação dos usuários.

Um fator crítico que agrava essa situação é a sazonalidade dos produtos alimentícios na região amazônica, a qual sofre variações severas de preços em decorrência das mudanças climáticas, especialmente durante o período de estiagem. Esse aspecto caracteriza-se por um período prolongado com baixa ou nenhuma precipitação, resultando na redução drástica da umidade do solo, não compensada pela quantidade de chuva.

Na Amazônia, onde o clima apresenta duas estações bem definidas ao longo do ano, o verão e o inverno amazônico, a estiagem pode ser agravada por eventos climáticos, como o El Niño. No estado do Amazonas, esse fenômeno é considerado o segundo maior desastre natural, sendo superado apenas pelas inundações, que tendem a atingir grandes extensões e afetar simultaneamente diversos municípios (Defesa Civil AM, 2024).

Esse fenômeno pode ser causado tanto por fatores naturais, como oscilações no regime de chuvas, quanto por ações humanas, como o desmatamento e as queimadas, que alteram o ciclo hidrológico e intensificam a seca. Seus impactos são amplos e afetam diversos setores da sociedade.

No Polo Industrial de Manaus, a estiagem pode resultar na escassez de matéria-prima, na paralisação da produção e na interrupção do escoamento industrial, afetando diretamente a receita estadual e reduzindo os investimentos em serviços públicos.

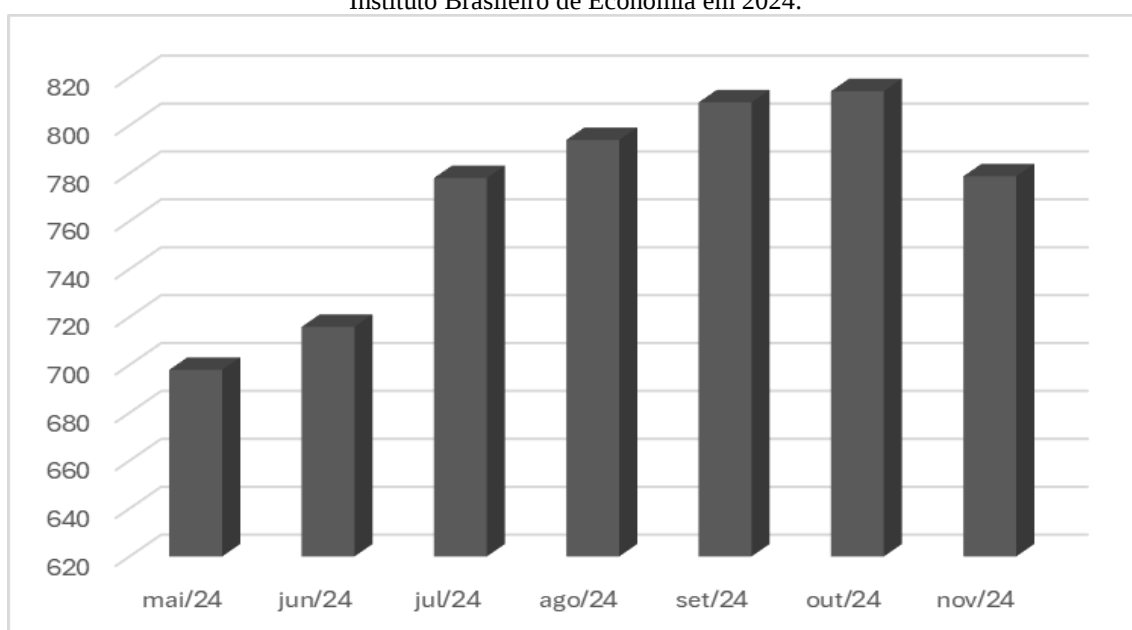
No setor rural, o fenômeno compromete a produção agrícola e o abastecimento de alimentos, impactando comunidades ribeirinhas, que podem enfrentar falta de água potável,

perda de cultivos familiares e isolamento geográfico. Além disso, municípios da calha do Alto Rio Negro podem sofrer com racionamento de energia elétrica, enquanto a paralisação do transporte fluvial prejudica a circulação de pessoas e mercadorias, elevando os preços nos mercados locais. A crise hídrica também pode levar à suspensão do calendário escolar, afetando diretamente a educação em diversas comunidades (Defesa Civil AM, 2023).

Os dados da Fundação Getúlio Vargas, por meio do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), referentes a 2024, apontam aumento expressivo no preço da cesta básica em várias capitais brasileiras, com Manaus destacando-se entre as cidades com maior variação. A FGV IBRE tem como missão pesquisar, analisar e divulgar estatísticas macroeconômicas e estudos econômicos aplicados, fornecendo informações relevantes para a formulação de políticas públicas e para a tomada de decisão no setor privado, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

O gráfico, a seguir, ilustra a variação no preço da cesta básica em Manaus ao longo do ano, evidenciando um padrão de aumento durante o período de estiagem. Observa-se crescimento gradativo a partir de junho, com pico nos meses de setembro e outubro, momento em que os impactos da seca se tornam mais expressivos na logística de abastecimento e nos custos dos alimentos. Isto é, a partir de novembro, os preços passam a apresentar tendência de redução, possivelmente em resposta à normalização do transporte de mercadorias e à melhora na oferta de produtos.

Gráfico 1 - Alterações do valor da Cesta básica em Manaus no período de estiagem com base nos dados do Instituto Brasileiro de Economia em 2024.



Fonte: Elaboração Própria do autor.

De acordo com a Fundação, os dados obtidos em 2024 indicam aumento expressivo no preço dos gêneros alimentícios essenciais nas oito maiores capitais brasileiras, com destaque para o café, em pó e em grãos, que registrou elevação em todas essas localidades.

Em Manaus, o preço desse item sofreu acréscimo de 3,4%. O maior aumento no conjunto de produtos básicos foi observado no feijão, cujo custo se elevou em 3,8% no mês de setembro. O frango apresentou a terceira maior alta, com reajuste de 1,9% em relação a agosto, seguido pela farinha de mandioca, com 1,9%, açúcar, com 1,5%, manteiga, com 1,1%, e massas alimentícias secas, com 0,8%.

No mesmo período, o óleo de cozinha não apresentou variação de preços, mantendo-se estável em relação ao mês anterior. Considerando o acumulado de abril a setembro, o café, em pó e em grãos, foi o item que apresentou maior alta em Manaus, atingindo aumento de 13,4% no período. Em seguida, destacam-se os reajustes no frango, com 11,8%, na manteiga, com 6,5%, no óleo de cozinha, com 3,4%, e no leite Ultra-Alta Temperatura (UHT), com 2%, consolidando-se como os produtos que mais encareceram ao longo do semestre entre as capitais pesquisadas.

O aumento dos preços reflete um cenário econômico complexo, influenciado por fatores como condições climáticas adversas, que impactam diretamente a produção agrícola, elevação dos custos logísticos no transporte de mercadorias e flutuações no mercado de insumos alimentares. Esses elementos resultam em reajustes significativos que comprometem o poder de compra de produtos essenciais à alimentação diária.

Esse contexto representa um desafio adicional para os restaurantes, que precisam cumprir os contratos dentro dos limites orçamentários estabelecidos pelos processos licitatórios. Além disso, a necessidade de manter a qualidade e a diversidade do cardápio, conforme os padrões mínimos exigidos, mesmo diante das oscilações nos preços dos gêneros alimentícios, impõe dificuldade adicional na gestão dos insumos e no equilíbrio financeiro da operação.

Outrossim, o foco no menor preço favorece empresas que apresentam propostas inviáveis a longo prazo, o que pode acarretar problemas como a oferta de refeições de qualidade inferior, a substituição de ingredientes planejados por alternativas mais baratas e inadequações na adaptação a restrições alimentares específicas, como alergias e intolerâncias. Trata-se de uma problemática vivenciada, atualmente, pela gestão do IFAM-CMC.

Convém destacar que, nesse contexto, a gestão financeira constitui um dos maiores desafios na contratação de empresas terceirizadas para o fornecimento de refeições em instituições públicas de ensino. Em outros termos, esse problema manifesta-se, principalmente,

em dois aspectos: o orçamento limitado e os atrasos no pagamento, fatores que afetam diretamente a qualidade do serviço e a capacidade de atendimento às demandas dos alunos.

A contratação de empresas fornecedoras de refeições para instituições é frequentemente limitada por orçamentos públicos restritos, o que pode impactar diretamente a qualidade do serviço prestado. No caso do fornecimento de refeições, a priorização do menor preço em processos licitatórios, muitas vezes, resulta em oferta de qualidade inferior à esperada. Além disso, os atrasos no repasse de verbas por parte das administrações públicas configuram problema recorrente, comprometendo a continuidade e a eficiência do serviço.

As empresas terceirizadas dependem de pagamentos regulares para adquirir insumos, remunerar fornecedores e manter suas operações em funcionamento (Gonçalves; Figueiredo, 2023). Quando esses repasses não ocorrem dentro do prazo, há risco de dificuldades financeiras, o que pode comprometer tanto a oferta quanto a qualidade das refeições disponibilizadas aos alunos. A ausência de fluxo de caixa pode levar à interrupção da prestação do serviço ou à redução de sua qualidade, uma vez que, para lidar com atrasos nos pagamentos, as empresas podem recorrer à diminuição de custos operacionais, o que frequentemente resulta na queda da qualidade das refeições servidas.

Esses problemas financeiros impactam não apenas a operação do restaurante terceirizado, mas também a percepção dos alunos e da comunidade escolar acerca da qualidade do serviço oferecido. A insatisfação com os cardápios e as dificuldades para manter padrões adequados geram reclamações recorrentes por parte dos estudantes, além de, por vezes, demandarem a realização de novas licitações, o que eleva os custos administrativos da instituição.

Convém destacar que o processo licitatório para nova contratação é, em geral, longo, complexo e burocrático, uma vez que envolve o cumprimento de diversas exigências legais e normativas, o que limita o número de empresas aptas e pode ocasionar atrasos na contratação e no início da prestação do serviço. Tais procedimentos, por sua rigidez, dificultam ajustes contratuais destinados a atender necessidades específicas dos alunos, inviabilizando mudanças que poderiam impactar diretamente a satisfação com o serviço de alimentação.

Conciliar as diretrizes do PNAE com os limites orçamentários e com os trâmites burocráticos inerentes à contratação de serviços terceirizados de alimentação tem se mostrado um desafio significativo para as instituições federais de ensino, como é o caso do CMC. Nesse contexto, a gestão enfrenta uma tensão constante entre o cumprimento das normativas legais e o atendimento às demandas dos estudantes, que expressam insatisfação com o cardápio, a qualidade ou a variedade das refeições.

Essas reclamações, ainda que legítimas, nem sempre podem ser solucionadas de forma imediata, visto que alterações no serviço contratual exigem justificativas formais, celebração de aditivos contratuais ou, até mesmo, a realização de nova licitação. Desse modo, as instituições veem-se diante de um dilema: assegurar o cumprimento das obrigações legais e contratuais e, simultaneamente, preservar a confiança e o bem-estar dos alunos, protagonistas desse serviço essencial.

Uma das dificuldades recorrentes enfrentadas pela fiscalização técnica no restaurante terceirizado consiste na manutenção de padrões elevados de higiene e qualidade ao longo do contrato. Embora as exigências iniciais estipulem critérios rigorosos para garantir a segurança alimentar e a satisfação dos alunos, a fiscalização frequentemente se depara com desafios na verificação e no cumprimento contínuo desses padrões. Apesar dos cuidados adotados, há registros de surtos alimentares associados a falhas nos processos de manipulação e armazenamento de alimentos.

Um exemplo dessa problemática ocorreu no CMC, em outubro de 2024, quando foi registrado um surto de intoxicação alimentar, decorrente de possível contaminação microbiológica dos alimentos servidos pelo restaurante terceirizado. O incidente resultou em quatro alunos afetados, atendidos pelo Gabinete Médico, conforme registro da equipe de fiscalização, e levou à formalização de denúncia, seguida de inspeção da Vigilância Sanitária no estabelecimento. Situações dessa natureza ressaltam a importância do monitoramento contínuo e da adoção de medidas preventivas rigorosas, assegurando o cumprimento das normas sanitárias ao longo de toda a vigência do contrato, a fim de minimizar riscos e garantir a segurança alimentar dos estudantes.

Com o passar do tempo, observa-se, com frequência, que a qualidade dos alimentos e as práticas de higiene tendem a sofrer declínio, seja em razão da rotatividade de funcionários, do descumprimento de normas por parte da equipe do restaurante ou da ausência de treinamentos contínuos. Ademais, a fiscalização, por vezes, enfrenta limitações estruturais, como a falta de equipamentos adequados para o armazenamento de alimentos ou problemas na logística de transporte, especialmente em regiões com condições ambientais e climáticas adversas.

A inspeção realizada pela Vigilância Sanitária no restaurante terceirizado do CMC, motivada pelo surto de intoxicação alimentar registrado em outubro de 2024, revelou diversas inadequações higiênico-sanitárias que comprometem a qualidade e a segurança alimentar dos estudantes. Entre as principais exigências da fiscalização, destacam-se irregularidades

estruturais, falhas no armazenamento e na manipulação dos alimentos, além da ausência de documentação essencial para a garantia das boas práticas de segurança alimentar.

Os problemas críticos evidenciados reforçam a necessidade de ações corretivas imediatas e de longo prazo para assegurar a qualidade do serviço prestado. Um serviço terceirizado de alimentação deve seguir rigorosos padrões de higiene e segurança, uma vez que qualquer falha na manipulação ou conservação dos alimentos pode resultar em sérias consequências para a saúde dos consumidores. Nesse sentido, para garantir um serviço de alimentação de qualidade, é imprescindível que as empresas terceirizadas cumpram integralmente as normas sanitárias e promovam melhorias estruturais contínuas.

Além disso, a capacitação dos funcionários, a adoção de práticas rigorosas de monitoramento e a manutenção da transparência na fiscalização constituem fatores fundamentais para assegurar a segurança alimentar e o bem-estar dos estudantes. O não cumprimento dessas exigências compromete não apenas a qualidade do serviço, mas também a credibilidade da instituição e a saúde da comunidade escolar.

Outro ponto crítico reside na dificuldade de monitorar, de forma eficaz, o cumprimento diário das normas, em razão da escassez de recursos humanos para a realização de inspeções frequentes e detalhadas. Essa situação pode acarretar riscos à saúde dos alunos e gerar insatisfações relacionadas à qualidade das refeições, comprometendo a percepção geral do serviço e o atendimento às exigências contratuais.

Em outros termos, essa limitação na realização de inspeções eficientes reflete fragilidade no sistema de fiscalização, o que contribui para a formação de um ciclo de comprometimento da qualidade das refeições e da confiança na execução do programa.

Apesar das diretrizes rigorosas estabelecidas pelo PNAE, as restrições estruturais e financeiras das instituições de ensino e dos restaurantes terceirizados dificultam a implementação plena das normas. Essa lacuna entre a teoria e a prática do PNAE resulta em cenário no qual as partes envolvidas, gestores, prestadores de serviço e alunos, enfrentam desafios significativos para atender às expectativas de qualidade e às exigências contratuais, comprometendo a efetividade do programa.

Nesse contexto, o PNAE estabelece parâmetros técnicos e nutricionais específicos, que visam garantir a segurança alimentar e o direito à alimentação adequada dos estudantes. Contudo, a realidade institucional revela uma complexa tríade de desafios, envolvendo a gestão escolar, o restaurante terceirizado e os alunos usuários do serviço.

A gestão, por sua vez, necessita cumprir as normativas do programa e os compromissos contratuais, mas enfrenta restrições orçamentárias severas, processos licitatórios rígidos e

limitações legais para alterar cláusulas contratuais após a contratação, de um lado. Por outro, os restaurantes terceirizados operam sob margens financeiras estreitas e nem sempre conseguem manter a qualidade e a variedade esperadas, priorizando, por vezes, o cumprimento mínimo do contrato em detrimento da experiência do usuário.

Nesse cenário, os estudantes, especialmente os do ensino médio integrado, que dependem do restaurante no cotidiano escolar, acabam sendo os principais afetados, expressando insatisfação com os cardápios e com aspectos relacionados ao serviço de alimentação. Suas reclamações esbarram em um sistema burocrático, no qual as possibilidades de resposta da gestão são limitadas, o prestador atua sob rigidez contratual, e o espaço de escuta ativa ainda se mostra frágil ou pouco institucionalizado. O resultado é um ciclo de insatisfação difícil de ser superado sem uma articulação mais estratégica entre as três dimensões dessa relação.

Ademais, consta registrar que o grupo beneficiado, composto por alunos do ensino médio integrado da rede federal de ensino, permanece na escola durante todo o período diurno, o que exige uma estrutura adequada para atender às suas necessidades educacionais e nutricionais. Trata-se, majoritariamente, de adolescentes com idades entre 15 e 19 anos, que passam grande parte do dia envolvidos em atividades pedagógicas, esportivas e culturais, além das aulas regulares.

Dada a carga horária ampliada, a alimentação oferecida a esses estudantes desempenha papel fundamental na garantia de energia, concentração e bem-estar ao longo do dia. Para atender a essas demandas, o cardápio deve ser nutricionalmente balanceado, contemplando café da manhã, almoço e lanches distribuídos em diferentes momentos, conforme as recomendações do PNAE.

Consta explicar que o programa estabelece que a alimentação oferecida deve suprir cerca de 70% das necessidades nutricionais diárias dos alunos em período integral, assegurando dieta adequada ao desenvolvimento físico e cognitivo (Brasil, 2010). Além de fornecer nutrientes essenciais, a alimentação escolar também influencia a aprendizagem e o desempenho acadêmico, ao reduzir a fadiga e o déficit de atenção durante as atividades. O serviço de alimentação deve considerar as necessidades específicas dos estudantes, incluindo restrições alimentares, hábitos regionais e princípios de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Brasil, 2009).

Com efeito, no campus CMC, os alunos do ensino médio integrado recebem três refeições diárias, café da manhã, almoço e lanche da tarde, o que garante a oferta nutricional necessária ao longo do período em que permanecem na instituição, em conformidade com as

determinações do programa de alimentação, de segunda a sexta-feira, ao longo de 200 dias letivos por ano. Esse grupo representa a maior parcela do público atendido pelo PNAE no campus, constituindo-se como o principal foco das políticas de alimentação escolar. Entre as refeições fornecidas, o almoço é aquele que registra o maior volume de atendimentos, sendo também o que concentra os principais desafios relacionados às queixas dos alunos, em razão da prestação do serviço de alimentação.

Em 2024, o setor de Nutrição recebeu volume significativo de queixas, relacionadas, principalmente, ao cardápio oferecido pelo restaurante terceirizado. Foram registradas 48 manifestações formais, encaminhadas por diferentes canais, como memorandos, treze registros, ouvidoria, oito registros, e e-mails institucionais, vinte e sete registros, além de reclamações verbais realizadas quase diariamente, sobretudo às nutricionistas da coordenação. A insatisfação com a alimentação também constituiu pauta recorrente em reuniões com a gestão, representantes da empresa terceirizada e nutricionistas, bem como nos conselhos de classe realizados ao final de cada semestre.

O DAP do CMC realiza, de forma rotineira e conforme previsto nos contratos vigentes, avaliações institucionais voltadas à análise da percepção dos usuários sobre os serviços prestados. Entre essas ações, destaca-se a aplicação de questionário eletrônico, disponibilizado no ambiente virtual do SIGAA, ao qual os estudantes têm acesso para resposta periódica. Um dos blocos do instrumento é dedicado especificamente ao serviço de alimentação escolar, permitindo aos respondentes avaliar aspectos como a qualidade do cardápio, as condições de higiene, o atendimento prestado e o nível geral de satisfação com o serviço, conforme descrito a seguir.

Figura 5 - Instrumento Institucional de Pesquisa sobre alimentação para acompanhamento de serviços contratados

124, 13:20 Sistema de Administração dos Sistemas



**INSTITUTO FEDERAL
AMAZONAS**

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS SISTEMAS

EMITIDO EM 27/05/2024 13:21



RELATÓRIO DE QUANTIDADE DE RESPOSTAS POR ALTERNATIVA

Título do Questionário: Avaliação dos Serviços do IFAM CMC 2024-1
Dirigido ao Grupo: ALUNOS GRADUACAO E TECNICOS CMC
Período de Aplicação: 15/05/2024 à 28/05/2024
Total Respondidos/Grupo: 645 / 4586

1. Qual seu grau de satisfação com as refeições servidas no restaurante/lanchonete (sabor, apresentação)?	
(a) Muito bom	
(b) Bom	
(c) Regular	
(d) Ruim	
(e) Muito Ruim	
2. Qual seu grau de satisfação com as refeições servidas no restaurante/lanchonete (quantidade, valor)?	
(a) Muito bom	
(b) Bom	
(c) Regular	
(d) Ruim	
(e) Muito Ruim	
4. Qual seu grau de satisfação com o serviço de limpeza e asseio do Campus?	
(a) Muito bom	
(b) Bom	
(c) Regular	
(d) Ruim	
(e) Muito Ruim	
5. Qual seu grau de satisfação com o atendimento da Cozinha Comunal do Campus?	
(a) Muito bom	
(b) Bom	
(c) Regular	
(d) Ruim	
(e) Muito Ruim	

Fonte: Departamento de Administração e Planejamento CMC.

Essas pesquisas têm como finalidade avaliar o serviço de alimentação escolar de forma abrangente, identificando o nível de aceitação dos cardápios, a qualidade do atendimento e os principais pontos críticos que demandam aprimoramento, com vistas a proporcionar experiência mais satisfatória aos estudantes.

Os resultados obtidos servem como subsídio para ajustes e melhorias no serviço, sempre que identificadas necessidades concretas. No ano de 2024, entre os 816 estudantes do ensino médio integrado convidados a participar, 645 alunos, o equivalente a 79% do total, responderam voluntariamente ao questionário eletrônico disponibilizado no ambiente virtual.

Os dados coletados foram analisados com o objetivo de identificar padrões de satisfação, insatisfação e sugestões de melhoria relacionadas à alimentação escolar. E a utilização de questionários on-line, desenvolvidos pelo DAP, possibilitou amplo alcance, agilidade na

sistematização das respostas, viabilidade operacional em curto prazo e garantia da confidencialidade dos participantes.

Os resultados da pesquisa de opinião indicam percepção majoritariamente positiva, porém com pontos críticos relevantes. Em relação ao sabor e à apresentação das refeições, 49,77% dos estudantes avaliaram a alimentação como boa ou muito boa, enquanto 14,11% demonstraram insatisfação. Isto é, a análise da relação entre quantidade ofertada e preço evidenciou preocupações quanto ao custo percebido, reforçadas pelas respostas qualitativas, de um lado. Por outro, a limpeza e a organização do ambiente foram bem avaliadas por 75,19% dos respondentes, com apenas 6,67% de avaliações negativas.

Por conseguinte, a análise das respostas abertas revelou cinco categorias principais de insatisfação: qualidade da comida, com relatos de preparo inadequado e problemas de higiene; preços elevados, considerados incompatíveis com a realidade estudantil; quantidade insuficiente, com queixas de limitação e demora na reposição; pouca variedade no cardápio; e questões de infraestrutura e organização do espaço.

Entre as principais sugestões, destacam-se a redução dos preços, a melhoria da qualidade dos alimentos, a diversificação do cardápio, a ampliação do acesso à alimentação para todos os estudantes, a disponibilização do cardápio em formato digital e, em alguns casos, a substituição do fornecedor. Esses achados evidenciam que, embora haja aspectos bem avaliados, persistem fragilidades estruturais e operacionais que impactam diretamente a experiência alimentar dos estudantes.

Em 2025, foi realizada nova pesquisa de opinião com os estudantes do ensino médio integrado do IFAM-CMC, aplicada por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), com questões abertas e fechadas.

A pesquisa contou com a participação de 486 estudantes, de um total de 931, evidenciando elevada taxa de adesão. Os resultados indicam que 80,66% dos alunos afirmaram consumir a alimentação escolar, sendo que 57,20% faz cinco dias por semana, com predominância do consumo no almoço, 68,52%.

Apesar da ampla adesão, apenas 16,67% declararam gostar de todas as preparações, enquanto a maioria, 63,37%, afirmou gostar apenas de algumas, sinalizando aceitação parcial do serviço. Em relação à qualidade operacional, a temperatura dos alimentos foi considerada adequada apenas em parte do tempo pela maioria dos respondentes, 52,47%, e a quantidade foi avaliada como suficiente por 67,08%, embora 22,02% a considerem insuficiente.

No que se refere à infraestrutura e à organização do serviço, 63,58% dos estudantes consideraram o ambiente confortável; contudo, 36,42% relataram desconforto, associado,

principalmente, ao barulho, à falta de assentos e às condições de higiene. A formação de filas também se destacou como problema relevante, sendo apontada por 73,46% dos respondentes como fator de demora na distribuição das refeições. Além disso, observou-se forte presença da cantina como alternativa alimentar, com 60,49% dos estudantes relatando realizar compras no local, muitas vezes motivados pela não aceitação da refeição ofertada no dia. Esses resultados evidenciam que, embora haja adesão significativa ao programa, persistem limitações relacionadas à qualidade percebida, à infraestrutura e à experiência do usuário, aspectos que impactam diretamente o consumo e a relação dos estudantes com a alimentação escolar.

As sugestões apresentadas pelos estudantes evidenciam demandas por maior equidade, participação ativa e sensibilidade cultural no serviço de alimentação escolar, dimensões que dialogam diretamente com os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e com as orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014).

Nesse contexto, a escuta qualificada dos estudantes e a incorporação de suas percepções ao planejamento institucional configuram-se como elementos essenciais para a construção de estratégias mais aderentes às realidades socioculturais do público atendido. Assim, compreender os estudantes como sujeitos sociais ativos, dotados de agência, identidade cultural e expectativas legítimas, torna-se fundamental para o aprimoramento do serviço de alimentação escolar e para o fortalecimento do vínculo entre a instituição e a comunidade discente.

Entretanto, observa-se limitação relevante nos processos avaliativos institucionais, especialmente no que se refere à demora na obtenção dos resultados e na implementação de mudanças, sobretudo considerando que o cardápio figura entre os principais fatores de insatisfação apontados pelos estudantes, aspectos relacionados ao sabor, à variedade e à qualidade das preparações podem persistir por longos períodos até serem identificados e ajustados, gerando insatisfações acumuladas. Além disso, as críticas dirigidas ao cardápio frequentemente refletem percepções mais amplas sobre o serviço, envolvendo também condições de infraestrutura, organização do ambiente e aspectos relacionados à higiene e ao atendimento.

Nesse sentido, a avaliação da percepção dos estudantes em relação à alimentação escolar assume papel estratégico, ao permitir identificar fatores que influenciam a aceitação ou a rejeição das refeições. Tal compreensão possibilita não apenas o entendimento de suas necessidades reais, mas também o fortalecimento das relações institucionais, ao reconhecer e valorizar as experiências e expectativas dos estudantes. Logo, partindo da premissa de que a especificidade do contexto do IFAM-CMC, bem como os desafios associados à operacionalização do PNAE na região Norte, torna-se necessário, e é pontual aprofundar a

análise dessas percepções como subsídio para a construção de documento orientador que incorpore a perspectiva discente e contribua para o aprimoramento das práticas institucionais.

2.3 Pergunta de pesquisa

A trajetória de diversos Institutos Federais (IF) no Brasil evidencia a construção de normativas internas destinadas a regulamentar e fortalecer a política de alimentação escolar no âmbito dessas instituições de ensino. Essas normativas encontram-se dispostas em diferentes documentos institucionais, dentre os quais se destacam:

- a Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2014, do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC);
- a Instrução Normativa nº 21/2024 – PRENAE/Reitoria do Instituto Federal do Maranhão (IFMA);
- a Resolução nº 23, de 28 de maio de 2025, do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG);
- instrumentos como o Manual de Gestão e Execução do PNAE do Instituto Federal da Paraíba (IFPB);
- minutas em elaboração em outros institutos, como o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT).

Em comum, esses documentos revelam que diversos Institutos Federais buscam alinhar a política nacional de alimentação escolar às especificidades do ambiente institucional, adaptando-a para garantir maior clareza normativa, eficiência administrativa e fortalecimento das ações de promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional.

Nesse contexto, torna-se necessário desenvolver novas políticas públicas e ações intra e intersetoriais que tenham como finalidade ampliar a conscientização, a corresponsabilidade, a autonomia e o protagonismo de servidores e estudantes na construção de uma cultura de valorização da saúde. Logo, infere-se que, sem o engajamento do público interno dos Institutos Federais, as instruções normativas e demais modalidades de regulamentação interna voltadas à implementação do PNAE podem perder a eficácia necessária.

Ademais, entende-se que tais políticas devem, essencialmente, propiciar ambiente que estimule, apoie e proteja padrões saudáveis de alimentação, corroborando a promoção da alimentação adequada no espaço escolar e institucional. Além disso, devem promover a segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, para a melhoria do rendimento escolar e para a formação de práticas

alimentares saudáveis. Em suma, esse processo deve ocorrer por meio da oferta regular de refeições adequadas e equilibradas, que atendam às necessidades nutricionais dos discentes durante o período letivo, em consonância com as diretrizes e o objetivo central do PNAE (Brasil, 2009).

Diante dessas observações, apreende-se ainda que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAM (2019-2023) reconhece, entre suas diretrizes de políticas de atendimento ao discente, a relevância do PNAE. Contudo, até o momento, não foram instituídas comissões permanentes, normativas ou regulamentações internas capazes de orientar a gestão e a execução da política de alimentação escolar no âmbito institucional. Portanto, a ausência dessa estrutura fragiliza a implementação efetiva do programa, dificultando o acompanhamento sistemático, a definição de responsabilidades e a integração entre os diferentes setores envolvidos (PDI-IFAM, 2019-2023).

A criação de uma política interna de alimentação escolar no IFAM é de suma importância, sobretudo quando se consideram a complexidade e as particularidades da região amazônica. A diversidade cultural, fortemente marcada pela presença indígena e negra (Rolim; Andrade, 2022), deve ser respeitada na definição dos cardápios, de modo a valorizar o regionalismo alimentar e integrar práticas tradicionais às diretrizes nutricionais do PNAE.

Além disso, aspectos relacionados ao clima e à logística de transporte de alimentos impõem desafios adicionais, o que torna imprescindível a existência de normativa institucional específica, capaz de orientar os gestores no planejamento, na aquisição de gêneros alimentícios e na execução do programa (Matarezio Filho; Pedroza, 2024). Assim, a instituição de política própria no IFAM não apenas se alinha ao que já vem sendo desenvolvido em outros Institutos Federais, como IFSC, IFMA, IFMG, IFPB, IF Goiano e IFMT, mas também representa passo fundamental para assegurar a promoção da saúde, a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento biopsicossocial dos discentes.

Trata-se de medida que fortalece a permanência estudantil (Brasil, 2024) e contribui para a efetividade do PNAE (Brasil, 2009), ao adaptá-lo às especificidades amazônicas e consolidar o compromisso institucional com formação integral e inclusiva. Nesse sentido, essa preocupação com a alimentação escolar na Amazônia evidencia problemas históricos relacionados à oferta e à qualidade dos alimentos destinados às comunidades locais, sobretudo às populações indígenas.

Por seu turno, a Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM registra que, nos últimos anos, foram instaurados diversos inquéritos civis e recebidas inúmeras denúncias sobre ausência ou insuficiência da merenda escolar em terras indígenas, revelando que, em muitos

casos, quando há entrega dos alimentos, estes não correspondem aos hábitos culturais e alimentares das comunidades. Essa inadequação, associada ao fornecimento de produtos industrializados ou alheios às práticas tradicionais, tem provocado impactos significativos, como a recusa alimentar por crianças indígenas, o aumento de doenças crônicas, o acúmulo de resíduos não orgânicos e o enfraquecimento das práticas de cultivo e produção locais (Silva; Pires; Oliveira, 2023). Soma-se a esse cenário a questão logística, uma vez que o transporte de alimentos industrializados para áreas de difícil acesso eleva os custos a patamares até cinco vezes superiores ao valor do próprio alimento, além de acarretar impactos ambientais decorrentes do uso intensivo de combustíveis no transporte fluvial (MPF-AM, 2017).

O documento também ressalta a existência de mecanismos legais já consolidados, como o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que preveem a aplicação mínima de 30% dos recursos na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, com prioridade para povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas. Tais dispositivos buscam não apenas garantir a oferta regular da merenda escolar, mas também fomentar a produção local, respeitar hábitos alimentares e preservar tradições culturais, tornando a política pública mais efetiva no contexto amazônico (MPF-AM, 2017).

Dessa forma, cabe a cada órgão envolvido, seja ele de âmbito federal, estadual ou municipal, adotar medidas compatíveis com suas competências e particularidades, assegurando que a alimentação escolar seja planejada e executada de maneira adequada às realidades locais. Isso implica considerar os aspectos culturais, geográficos e logísticos que caracterizam a Amazônia, de modo que a merenda escolar seja aceita pelas comunidades e cumpra seu objetivo fundamental de promover saúde, segurança alimentar e permanência estudantil.

Cumpra ainda esclarecer que, dentro das limitações e dos desafios impostos pela região, torna-se essencial que os gestores públicos fortaleçam estratégias de valorização da produção local, ampliem a compra direta de alimentos oriundos das próprias comunidades indígenas e priorizem soluções que combinem eficiência administrativa, sustentabilidade ambiental e respeito às tradições culturais.

Nesse contexto, compreender os alunos e suas necessidades como principais atores da política de alimentação escolar é de extrema importância para o seu êxito. A efetividade do PNAE não depende apenas da oferta de refeições, mas, sobretudo, de sua aceitação e adesão pelos discentes. Nesse sentido, torna-se imprescindível o desenvolvimento de estratégias que promovam maior engajamento estudantil, fortalecendo o vínculo entre a política pública e o cotidiano dos alunos. Assim sendo, essas estratégias devem contemplar ações de educação alimentar e nutricional adaptadas à realidade amazônica, de modo a valorizar os saberes

tradicionais, o regionalismo alimentar e a diversidade cultural marcada por influências indígenas e afrodescendentes. Além disso, é necessário incentivar a participação dos discentes em espaços de diálogo e de construção coletiva, seja por meio de comissões, conselhos ou consultas regulares, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas no planejamento da política interna de alimentação escolar.

Ao colocar os estudantes no centro do processo, a política de alimentação escolar do IFAM poderá não apenas cumprir sua função de suprir necessidades nutricionais durante o período letivo, mas também atuar como instrumento de promoção da saúde, de inclusão social e de formação de práticas alimentares saudáveis e conscientes, consolidando os objetivos do PNAE no contexto das particularidades amazônicas.

Com base nessas considerações, que explicitam um problema de pesquisa no âmbito da ausência de engajamento dos estudantes com a alimentação escolar do IFAM, torna-se necessário propor uma política interna de alimentação escolar que lhes atribua centralidade, promovendo sua participação ativa. Para esse objetivo, a proposta pode ser construída e implementada com vistas ao engajamento dos públicos, a fim de que ocorram as mudanças necessárias. Dessa forma, pode-se formular a seguinte pergunta de pesquisa:

Q1: Que proposta de política interna de alimentação escolar, com centralidade no estudante, pode ser elaborada para o IFAM?

Ao considerar os estudantes como sujeitos ativos na construção de políticas públicas, esta pesquisa busca contribuir com reflexões e ações voltadas ao aprimoramento da alimentação escolar em instituições federais de ensino. Nesse sentido, delineiam-se, a seguir, os objetivos que orientam este estudo, tanto em sua dimensão geral quanto em seus desdobramentos específicos.

2.4 Objetivos da Pesquisa

2.4.1 Objetivo Geral

Elaborar uma proposta de política interna de alimentação escolar para o IFAM, com centralidade no estudante.

2.4.2 Objetivos Intermediários

- Apurar as percepções dos estudantes do ensino integrado, beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em relação ao serviço de alimentação escolar oferecido no IFAM Campus Manaus Centro;
- Mapear informações sobre a relação dos estudantes com o PNAE, tais como críticas, sugestões, formas de engajamento, entre outras;
- Mapear fatores socioculturais que influenciam a aceitação e rejeição das refeições escolares;
- Apresentar os fatores que influenciam a aceitação e rejeição das refeições escolares;
- Sistematizar os resultados que serão usados na construção de uma Política de Alimentação Escolar.

2.5 Suposição Inicial

Para que o PNAE alcance sua efetividade, é fundamental que os alimentos cheguem aos alunos de forma adequada e que sejam consumidos de maneira regular e contínua. A adesão efetiva às refeições constitui requisito essencial para que os objetivos do programa, quais sejam, promover a segurança alimentar e nutricional e contribuir para o desenvolvimento dos estudantes, sejam plenamente atingidos.

Diante desse entendimento, a presente pesquisa parte de um conjunto de suposições iniciais que orientam sua abordagem teórica e metodológica. Com base no contexto específico da alimentação escolar para adolescentes do ensino médio integrado em uma instituição federal, considera-se, em primeiro lugar, que a alimentação escolar, ainda que oferecida gratuitamente e em conformidade com diretrizes técnicas e nutricionais, não é percebida como suficientemente atrativa ou satisfatória pelos estudantes. Essa percepção manifesta-se em críticas recorrentes ao cardápio, à qualidade dos alimentos, à infraestrutura do refeitório e à ausência de canais eficazes de escuta e participação.

Entende-se, também, que fatores subjetivos, culturais e simbólicos influenciam fortemente a aceitação da alimentação escolar, tais como os hábitos alimentares adquiridos fora da escola, o apelo de produtos ultraprocessados, a influência das redes sociais e a percepção de prestígio ou status associada ao consumo de alimentos comercializados em cantinas ou por *delivery*. Tais fatores não são contemplados de forma adequada pelas abordagens tradicionais centradas apenas em critérios nutricionais.

Outro ponto de partida reside na ausência de espaços efetivos de participação estudantil no planejamento e na gestão das ações alimentares, o que contribui para o distanciamento entre

o serviço oferecido e as expectativas do público-alvo. A escassez de estratégias comunicacionais eficazes também constitui uma suposição relevante, pois se considera que a comunicação institucional sobre o serviço de alimentação é pouco acessível, desatualizada ou ineficaz, o que favorece a desinformação, a baixa adesão e a circulação de narrativas negativas.

Por fim, parte-se da suposição de que, ao legitimar a alimentação escolar junto aos estudantes e promover sua aceitação, cria-se um ambiente mais propício à consolidação de hábitos alimentares saudáveis, à valorização da política pública de alimentação e ao fortalecimento do vínculo dos alunos com a escola. Tais mudanças, além de atenderem aos objetivos nutricionais, podem contribuir para a promoção do bem-estar, da equidade e da permanência estudantil no ensino público.

2.6 Justificativas Práticas e Teóricas

Conforme Roesch (1999), justificar consiste em apresentar razões que sustentem a existência e a relevância de um projeto. Nesse sentido, a presente pesquisa fundamenta-se em aspectos teóricos e práticos relacionados à realidade da alimentação escolar no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), especialmente no Campus Manaus Centro, partindo da necessidade de qualificar esse serviço por meio da elaboração de uma política interna centrada no estudante.

Do ponto de vista teórico, estudos sobre segurança alimentar, políticas públicas e ambientes alimentares escolares indicam que iniciativas voltadas à promoção da alimentação saudável tendem a ser mais efetivas quando reconhecem o estudante como sujeito ativo, portador de preferências, referências culturais e práticas alimentares socialmente construídas.

Esse entendimento torna-se ainda mais relevante no contexto da adolescência, fase marcada por intensas transformações biopsicossociais, maior autonomia nas escolhas alimentares e forte influência de pares, mídias e contextos socioculturais (Gordon *et al.*, 2006; Folkvord *et al.*, 2020). Dessa forma, a incorporação das percepções dos estudantes na construção de políticas institucionais alinha-se às diretrizes do PNAE, que prevê participação social, respeito à cultura alimentar e promoção de hábitos saudáveis.

No plano prático, o IFAM enfrenta desafios comuns às instituições da Rede Federal, tais como a diversidade de perfis estudantis, limitações operacionais, concorrência com a oferta alimentar externa ao campus e recorrentes manifestações de insatisfação quanto à alimentação escolar.

Nesse contexto, a construção de uma política interna estruturada apresenta-se como instrumento capaz de orientar processos, qualificar a tomada de decisão e fortalecer o

compromisso institucional com a permanência e o êxito dos estudantes. Ao assumir o estudante como eixo central, essa política deixa de ser apenas normativa e passa a atuar como ferramenta de promoção da saúde, organização do serviço e fortalecimento do vínculo entre a comunidade escolar e o programa de alimentação.

Nesse sentido, a compreensão das percepções dos estudantes em relação à alimentação escolar torna-se elemento-chave para o desenvolvimento de soluções mais aderentes à realidade institucional. A literatura aponta que fatores como sabor, aparência, temperatura, variedade, ambiente, tempo de espera e convivência no refeitório influenciam diretamente a aceitação das refeições (Catalano *et al.*, 2019). Isto é, essas dimensões, embora subjetivas, constituem indicadores relevantes da efetividade da política pública no ponto de consumo. Assim, a escuta qualificada dessas percepções permite identificar fragilidades, reconhecer potencialidades e orientar intervenções mais precisas.

Complementarmente, o mapeamento de críticas, sugestões e formas de engajamento dos estudantes contribui para a construção de alternativas alinhadas às suas necessidades e expectativas. A incorporação dessas contribuições favorece processos mais participativos e fortalece o sentimento de pertencimento dos estudantes em relação ao programa. No plano prático, essas informações subsidiam ajustes em cardápios, na organização do serviço, nos fluxos de atendimento e nas estratégias de comunicação institucional.

Além disso, a análise dos fatores socioculturais associados às escolhas alimentares amplia a compreensão acerca do comportamento dos estudantes. O consumo alimentar é influenciado por valores familiares, identidades regionais, práticas culturais e significados simbólicos, elementos que, no contexto amazônico, assumem papel ainda mais relevante em razão da diversidade alimentar presente na região. Durante a adolescência, essas influências somam-se à busca por autonomia e à pressão social, tornando o processo de aceitação das refeições escolares mais complexo. Assim, considerar tais fatores é fundamental para garantir a adequação cultural das ações propostas, conforme preconizado pelo PNAE.

A identificação dos fatores que influenciam a aceitação e a rejeição das refeições escolares complementa esse processo analítico. Estudos sobre o PNAE indicam que a adesão às refeições está associada à qualidade sensorial dos alimentos, à variedade do cardápio, à familiaridade com as preparações e à adequação ao contexto local. Logo, a compreensão desses aspectos permite direcionar intervenções em pontos críticos e, simultaneamente, valorizar elementos já reconhecidos positivamente pelos estudantes.

Urge ainda destacar que a sistematização dos resultados obtidos constitui base estruturante para a elaboração da política interna de alimentação escolar do IFAM. Ao organizar

e interpretar as evidências empíricas, torna-se possível construir diretrizes orientadoras que incorporem a perspectiva dos estudantes, promovam maior aderência ao programa e contribuam para o aprimoramento contínuo das práticas institucionais.

Em síntese, as justificativas teóricas e práticas desta pesquisa evidenciam que a construção de uma política interna de alimentação escolar centrada no estudante requer uma compreensão aprofundada de suas percepções, experiências e contextos socioculturais. Ao articular esses elementos com as diretrizes do PNAE e com a realidade institucional do IFAM, a investigação busca oferecer subsídios consistentes para a qualificação da alimentação escolar, fortalecendo o papel da instituição na promoção da saúde, da cultura alimentar e da permanência estudantil.

Adicionalmente, a pesquisa fundamenta-se nos critérios de relevância, oportunidade e viabilidade propostos por Roesch (1999), os quais orientam a justificativa e a estruturação do estudo, evidenciando sua pertinência no contexto institucional analisado.

2.7 Relevância

A alimentação escolar desempenha um papel essencial na segurança alimentar e nutricional dos estudantes, influenciando diretamente o desempenho acadêmico, a permanência estudantil e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Nesse sentido, a relevância desta pesquisa ancora-se na importância social, educacional e nutricional da alimentação escolar no contexto das instituições públicas federais, especialmente no IFAM. Afinal, compreende-se que a alimentação oferecida aos estudantes configura-se não apenas como um direito garantido por políticas públicas, como o PNAE, mas também como instrumento estratégico de promoção da saúde, de redução de desigualdades e de fortalecimento das condições de permanência e êxito escolar.

Diante das insatisfações manifestadas pelos próprios estudantes em relação à alimentação escolar, evidencia-se a necessidade de aprofundar a compreensão acerca de suas percepções, experiências e expectativas. Ao reconhecer os estudantes como sujeitos ativos nesse processo, esta pesquisa contribui para a construção de uma proposta de política interna que incorpora suas vozes e vivências, qualificando o serviço de forma mais sensível às demandas reais do público atendido. Dessa forma, o estudo amplia a capacidade institucional de planejar e implementar ações mais contextualizadas, participativas e efetivas, alinhadas às diretrizes do PNAE e aos princípios do DHAA.

2.8 Oportunidade

A presente pesquisa insere-se em um contexto oportuno, marcado pelo crescente debate acerca da efetividade das políticas de alimentação escolar e pela necessidade de ampliar a participação estudantil na construção de serviços públicos mais responsivos.

No âmbito institucional, o próprio IFAM tem identificado, em avaliações internas recentes, fragilidades relacionadas à aceitação da alimentação escolar entre estudantes do ensino médio integrado. Esse cenário articula-se a um contexto mais amplo de transformação dos hábitos alimentares juvenis, caracterizado pela influência de mídias digitais, pelo desenvolvimento de um consumo mais crítico e por maiores expectativas em relação às experiências alimentares, as quais passam a dialogar com valores, identidades e práticas socioculturais.

Nesse contexto, compreender as percepções e experiências dos estudantes em relação à alimentação escolar configura-se como oportunidade estratégica para qualificar o serviço ofertado, tornando-o mais alinhado às demandas reais do público atendido. Isto é, ao incorporar tais evidências ao processo de construção de diretrizes institucionais, a pesquisa contribui para o fortalecimento do papel do IFAM como espaço promotor de saúde, cidadania e permanência estudantil.

2.9 Viabilidade

A viabilidade da pesquisa foi assegurada por uma combinação de fatores institucionais, metodológicos e operacionais que possibilitaram sua execução de forma consistente. No âmbito institucional, o IFAM já dispunha de avaliações internas que evidenciavam as percepções dos estudantes em relação ao serviço de alimentação escolar, oferecendo base inicial consolidada para o aprofundamento da investigação. Além disso, a realização do estudo no próprio lócus de atuação do pesquisador facilitou o acesso ao campo, aos participantes e às informações necessárias, reduzindo barreiras logísticas e favorecendo a condução sistemática da coleta de dados.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adotou procedimentos consolidados na literatura, como a realização de entrevistas semiestruturadas e a utilização da análise de conteúdo, técnica amplamente reconhecida para o tratamento de dados qualitativos. Esses instrumentos mostraram-se adequados aos objetivos do estudo, permitindo captar, de forma aprofundada, as percepções e experiências dos estudantes. Ademais, a utilização de

instrumentos baseados em referências do PNAE, adaptados ao contexto local, contribuiu para a consistência e a confiabilidade dos dados obtidos.

No aspecto operacional, a pesquisa apresentou baixo custo de execução, tendo sido desenvolvida com o uso de recursos institucionais já disponíveis, como espaços físicos para a realização das entrevistas e ferramentas digitais para a organização e a análise das informações. O período de coleta foi compatível com o calendário acadêmico, e os procedimentos éticos e administrativos foram devidamente cumpridos. Dessa forma, a pesquisa demonstrou plena viabilidade técnica e científica, evidenciada pela execução integral das etapas previstas e pela obtenção dos resultados apresentados.

2.10 Delimitações do Estudo

O estudo será direcionado exclusivamente a adolescentes beneficiários do PNAE e do PNAES, com foco específico na dimensão da alimentação. Embora o PNAES contemple diversos objetivos, esta pesquisa restringir-se-á à análise da aceitação da alimentação escolar, não abrangendo outras modalidades de assistência estudantil, como moradia, transporte ou auxílios financeiros. Além disso, não incluirá alunos de outros campi de Manaus, restringindo-se apenas aos estudantes do Campus Manaus Centro.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender as percepções de estudantes adolescentes acerca da satisfação alimentar no ambiente escolar, é fundamental estabelecer um arcabouço conceitual que oriente a análise e sustente as interpretações ao longo do estudo. Nesse sentido, este capítulo propõe discutir os principais conceitos e perspectivas teóricas que fundamentam a investigação, articulando diferentes dimensões que permeiam o tema.

O capítulo iniciará com a abordagem do PNAE, destacando-o como política pública fundamental para a efetivação do direito à alimentação e para a promoção da segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar. O texto também analisará as especificidades do consumo alimentar entre adolescentes, considerando as influências sociais, culturais e simbólicas que moldam suas escolhas alimentares, além dos efeitos da insegurança alimentar sobre esse grupo.

Na sequência, serão discutidas as particularidades da adolescência enquanto etapa do desenvolvimento humano, com ênfase em suas características biopsicossociais e na importância da alimentação adequada para o crescimento e o desempenho nessa fase. Por fim, serão exploradas estratégias de mobilização e transformação de comportamentos, com potencial para promover práticas alimentares mais saudáveis e conscientes no contexto escolar, articulando comunicação institucional e participação ativa dos estudantes.

3.1 O PNAE: Política de Transformação Social, Educacional e Nutricional no Brasil

3.1.1 Do Marco Legal à Execução: A Trajetória do PNAE e sua Importância na Segurança Alimentar e Nutricional

O PNAE configura-se como uma das mais relevantes políticas públicas voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional no ambiente educacional brasileiro (Froelich *et al.*, 2023; Silva; Muniz, 2022). Com o objetivo de garantir a oferta regular de refeições adequadas e equilibradas aos estudantes da rede pública de ensino (Kroth; Geremia; Mussio, 2020), o programa estabelece diretrizes fundamentais que orientam sua execução, entre as quais se destacam a valorização da alimentação saudável, a inclusão de produtos oriundos da agricultura familiar e a universalidade e a equidade no atendimento aos alunos (Brasil, 2009; Rodrigues *et al.*, 2024).

Criado em 1955 e consolidado pela Lei nº 11.947/2009, o programa tem como objetivo oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas

as etapas da educação básica pública (Freitas; Freitas, 2020). Gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNAE representa um modelo de política intersetorial que articula educação, saúde, agricultura familiar e desenvolvimento regional (Simonino; Santos; Cezar, 2024), sendo referência mundial por sua abrangência, continuidade e impacto social (Antunes-Junior; Souza-Esquerdo; Borsatto, 2025).

Historicamente, o desenvolvimento das políticas públicas de alimentação escolar no Brasil esteve associado ao enfrentamento de crises e vulnerabilidades sociais (Freitas; Freitas, 2020). Desde a década de 1930, há registros de iniciativas locais que, mesmo sem articulação oficial, buscavam garantir minimamente a nutrição de crianças em situação de vulnerabilidade (Oliveira *et al.*, 2024). Essas ações, ainda sob uma lógica assistencialista, surgiam como respostas emergenciais a contextos críticos de insegurança alimentar (Amorim; Ribeiro; Bandoni, 2020). No entanto, pela ausência de institucionalização, não configuravam políticas públicas estruturadas e integradas aos objetivos de longo prazo do Estado (Bezerra *et al.*, 2020).

Foi apenas em 1955, com a criação da Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), que o Brasil iniciou o processo de institucionalização da alimentação escolar como política pública oficial (Lima *et al.*, 2023). Apesar desse avanço, o programa ainda mantinha forte dependência de ajuda internacional, especialmente do Programa Alimentos para a Paz, dos Estados Unidos (Brasil, 2009), o que expunha fragilidades relacionadas à sustentabilidade financeira e à qualidade nutricional das refeições oferecidas (Soares *et al.*, 2018).

Ademais, consta registrar que a transição da CNME para o PNAE, em 1976, representou um passo importante para a consolidação de uma política mais abrangente e sistemática (Brasil, 2009; Lima *et al.*, 2023). Inicialmente centralizado, com controle direto do governo federal sobre o fornecimento de alimentos, o modelo enfrentava limitações logísticas e burocráticas que dificultavam a adequação às realidades regionais (Silva; Almeida, 2023). Ainda assim, o programa passou a adquirir contornos mais técnicos e estruturais (Freitas; Freitas, 2020).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 constituiu marco na ampliação dos direitos sociais no país, ao reconhecer o direito à alimentação adequada como direito fundamental (Melgaço; Silva; Matos-de-Souza, 2023). Esse reconhecimento ampliou a responsabilidade do Estado na garantia da segurança alimentar e nutricional da população, conferindo maior legitimidade ao PNAE e fortalecendo seu papel como política pública estratégica (Froelich *et al.*, 2023; Brasil, 1988).

Com efeito, a partir da aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, o conceito de SAN foi oficialmente incorporado ao arcabouço jurídico brasileiro, sendo definido como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos

de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais (Brasil, 2006). Esse marco legal reforçou a importância de práticas alimentares saudáveis, sustentáveis e culturalmente adequadas (Canella *et al.*, 2021; Melgaço; Silva; Matos-de-Souza, 2023).

O PNAE passou, então, a reconhecer a alimentação escolar como direito fundamental dos estudantes da rede pública e como dever do Estado, com prioridade para alunos em situação de maior vulnerabilidade social (Gurgel *et al.*, 2020; Vilela *et al.*, 2023). O ponto de inflexão mais significativo na estrutura do programa ocorreu com a Lei nº 11.947/2009, que estabeleceu diretrizes obrigatórias, como a destinação de, no mínimo, 30% dos recursos à compra de alimentos diretamente da agricultura familiar (Brasil, 2009). Essa medida gerou impactos positivos no desenvolvimento local, no fortalecimento das economias rurais e na sustentabilidade ambiental (Ipolito *et al.*, 2025; Anjos; Lopes; Horta, 2022).

Além disso, a mesma legislação também tornou obrigatória a presença de nutricionistas na elaboração dos cardápios escolares, promovendo a melhoria da qualidade nutricional das refeições e reforçando o caráter educativo da política (Deus; Silva, 2023; Verly-Junior *et al.*, 2021; Gomes *et al.*, 2025). Com isso, o PNAE passou a atuar não apenas no combate à fome, mas também na valorização das culturas alimentares regionais e na promoção da saúde por meio da educação alimentar (Machado *et al.*, 2018).

Nesse sentido, com esse novo desenho, o programa passou a garantir não só a oferta regular de alimentação adequada e saudável, mas também ações educativas voltadas à construção de hábitos alimentares conscientes (Canella *et al.*, 2021; Kroth; Geremia; Mussio, 2020). Os recursos são repassados pelo governo federal a estados, municípios e escolas federais ao longo do ano letivo, com base no número de matrículas registradas (Brasil, 2010).

A Lei nº 11.947/2009 também reforçou o papel pedagógico do PNAE, ao estabelecer que a educação alimentar e nutricional deve ser integrada ao currículo escolar, de forma transversal (Lima *et al.*, 2023). Essa diretriz contribuiu para consolidar a alimentação escolar como componente formativo e promotor de saúde (Canella *et al.*, 2021; Kroth; Geremia; Mussio, 2020).

Outro aspecto importante na evolução do programa refere-se à valorização das tradições alimentares regionais (Porrua *et al.*, 2020; Brasil, 2009). No início de sua implementação, havia uma tendência à padronização dos cardápios, que desconsiderava especificidades culturais e locais. Essa uniformização dificultava a aceitação dos alimentos por parte dos estudantes, reduzindo o impacto positivo da ação (Verly-Junior *et al.*, 2021). Isto é, a partir da descentralização e da reformulação normativa promovidas em 2009, o programa passou a

incentivar o uso de alimentos locais, respeitando a diversidade cultural e fortalecendo a identidade regional (Brasil, 2009; 2012).

Além das transformações estruturais e administrativas, o PNAE passou por significativa evolução conceitual (Gomes *et al.*, 2025), ou seja, a alimentação escolar deixou de ser compreendida apenas como instrumento emergencial de combate à fome para assumir papel central na promoção da saúde pública e da cidadania (Elias *et al.*, 2025; Monelis; Sousa; Silva, 2024). Dessa maneira, essa nova concepção foi incorporada progressivamente aos marcos legais e às diretrizes técnicas do programa, culminando no reconhecimento da alimentação escolar como direito humano fundamental (Melgaço; Silva; Matos-de-Souza, 2023), indissociável das políticas de saúde e educação (Amorim; Junior; Bandoni, 2020; Brasil, 2022).

Dito de outra maneira, essa trajetória de amadurecimento também se reflete na articulação entre o PNAE e as diretrizes nutricionais nacionais (Kroth; Geremia; Mussio, 2020). Se, no início, o foco era unicamente a oferta mínima de alimentos, com o tempo o programa passou a adotar critérios técnicos mais sofisticados, alinhados aos princípios de segurança alimentar, qualidade nutricional e sustentabilidade (Nero; Garcia; Junior, 2023). Atualmente, o PNAE não se restringe à oferta de refeições, mas compreende também ações educativas permanentes, desenvolvidas de forma interdisciplinar nas escolas (Aliaga; Santos; Trad, 2020). Essas atividades buscam sensibilizar estudantes, professores e famílias quanto à importância de práticas alimentares saudáveis, sustentáveis e respeitosas às culturas locais (Matarezio Filho; Pedrosa, 2024).

A alimentação escolar ocupa, portanto, papel estratégico nas políticas públicas de educação e saúde no Brasil (Aliaga; Santos; Trad, 2020). Mais do que garantir refeições diárias, o programa atua como ferramenta essencial para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, além de contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais historicamente estabelecidas (Nero; Garcia; Junior, 2023).

No contexto da SAN, a alimentação escolar deve ser compreendida como parte de um conjunto mais amplo de políticas sociais (Froelich *et al.*, 2023). O conceito de SAN abrange não apenas a disponibilidade de alimentos, mas também sua adequação cultural, sustentabilidade e acesso equitativo (Brasil, 2009; Bezerra *et al.*, 2020). Trata-se de direito social consagrado na Constituição, interligado a outras garantias fundamentais, como moradia, saúde e educação (Aliaga; Santos; Trad, 2020).

O fortalecimento das políticas públicas alimentares nas últimas décadas tem se beneficiado de avanços na formulação e na avaliação de políticas públicas (Bonduki; Palotti, 2024). O aprimoramento da gestão pública, apoiado em evidências e na análise de impacto, tem

possibilitado programas mais eficazes e responsivos às demandas sociais (Kroth; Geremia; Mussio, 2020). Nesse cenário, o PNAE destaca-se como política que gera efeitos positivos diretos e indiretos sobre a saúde, o desenvolvimento cognitivo e o rendimento escolar (Silva; Silva, 2022). Logo, ao oferecer refeições equilibradas e ações educativas, o programa contribui para o bem-estar dos estudantes e para a formação de cidadãos mais conscientes em relação à alimentação e à sustentabilidade (Elias *et al.*, 2025).

Por fim, políticas como o PNAE e a PNAN reforçam o compromisso do Estado em promover ambientes saudáveis e práticas alimentares adequadas, respeitando e protegendo o direito humano à alimentação (Melgaço; Matos-de-Souza, 2022). A integração dessas políticas fortalece a atuação intersetorial, a participação social e o desenvolvimento de estratégias eficazes para a promoção da saúde e da equidade (Pereira *et al.*, 2021; Verthein; Amparo-Santos, 2021).

3.1.2 Diretrizes do Programa e dificuldades da implementação

O PNAE estabelece diretrizes técnicas essenciais para garantir a oferta de refeições nutricionalmente adequadas aos estudantes da rede pública de ensino (Brasil, 2009). De acordo com a legislação vigente, os cardápios devem ser elaborados por nutricionistas habilitados, considerando as recomendações nutricionais específicas para cada faixa etária e as necessidades alimentares dos alunos (Brasil, 2013; Deus; Silva, 2023).

A operacionalização do PNAE prevê, conforme o Artigo 14 da Lei nº 11.947/2009, que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE sejam destinados à aquisição direta de alimentos da agricultura familiar (Ipolito *et al.*, 2025; Anjos; Lopes; Horta, 2022). Essa diretriz tem por finalidade promover alimentação saudável e adequada, ao mesmo tempo em que incentiva práticas sustentáveis e o fortalecimento das economias locais (Vilela *et al.*, 2022).

A aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar está regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015. Essas normativas definem os procedimentos de compra e os critérios de participação dos agricultores familiares no fornecimento de alimentos às escolas, reforçando o papel do programa na promoção da sustentabilidade econômica e da alimentação saudável (Marques; Triches, 2022; Brasil, 2013; Brasil, 2015).

A agricultura familiar, responsável por expressiva parcela da produção de alimentos no Brasil, caracteriza-se pela gestão e pela mão de obra predominantemente familiares (Anjos;

Lopes; Horta, 2022). Essa modalidade de produção agrícola contribui para a geração de empregos no campo, a preservação da biodiversidade, o respeito aos modos de vida locais e a oferta de alimentos frescos e saudáveis (Rodrigues *et al.*, 2024; Simonino; Santos; Cezar, 2024). Além disso, sua integração ao PNAE tem o potencial de reduzir a dependência de alimentos ultraprocessados, ampliando os benefícios nutricionais para os estudantes atendidos (Bastos; Loreto; Emmendoerfer, 2024).

No caso das instituições federais de ensino que operam com serviços de alimentação terceirizados, como ocorre com os campi localizados em Manaus, CMC, Manaus Zona Leste e Manaus Distrito, cabe à própria instituição a responsabilidade pela aquisição dos alimentos. Os gêneros alimentícios, adquiridos com os recursos do PNAE conforme as diretrizes legais, são então entregues à empresa terceirizada contratada, que se encarrega do preparo e da distribuição das refeições aos alunos matriculados.

Essa operacionalização do PNAE, embora amparada por diretrizes claras, enfrenta inúmeros desafios que comprometem sua plena execução. Um dos principais entraves diz respeito às questões logísticas, especialmente no que se refere à aquisição e à distribuição de alimentos provenientes da agricultura familiar (Porrua *et al.*, 2020). Isto é, muitos pequenos produtores enfrentam barreiras burocráticas, exigências sanitárias rigorosas e dificuldades no cumprimento dos critérios legais exigidos pelo programa (Oliveira *et al.*, 2024). Como consequência, a diretriz que determina a destinação de, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE à agricultura familiar é frequentemente subutilizada, limitando os impactos sociais, econômicos e nutricionais esperados (Machado *et al.*, 2018; Ipolito *et al.*, 2025).

Ainda nesse sentido, outro desafio que desponta no contexto da operacionalização do PNAE refere-se à sustentabilidade ambiental das cadeias de abastecimento. A demanda crescente por alimentos de qualidade, aliada à necessidade de reduzir o impacto ambiental da produção e da distribuição, torna urgente a adoção de políticas que incentivem práticas agrícolas sustentáveis (Simonino; Santos; Cezar, 2024).

No entanto, pesquisas recentes indicam que ainda são tímidos os esforços do programa no estímulo à agricultura orgânica e agroecológica, o que representa lacuna relevante diante dos compromissos socioambientais assumidos pelo Estado brasileiro (Marques; Triches, 2022). O fortalecimento dessas práticas, se adequadamente incentivado, pode não apenas ampliar a qualidade nutricional das refeições escolares, mas também reforçar os compromissos do PNAE com a sustentabilidade ambiental (Vilela *et al.*, 2022).

Além das barreiras operacionais enfrentadas pelos produtores, o modelo de descentralização da gestão dos recursos do PNAE, que transfere aos estados, aos municípios e

ao Distrito Federal a responsabilidade pela execução do programa, também apresenta fragilidades (Bicalho *et al.*, 2022). Embora possibilite maior autonomia e melhor adaptação às realidades locais, essa descentralização exige estrutura técnica e administrativa robusta por parte dos entes federativos (Melgaço; Matos-de-Souza, 2022), o que nem sempre se verifica. Muitos municípios, sobretudo os de menor porte, enfrentam dificuldades na condução de processos licitatórios, no cumprimento de prazos e na prestação de contas, o que frequentemente resulta em atrasos, subexecução financeira ou devolução de recursos (Nero; Garcia; Almassy, 2023).

Ademais, entende-se que a fragilidade na capacitação técnica dos gestores locais impacta diretamente a qualidade da execução do programa, criando descompasso entre a concepção normativa do PNAE e sua aplicação prática (Porrúa *et al.*, 2020). A ausência de suporte técnico contínuo, aliada a exigências burocráticas excessivas, torna a gestão dos recursos complexa e, por vezes, inviável para administrações municipais com estrutura limitada (Bicalho *et al.*, 2022).

Nesse cenário, o papel do FNDE é essencial. Como órgão responsável pela implementação das políticas educacionais no âmbito federal, incluindo o PNAE, o FNDE realiza o repasse de recursos financeiros e o suporte técnico necessário para garantir a execução do programa em todo o território nacional (Brasil, 2009; Porrúa *et al.*, 2020). Para as instituições federais de ensino, os recursos são descentralizados diretamente às Unidades Gestoras das Instituições Federais de Ensino (IFEs), com base nos dados do Censo Escolar do ano anterior, assegurando o planejamento financeiro das ações (Brasil, 2020).

Não à toa, em março de 2023, os valores per capita repassados às escolas foram atualizados por meio da Resolução CD/FNDE nº 02 (Brasil, 2023). Ainda que os reajustes tenham representado avanço frente a um histórico de valores defasados, os montantes continuam insuficientes para garantir alimentação verdadeiramente adequada, principalmente em regiões mais vulneráveis (Machado *et al.*, 2018), como é o caso da região amazônica.

Cumprindo ainda destacar que os repasses variam conforme a etapa e a modalidade de ensino, oscilando entre R\$ 0,41 para estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e R\$ 2,56 para alunos de tempo integral beneficiados por programas de fomento. No caso das escolas com carga horária parcial, o valor mais comum repassado situa-se entre R\$ 0,50 e R\$ 0,86 por estudante (Brasil, 2023). Em outros termos, essa limitação orçamentária torna-se ainda mais crítica em regiões remotas (Machado *et al.*, 2018), como a Amazônia Legal, onde os custos de transporte e de armazenamento de alimentos são elevados. Afinal, a logística de distribuição nessas localidades depende fortemente das condições climáticas e dos ciclos de cheia e de seca

dos rios, o que pode comprometer a regularidade e a qualidade da entrega dos insumos (Silva; Pires; Oliveira, 2023). Logo, a ausência de infraestrutura adequada, aliada à escassez de fornecedores habilitados em regiões isoladas, agrava o cenário, dificultando o cumprimento das metas estabelecidas pelo programa (Lopes Junior *et al.*, 2018).

Diante desse panorama, observa-se uma incongruência entre a ambição normativa do PNAE e a realidade de sua execução em campo (Verly-Junior *et al.*, 2021). A insuficiência de recursos financeiros, as falhas logísticas, a burocracia excessiva e a fragilidade institucional dos entes executores comprometem a efetividade do programa e limitam seus potenciais benefícios para a promoção da segurança alimentar e nutricional (Nero; Garcia; Almassy, 2023). Portanto, para que o PNAE atinja seus objetivos em todas as regiões do país, torna-se imprescindível o fortalecimento das capacidades técnicas locais, a simplificação dos processos administrativos e a adequação do financiamento às reais necessidades operacionais do programa (Silva; Muniz, 2022).

Essa problemática afeta também a distribuição dos alimentos, sobretudo daqueles considerados frescos e perecíveis, os quais exigem infraestrutura logística e física adequada, algo que nem sempre está disponível, especialmente em regiões amazônicas e semiáridas (Silva; Pires; Oliveira, 2023). A ausência de transporte refrigerado, de rotas acessíveis e de estruturas de armazenamento compatíveis compromete a conservação dos alimentos, afetando diretamente a qualidade nutricional e a segurança sanitária das refeições fornecidas aos estudantes (Lopes Junior *et al.*, 2018). Em suma, esses entraves operacionais revelam-se particularmente graves no cumprimento das exigências do programa em localidades de difícil acesso, onde a precariedade logística representa um dos maiores obstáculos à universalização do atendimento adequado (Silva; Pires; Oliveira, 2023).

Paralelamente aos desafios de distribuição, observa-se um conjunto de limitações estruturais nas unidades escolares que impactam negativamente a execução do PNAE (Chacon *et al.*, 2022). Diversas escolas públicas, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, ainda não dispõem de cozinhas adequadas, de espaços para armazenamento apropriado ou de equipe técnica qualificada para o preparo das refeições. Essa precariedade compromete a oferta de refeições nutricionalmente balanceadas e, em muitos casos, conduz à terceirização do serviço de alimentação escolar (Gonçalves; Figueiredo, 2023). Embora essa alternativa viabilize a continuidade da oferta de refeições, implica custos operacionais mais elevados e reduz o controle local sobre a qualidade nutricional e a procedência dos alimentos utilizados (Vasconcelos *et al.*, 2021).

No Campus Manaus Centro, a situação é similar. A ausência de códigos de vaga para a contratação de mão de obra, juntamente com os custos operacionais elevados para a produção de refeições, incluindo a aquisição de insumos alimentares e de outros materiais necessários, soma-se à falta de equipamentos e de infraestrutura adequada para o preparo das refeições, comprometendo ainda mais a execução do programa. Esse cenário torna a terceirização a opção mais viável, apesar dos desafios que ela impõe, como os custos adicionais e a redução do controle local sobre a qualidade e a procedência dos alimentos.

Diante desse cenário, os mecanismos de controle social e de monitoramento ganham especial relevância. Os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), instâncias compostas por representantes da comunidade escolar, exercem papel fundamental na fiscalização da aplicação dos recursos e na garantia da qualidade das refeições oferecidas (Brasil, 2009; Silva; Muniz, 2022).

No entanto, a atuação desses conselhos ainda é limitada por lacunas na formação técnica dos conselheiros e pela baixa participação da sociedade civil, o que enfraquece o controle social e reduz a efetividade da fiscalização (Vilela *et al.*, 2022). Além dos CAEs, o programa também é auditado por órgãos como o FNDE, a Controladoria-Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF) (Brasil, 2020), o que reforça a complexidade da cadeia de governança do programa (Soares *et al.*, 2018).

A efetividade dessas diretrizes, no entanto, depende, de forma decisiva, da formação continuada das equipes técnicas envolvidas (Silva; Muniz, 2022). Nutricionistas responsáveis pela elaboração dos cardápios e pela supervisão do preparo das refeições precisam estar atualizados quanto às normativas vigentes, aos métodos de preparo, às estratégias de educação alimentar e às regulamentações sanitárias (Deus; Silva, 2023). Em muitos municípios, contudo, especialmente os mais afastados dos grandes centros urbanos, a formação técnica continuada desses profissionais ainda é limitada pela falta de recursos financeiros e de apoio institucional (Silva *et al.*, 2023). Essa limitação compromete a padronização da qualidade nutricional e a capacidade de inovação no planejamento alimentar escolar (Deus; Silva, 2023).

A oferta regular de refeições balanceadas nas escolas, como indicam estudos recentes, tem desempenhado papel significativo na redução de índices de insegurança alimentar entre estudantes da rede pública, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica (Azevedo *et al.*, 2024; Bezerra *et al.*, 2020).

Em outras palavras, esse efeito positivo está estreitamente vinculado às diretrizes nutricionais do programa, que priorizam alimentos *in natura*, minimamente processados e de origem local (Henriques *et al.*, 2021), em alinhamento com as recomendações do Guia

Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014; Canella *et al.*, 2021). Uma das principais contribuições do programa é sua atuação na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como obesidade, diabetes e hipertensão, condições cuja prevalência entre crianças e adolescentes tem aumentado nas últimas décadas (Dallacosta *et al.*, 2022).

Diante dessa conjuntura, o ano de 2025 marcou atualização importante nas normativas do programa, com a publicação da Resolução nº 8. A nova regulamentação estabelece parâmetros mais restritivos para a aquisição de alimentos industrializados e reforça a prioridade na compra de produtos *in natura* e minimamente processados (Brasil, 2025). De acordo com as novas diretrizes, ao menos 80% dos recursos devem ser aplicados na aquisição de alimentos pouco processados, percentual que será ampliado para 85% a partir de 2026. Em contrapartida, os alimentos ultraprocessados terão seu limite de aquisição reduzido de 15% para 10% nesse mesmo período, e os ingredientes culinários processados, como óleos, sal e açúcar, não poderão ultrapassar 5% do orçamento total (Brasil, 2009; Brasil, 2025).

Apesar dos inúmeros desafios técnicos e operacionais enfrentados em sua execução, o Programa Nacional de Alimentação Escolar permanece como uma das políticas públicas mais significativas para a promoção da segurança alimentar, da saúde e da equidade no ambiente escolar brasileiro (Hendler; Ruiz; Oliveira, 2023). As dificuldades relacionadas à logística, à infraestrutura, ao financiamento e à capacitação técnica não devem obscurecer os avanços conquistados nem comprometer sua continuidade (Vasconcelos *et al.*, 2021). Pelo contrário, esses entraves devem ser enfrentados com estratégias coordenadas, investimentos consistentes e aperfeiçoamento permanente dos instrumentos de gestão, fiscalização e formação profissional (Deus; Silva, 2023; Verly-Junior *et al.*, 2021).

Portanto, o PNAE não apenas assegura o direito à alimentação, mas também atua como vetor de desenvolvimento local, inclusão social e aprendizagem de qualidade (Silva; Silva, 2022). Reafirmar seu valor, nesse sentido, é reconhecer que garantir alimentação adequada nas escolas constitui compromisso do Estado com a cidadania e com o futuro do país (Kroth; Geremia; Mussio, 2020). Fortalecê-lo significa avançar rumo a uma sociedade mais justa, saudável e sustentável (Bicalho *et al.*, 2022; Melgaço; Matos-de-Souza, 2022).

3.2 Consumo Alimentar

Nas Ciências Sociais, a alimentação é considerada um fato social total, carregado de sentidos simbólicos, afetivos e identitários. Mais do que uma necessidade fisiológica, os sistemas alimentares e, por consequência, o ato de comer são mediados por valores culturais,

estruturas sociais e relações de poder político-econômico, em um jogo de forças do qual participam consumidores, fornecedores e o Estado (Kjærnes; Harvey; Warde, 2007; Warde, 2024).

Embora fatores genéticos, sociodemográficos e de status individual contribuam para a diversidade da sensibilidade aos sabores (Zhu; Liu; Liu, 2023), o paladar configura-se como construção complexa, marcada por experiências humanas e contextos socioculturais. Pesquisas indicam que há períodos sensíveis no desenvolvimento, como a infância e a adolescência, nos quais as preferências alimentares são especialmente moldáveis, com efeitos duradouros sobre as práticas alimentares futuras (Cashdan, 1998).

As transformações socioculturais e econômicas observadas nas últimas décadas reposicionaram a alimentação no centro das análises políticas contemporâneas (Hajipoor *et al.*, 2023). Tradicionalmente associada à dimensão nutricional e ao planejamento estatal, por meio de políticas públicas de segurança alimentar, regulação da publicidade de alimentos e ações de combate à desigualdade no acesso à comida (Ziso; Chun; Puglisi, 2022), a alimentação passou a ser compreendida como campo político ampliado, enraizado nas práticas sociais, nos discursos, nas controvérsias científicas e nas experiências cotidianas (Yaqoob *et al.*, 2022).

Esse alargamento do campo político da alimentação intensificou-se a partir dos anos 1990, com a emergência de escândalos alimentares e a difusão de alimentos geneticamente modificados (Bryant *et al.*, 2024). Esses episódios abalaram a confiança nas instituições científicas e políticas e expuseram as contradições dos sistemas agroalimentares industriais globais (Veeck *et al.*, 2020). Como resultado, a alimentação deixou de ser objeto exclusivo das arenas técnicas e institucionais e passou a ocupar espaço relevante no debate público, nas mídias e nas práticas individuais, constituindo-se como objeto político por excelência (Yaqoob *et al.*, 2022; Veeck *et al.*, 2020).

Nesse contexto, observa-se a politização e a ambientalização da vida cotidiana, com destaque para o papel do consumo como forma de ação política (Bryant *et al.*, 2024). A crescente desconfiança nas instituições tradicionais de representação tem levado ao deslocamento das formas clássicas de participação para modalidades difusas, autônomas e não institucionalizadas (Jindaratnaporn *et al.*, 2024). Nesse cenário, emergem práticas como boicotes, *buycotts*, compras éticas e consumo sustentável, as quais expressam valores sociais, ambientais e ideológicos (Scott *et al.*, 2022). Em suma, essas ações são compreendidas como manifestações de um novo engajamento político, no qual as decisões individuais de compra se tornam formas de expressão de cidadania e de construção de pertencimento político (Portilho, 2009).

A alimentação, nesse sentido, torna-se campo privilegiado de análise das relações entre consumo, governamentalidade e poder (Pomeranz; Cash; Mozaffarian, 2023). A comida atua como mediadora das relações entre Estado, corporações e indivíduos, envolvendo processos de socialização, construção de identidades e formulação de discursos morais e normativos (Scott *et al.*, 2022).

Além disso, a percepção crescente dos riscos alimentares, em um contexto de incerteza, reflexividade e desregulamentação, reposiciona os consumidores como agentes que, ao mesmo tempo em que se tornam vulneráveis a práticas industriais globais, também são convocados à responsabilidade individual e coletiva (Fultz *et al.*, 2021; Moran *et al.*, 2022). Segundo Poulain (2004), hábitos alimentares estão associados a normas sociais e experiências incorporadas, e a aceitação da alimentação relaciona-se à valorização social e ao reconhecimento cultural do cardápio oferecido. Assim, ouvir os estudantes e considerar suas percepções é fundamental para promover alimentação escolar adequada, respeitosa e eficaz.

Dito de outra maneira, entende-se que a politização da alimentação ultrapassa a esfera institucional e inscreve-se nas práticas cotidianas e nas experiências subjetivas dos indivíduos (Portilho, 2009). Nesse novo marco interpretativo, o ato de comer não se reduz à satisfação de necessidades biológicas ou à reprodução de tradições culturais, mas assume caráter político, no qual corpo, ambiente, identidade e ideologia se articulam em escolhas alimentares cotidianas (Pomeranz; Cash; Mozaffarian, 2023). Como resultado, a alimentação torna-se, assim, campo estratégico de disputas simbólicas e materiais, em que se confrontam modelos de desenvolvimento, sistemas produtivos, regimes de verdade e formas de sociabilidade (Moran *et al.*, 2022). Essa complexidade exige abordagens interdisciplinares capazes de compreender as conexões entre o microcosmo das práticas de consumo e o macrocosmo dos sistemas alimentares globais (García-González *et al.*, 2020).

Em outras palavras, essas disputas manifestam-se de forma particularmente intensa no campo do consumo, em que as escolhas alimentares são constantemente moldadas pelos discursos e pelas estratégias do mercado (Pineda *et al.*, 2023). O que se define como saudável, aceitável ou desejável não decorre exclusivamente de decisões individuais, mas frequentemente deriva de narrativas construídas por empresas e indústrias alimentícias, que operam sobre o imaginário coletivo (Moran; Roberto, 2023). Dessa forma, os alimentos passam a ser mais do que simples mercadorias, pois se tornam representações carregadas de valores, normas sociais e ideologias (Bryant *et al.*, 2024).

Aliás, nesse contexto, a alimentação emerge como espaço de ação e resistência, no qual os consumidores, muitas vezes de modo inconsciente, participam de disputas simbólicas que

envolvem poder, identidade e saúde (Quinn *et al.*, 2021; Asada *et al.*, 2023). Em outros termos, ainda, sob a perspectiva empresarial, os produtos alimentícios processados constroem narrativas e representações acerca do que é considerado comida “saudável” ou “saborosa” (Gustafson, 2023). Isto é, as embalagens, por exemplo, funcionam como elementos simbólicos de mediação entre alimento e consumidor, utilizando argumentos científicos e morais para legitimar escolhas (Zhang *et al.*, 2025). Enfim, esses discursos classificam os produtos como: i) bons por não conterem algo prejudicial, como em “sem gorduras trans”; ii) bons por possuírem componente benéfico, como em “rico em cálcio”; iii) naturais, como em “sem aditivos, feito com vegetais da horta”; ou iv) naturais e funcionais, como em “com mais vitamina E” (Quentin; Chandon; Haws, 2019). Logo, essas construções evidenciam que o comer ultrapassa os limites do biológico, tornando-se linguagem, símbolo e instrumento de distinção.

Embora as representações de alimentos promovidas pelas empresas busquem criar um padrão de consumo global, na região amazônica as práticas alimentares configuram-se como reflexo da rica diversidade de saberes e tradições locais, que extrapolam as tendências de mercado (Freitas *et al.*, 2023). A alimentação na Amazônia assume papel central na construção das identidades locais, constituindo expressão viva das práticas culturais e dos modos de vida que compõem o tecido sociocultural da região (Rolim; Andrade, 2022).

Nesse contexto, o ato de comer transcende a mera função fisiológica da nutrição, pois carrega significados sociais, culturais e afetivos profundos. Valorizar a comida regional, portanto, implica reconhecer e preservar essas práticas alimentares, as quais não apenas celebram os sabores, mas também fortalecem os vínculos comunitários e revelam conexão profunda com o território (Monteiro; Verly-Junior, 2023).

Isto significa que, promover a cultura alimentar amazônica, assim, corresponde a promover a própria valorização da cultura regional, destacando a importância de políticas públicas e de ações educativas que reconheçam a riqueza desses sistemas alimentares como patrimônios simbólicos e estratégias essenciais de soberania e segurança alimentar (Monteiro; Verly-Junior, 2023; Freitas *et al.*, 2023).

Nesse sentido, a valorização da cultura amazônica na alimentação escolar vai além da promoção de dieta regionalizada, pois se trata de ação estratégica para o fortalecimento da identidade dos estudantes e para a construção de vínculos afetivos com suas origens (Rolim; Andrade, 2022). Afinal, para muitos alunos das escolas federais em regime de ensino integrado, que realizam até três refeições diárias na instituição, a escola torna-se um dos principais espaços de vivência alimentar.

Nesse cenário, o oferecimento de preparações com ingredientes regionais reconhecíveis e culturalmente significativos, como o peixe, a mandioca, o tucupi e a banana pacova, contribui para o acolhimento e o pertencimento, tornando a experiência alimentar mais próxima do cotidiano familiar e comunitário (Guimarães *et al.*, 2024; Quinzani; Capovilla; Corrêa, 2016). Essa conexão simbólica entre comida e identidade fortalece os vínculos com a cultura local, ao mesmo tempo em que amplia o respeito à diversidade e ao território (Zhu; Liu; Liu, 2023).

Além do valor simbólico e cultural, a alimentação baseada em ingredientes amazônicos representa fonte rica de nutrientes essenciais, promovendo dieta variada, equilibrada e adaptada às condições ambientais e às práticas alimentares da população local (Rolim; Andrade, 2022). Alimentos como peixes regionais, frutos nativos e farinhas artesanais oferecem elevado valor nutricional, com potencial para prevenir deficiências alimentares e doenças crônicas (Guimarães *et al.*, 2024). Isto é, ao integrar esses alimentos aos cardápios escolares, em conformidade com as diretrizes nutricionais do PNAE, promove-se não apenas a saúde física dos estudantes, mas também educação alimentar contextualizada (Brasil, 2009; Brasil, 2013), que evidencia o valor da biodiversidade, da sustentabilidade e do respeito aos modos de vida locais (Zhu; Liu; Liu, 2023).

Todavia, apesar dos avanços nas diretrizes do PNAE em favor da alimentação regionalizada e culturalmente adequada, a efetivação dessa proposta na região amazônica enfrenta série de desafios logísticos, administrativos e estruturais (Guimarães *et al.*, 2024). A ampla biodiversidade local e a riqueza de ingredientes tradicionais contrastam com as dificuldades de aquisição, de armazenamento e de distribuição de alimentos frescos em território de grandes dimensões geográficas e de infraestrutura limitada (Matarezio Filho; Pedroza, 2024).

No caso das escolas federais, esses desafios são agravados por barreiras contratuais impostas por processos de terceirização da alimentação escolar, que operam com orçamentos restritos e, muitas vezes, desconsideram a complexidade do contexto regional, em razão de problemáticas já abordadas no tópico 2 desta dissertação.

Ademais, consta esclarecer que a limitação de valores e a padronização dos cardápios pelas empresas terceirizadas fornecedoras de refeições reduzem a capacidade de incluir alimentos típicos, impactando diretamente a aceitabilidade das refeições por parte dos estudantes. Afinal, quando os cardápios não dialogam com os hábitos alimentares locais, observa-se maior rejeição por parte dos alunos (Matarezio Filho; Pedroza, 2024), especialmente daqueles que realizam a maior parte de suas refeições na escola, o que compromete tanto a

adesão ao programa quanto os objetivos nutricionais, culturais e pedagógicos que ele deve alcançar.

Nesse sentido, a valorização da comida local tem emergido como recurso estratégico para organizações públicas e privadas, especialmente em mercados sensíveis às questões culturais e ambientais (Rolim; Andrade, 2022). Dito de outra modo, ao promover produtos gastronômicos regionais, valoriza-se também o território e suas identidades (Putra; Putra; Novianti, 2023). Isto é, apreende-se que essas expressões culinárias fortalecem vínculos afetivos e funcionam como formas de resistência à padronização alimentar (Matarezio Filho; Pedroza, 2024).

Adicionalmente, estudos recentes indicam que experiências multiculturais podem reduzir a neofobia alimentar e aumentar a disposição para o consumo de alimentos culturalmente distintos, a depender da bagagem simbólica dos comensais (Lee; Kim, 2024).

A dimensão simbólica do sabor também tem sido abordada por pesquisas interdisciplinares, as quais demonstram como os sentidos químicos se entrelaçam com experiências cognitivas e afetivas (Palazzo *et al.*, 2019; Kim *et al.*, 2021). O consumo alimentar, portanto, não se resume à ingestão de nutrientes, mas incorpora memórias, valores, afetos e modos de socialização.

Nesse sentido, a identidade alimentar emerge como elemento estruturante do comportamento alimentar, conformando escolhas e práticas cotidianas em consonância com representações culturais (Satia; Galvan, 2021). Como destaca Portilho (2009), comer é um ato que expressa e modela relações sociais; ademais, segundo Fischler e Masson (2010), incorpora representações, normas e regras que sustentam classificações culturais. Não por acaso, as escolhas alimentares dizem mais sobre os modos de vida do que sobre os alimentos em si (Bourdieu, 1998).

Essa concepção é ampliada por Montero e Gross (2023), que discutem o papel do alimento na produção de hierarquias sociais. O ato de comer, nessa perspectiva, está inserido em disputas simbólicas e políticas acerca do que é legítimo, desejável ou proibido, revelando como o alimento participa da constituição das identidades e das estruturas de poder (Lee; Kim, 2024). O comer torna-se, assim, um campo privilegiado para observar os modos pelos quais pertencimento, exclusão e resistência se materializam (Portilho, 2009; Fischler; Masson, 2010).

Ademais, o comer é regulado por permissões e recusas socialmente construídas acerca do que pode ou não ser consumido, tanto em função de escolhas pessoais quanto de convenções coletivas (Canesqui; Garcia, 2005). A alimentação, desse modo, configura-se como um sistema simbólico de classificações e preferências, no qual o que é considerado alimento varia conforme

a cultura (DaMatta, 1987). A valorização da “boa alimentação” como elemento essencial à saúde revela a coexistência entre saberes nutricionais e práticas alimentares tradicionais. Tais saberes populares não desaparecem; ao contrário, são reinterpretados à luz das condições de vida, das culturas locais e da agência cotidiana dos comensais, especialmente nas camadas populares (Canesqui; Garcia, 2005).

O conceito de ambiente alimentar complementa esse quadro ao considerar as condições objetivas e subjetivas do comer (Freedman *et al.*, 2022). Esse ambiente envolve desde a disponibilidade e o acesso físico e econômico aos alimentos até aspectos como a acomodação das práticas locais e a aceitabilidade cultural dos itens ofertados (Ziso; Chun; Puglisi, 2022; Muzenda *et al.*, 2022).

Em outras palavras, quando há incongruência entre o alimento disponível e as referências culturais dos indivíduos, tal situação pode gerar impactos negativos no bem-estar subjetivo, especialmente em contextos de deslocamento ou de minorias culturais (Yaqoob *et al.*, 2022). Desse modo, estudos demonstram que a insegurança alimentar cultural afeta a identidade e a saúde psíquica, conforme observado entre adolescentes e jovens adultos em diáspora (Satia; Galvan, 2021). Assim, políticas públicas, práticas educativas e ações sociais voltadas à alimentação precisam considerar essas múltiplas dimensões, materiais e simbólicas, que atravessam o ato de comer (Nikitina; Vtornikova; Kelmanson, 2024).

Urge ainda explicar que a construção de estratégias alimentares sensíveis à diversidade cultural é, portanto, essencial para a promoção de escolhas saudáveis, cidadania e reconhecimento (Freedman *et al.*, 2022). Dessa forma, garantir uma alimentação adequada e culturalmente sensível constitui uma forma de promover cidadania e qualidade de vida, especialmente entre públicos em processo de formação de hábitos e identidades alimentares (Muzenda *et al.*, 2022), como é o caso dos adolescentes, sujeitos desta pesquisa.

3.3 Alimentação na Adolescência

A adolescência, compreendida como o período entre 10 e 19 anos, caracteriza-se por um intenso processo de crescimento biopsicossocial, no qual se sucedem transformações físicas, cognitivas, emocionais e identitárias (WHO, 2010; Brasil, 2018).

Trata-se de uma fase de desenvolvimento cuja complexidade transcende os critérios cronológicos e fisiológicos, incorporando dimensões culturais, institucionais e políticas que configuram as vivências juvenis em contextos variados (Satia; Galvan, 2021).

Durante essa fase, valores, atitudes e comportamentos estão em constante formação, sendo moldados por relações de pertencimento, pela influência dos pares e pela progressiva autonomia em relação às estruturas familiares (Girón-Gamero; Lupión-Cobos, 2022; Brasil, 2010).

A alimentação desempenha papel central nesse processo, não apenas como condição biológica para o desenvolvimento físico e cognitivo, mas também como prática cultural que afirma e negocia identidades (Indumathi; Sharma; Sanghi, 2024).

Diversos estudos demonstram que os hábitos alimentares adotados na adolescência tendem a se consolidar ao longo da vida, impactando diretamente a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida na fase adulta (SBP, 2019). Quando expostos a padrões alimentares inadequados, caracterizados pelo consumo excessivo de ultraprocessados e pela baixa ingestão de alimentos in natura, os adolescentes tornam-se mais suscetíveis ao desenvolvimento de deficiências nutricionais, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (Djannah *et al.*, 2023; Gora, 2022; Confortin *et al.*, 2022).

Embora parte da literatura tenda a caracterizar os adolescentes como vulneráveis à influência do marketing e das práticas publicitárias (Parker *et al.*, 2022), convém destacar sua capacidade de reflexão crítica, resistência simbólica e construção de alternativas alimentares baseadas em valores éticos, ambientais ou culturais (Dominguez-Riscart *et al.*, 2022). O envolvimento com movimentos alimentares, como o vegetarianismo ou a recusa de alimentos ultraprocessados, constitui exemplo de engajamentos juvenis mediados por vínculos afetivos, convívio escolar e redes sociais (Parker *et al.*, 2022; Kirwan *et al.*, 2023).

Quando empoderados, os adolescentes tornam-se protagonistas de suas escolhas; ademais, estudos indicam que o fortalecimento de sua agência, entendida como a capacidade de tomar decisões, planejar e agir em prol de objetivos pessoais, está diretamente associado a melhores desfechos em saúde (Catalano *et al.*, 2019).

Nessa perspectiva, desloca-se o olhar normativo sobre os jovens, inserindo-os como sujeitos ativos na construção de estilos de vida mais saudáveis, especialmente quando apoiados por ações educativas dialógicas e intervenções sensíveis às suas realidades (Indumathi; Sharma; Sanghi, 2024). Além disso, a escolha alimentar está intimamente ligada à construção da autoimagem e à percepção corporal durante a adolescência (Trovato *et al.*, 2022).

A esse respeito, aliás, a literatura indica que insatisfações com o corpo, frequentemente alimentadas por padrões estéticos midiáticos, influenciam negativamente as decisões alimentares, podendo resultar em restrições alimentares, compulsões ou estratégias não

saudáveis de controle de peso (Bodega *et al.*, 2023; Nordin-Bates *et al.*, 2021; Trovato *et al.*, 2022).

Simultaneamente, fatores ambientais, como o acesso a alimentos saudáveis, a organização dos espaços escolares e as normas culturais compartilhadas entre os pares, desempenham papel determinante na formação dos comportamentos alimentares juvenis (Girón-Gamero; Lupión-Cobos, 2022). Portanto, as decisões alimentares não devem ser vistas como expressão de passividade, mas como síntese entre condicionantes sociais e escolhas situadas, frequentemente marcadas por agência, pertencimento e resistência (Morales Camacho *et al.*, 2021).

Com efeito, intervenções baseadas no ambiente escolar têm se mostrado estratégias eficazes para promover comportamentos alimentares saudáveis entre adolescentes, especialmente quando combinam educação nutricional crítica, participação ativa dos estudantes e sensibilização da comunidade escolar (Figueroa-Pina *et al.*, 2021).

Em outros termos, uma revisão sistemática recente indica que tais programas escolares podem produzir efeitos significativos na qualidade da alimentação dos jovens, contribuindo para mudanças positivas nos padrões de consumo (Kang; Choi; Jung, 2021), sobretudo ao reconhecer a escola como um espaço de formação cidadã e de práticas alimentares cotidianas, ou melhor, essas ações ampliam o alcance das políticas públicas de saúde e reforçam a importância do diálogo entre educação, nutrição e cultura (Figueroa-Pina *et al.*, 2021; Kirwan *et al.*, 2023).

Nesse contexto, promover práticas alimentares saudáveis entre adolescentes exige mais do que intervenções prescritivas (Bodega *et al.*, 2023); demanda abordagens intersetoriais e comunicacionais que reconheçam os jovens como sujeitos culturais ativos, cujas decisões são mediadas por vínculos sociais, valores éticos e repertórios simbólicos. Isto é, a literatura destaca que estratégias eficazes de promoção da saúde devem integrar educação, regulação e comunicação pública, favorecendo a construção de ambientes alimentares saudáveis e o engajamento crítico da juventude (Bodega *et al.*, 2023).

A partir dessa perspectiva, convém compreender os determinantes da alimentação na adolescência como um conjunto de fatores interligados, os quais influenciam tanto a formação quanto a consolidação dos hábitos alimentares dos jovens (Kang; Choi; Jung, 2021; Nordin-Bates *et al.*, 2021). Essas determinantes apresentam caráter multifacetado, englobando aspectos biológicos, sociais e culturais, indo além da simples escolha de alimentos, uma vez que refletem valores, crenças e contextos que permeiam o universo juvenil (Bi *et al.*, 2023; Helmyati *et al.*, 2021). Nesse cenário, as escolhas alimentares são frequentemente moldadas por uma

combinação de fatores internos, como as mudanças hormonais e a percepção corporal, e fatores externos, como a publicidade e as normas culturais prevalentes (Trovato *et al.*, 2022; Bodega *et al.*, 2023; Nordin-Bates *et al.*, 2021). Assim, compreender esses determinantes revela-se essencial para a promoção de intervenções eficazes que considerem a complexidade desse processo e que, ao empoderar os adolescentes, contribuam para a construção de um futuro mais saudável e consciente em relação à alimentação (Parker *et al.*, 2022; Dominguez-Riscart *et al.*, 2022).

3.3.1 Determinantes Sociais, Culturais e Biológicos da Alimentação na Adolescência

Durante a adolescência, período crucial de transformação física, psicológica e social, diversos fatores biológicos, sociais e culturais se entrelaçam para moldar profundamente os hábitos alimentares dos jovens (WHO, 2010; Brasil, 2018). O processo de crescimento acelerado, característico dessa fase da vida, resulta em uma série de mudanças hormonais e fisiológicas que elevam consideravelmente as necessidades nutricionais (Bi *et al.*, 2023). A demanda por nutrientes essenciais, como proteínas, vitaminas, minerais e calorias, é ampliada para sustentar o rápido desenvolvimento do organismo, que inclui o aumento da massa óssea e muscular, bem como o desenvolvimento cognitivo (Walsh *et al.*, 2022; Gomes *et al.*, 2021). A adolescência configura-se, portanto, como uma fase em que corpo e mente estão em constante evolução, sendo os nutrientes ingeridos nesse período determinantes para o crescimento saudável e o desempenho cognitivo (Bi *et al.*, 2023).

As flutuações hormonais que ocorrem durante a puberdade, como as alterações nos níveis de leptina e grelina, exercem impacto direto nos padrões alimentares dos adolescentes. A leptina, responsável pela regulação da saciedade, e a grelina, que estimula o apetite, sofrem variações consideráveis, o que pode levar ao aumento da fome e, conseqüentemente, à maior ingestão alimentar, frequentemente composta por alimentos de baixo valor nutricional, como os ultraprocessados (García; Moreno; Castillo, 2021; Louzada *et al.*, 2021). Essas oscilações hormonais, aliadas ao ritmo de vida acelerado e aos fatores psicológicos próprios dessa faixa etária, podem desencadear padrões alimentares irregulares (Helmyati *et al.*, 2021), como o consumo impulsivo ou compulsivo de alimentos ricos em açúcares e gorduras saturadas, o que eleva os riscos de obesidade, diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares (Djannah *et al.*, 2023; Dominguez-Riscart *et al.*, 2022).

Além das mudanças hormonais, o sono irregular, comportamento comum entre adolescentes, também influencia os hábitos alimentares. O ritmo circadiano, que regula os

ciclos de sono e vigília, é frequentemente alterado nessa fase, levando os jovens a dormir e acordar mais tarde, o que impacta diretamente os horários das refeições (Carskadon; Tarokh, 2014). A omissão do café da manhã, por exemplo, torna-se frequente, ao passo que o consumo de alimentos durante a noite, como lanches rápidos e ultraprocessados, passa a constituir prática recorrente (Confortin *et al.*, 2022). Esses comportamentos estão diretamente associados ao aumento do risco de obesidade, resistência à insulina e outros problemas metabólicos que podem persistir na vida adulta (Helmyati *et al.*, 2021).

Além dos fatores biológicos, os determinantes sociais desempenham papel crucial na formação dos hábitos alimentares durante a adolescência (Shams; Shafiei; Sadremomtaz, 2024). A família, especialmente nas primeiras fases da vida, constitui a principal referência nutricional para os jovens, influenciando significativamente suas escolhas alimentares.

Aliás, a prática de refeições em família, por exemplo, apresenta associação positiva com dietas mais equilibradas, ricas em frutas, vegetais e alimentos naturais, bem como com a redução do consumo de ultraprocessados (Helmyati *et al.*, 2021). Quando a família não consegue oferecer essas refeições regulares, seja em razão de horários desajustados, seja pela limitação de recursos, os adolescentes tendem a adotar hábitos alimentares inadequados, favorecendo alimentos industrializados e de baixo valor nutricional, de fácil acesso e preparo rápido, como *fast food* e *snacks* (Shams; Shafiei; Sadremomtaz, 2024). Em suma, esse cenário eleva o risco de desenvolvimento de doenças metabólicas e obesidade (Walsh *et al.*, 2022).

À medida que os adolescentes ganham mais autonomia, a influência dos pares e da escola torna-se cada vez mais significativa. O desejo de pertencimento ao grupo de amigos pode levá-los a adotar hábitos alimentares semelhantes aos dos colegas, sejam eles saudáveis ou não (Bittar; Soares, 2022).

Em muitas situações, o grupo de pares é influenciado pelo consumo de alimentos ultraprocessados ou bebidas açucaradas, criando um ciclo de escolhas alimentares prejudiciais (Confortin *et al.*, 2022). Assim, o comportamento alimentar dos jovens frequentemente reflete os padrões dos grupos com os quais se identificam, em uma tentativa de integração e aceitação (Bi *et al.*, 2023).

A escola, como ambiente social, constitui outro fator determinante no comportamento alimentar dos adolescentes (Vale *et al.*, 2022). Grande parte dos jovens realiza ao menos uma refeição diária nesse espaço, e a qualidade dos alimentos ofertados pode impactar significativamente a formação de hábitos alimentares saudáveis (Indumathi; Sharma; Sanghi, 2024; Liusnea, 2021).

Dessa maneira, entende-se que programas escolares que promovem a alimentação saudável, como a implementação de hortas escolares ou a realização de atividades educativas sobre nutrição, têm apresentado resultados positivos na melhoria da qualidade alimentar dos estudantes (Figueroa-Pina *et al.*, 2021; Dallacosta *et al.*, 2022).

Contudo, muitas instituições ainda enfrentam desafios, como a ausência de infraestrutura adequada para fornecer refeições balanceadas ou a presença de cantinas que comercializam alimentos pouco nutritivos, como refrigerantes, salgadinhos e doces. Apreende-se, então, que esses fatores dificultam a constituição de ambientes alimentares saudáveis, levando os jovens a optarem por escolhas prejudiciais à saúde (Henriques *et al.*, 2021; Liusnea, 2021).

Nesse sentido, os hábitos alimentares dos adolescentes são profundamente influenciados por fatores culturais, especialmente aqueles mediados pela globalização e pelas mídias sociais (Trovato *et al.*, 2022). A publicidade voltada a esse público tem explorado estratégias sofisticadas para promover alimentos ultraprocessados e bebidas açucaradas, frequentemente recorrendo à imagem de influenciadores digitais e celebridades para atrair jovens consumidores (Cruz; Sousa; Skrivan, 2021). Como resultado, esses produtos são apresentados como parte de um estilo de vida idealizado, associado à saúde, à beleza e ao prazer, o que os torna ainda mais desejáveis para essa faixa etária (Helmyati *et al.*, 2021).

As redes sociais, por sua vez, ampliam esse fenômeno ao promover padrões estéticos frequentemente inatingíveis, alimentando discursos sobre dietas restritivas e desafios alimentares que têm contribuído para o surgimento de transtornos alimentares (Parker *et al.*, 2022), como anorexia e bulimia, entre adolescentes (Bodega *et al.*, 2023). Isto é, esse ambiente digital exerce pressão constante sobre os jovens, interferindo não apenas em suas escolhas alimentares, mas também em sua percepção corporal e autoestima (Trovato *et al.*, 2022).

Além disso, a globalização tem transformado profundamente os padrões alimentares tradicionais (Marinov; Hristova, 2021). Comunidades que, anteriormente, baseavam sua alimentação em produtos naturais e preparados de forma caseira passaram a incorporar, de maneira crescente, alimentos ultraprocessados, os quais tendem a ser mais baratos, acessíveis e amplamente divulgados (Louzada *et al.*, 2021).

Dito de outro modo, observa-se que essa transição alimentar tem sido acompanhada por um aumento expressivo nos índices de obesidade juvenil, além da maior incidência de doenças crônicas, como diabetes tipo 2 e hipertensão arterial, mesmo em populações historicamente menos expostas a esses agravos (Kim *et al.*, 2021; Marinov; Hristova, 2021).

Portanto, os determinantes biológicos, sociais e culturais da alimentação na adolescência não operam de forma isolada; ao contrário, estão profundamente interligados e devem ser considerados de maneira integrada para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes (Indumathi; Sharma; Sanghi, 2024).

Em outras palavras, a escola, em razão de seu papel central na vida dos adolescentes, oferece uma oportunidade singular para intervir positivamente sobre esses determinantes (Figuerola-Pina *et al.*, 2021), haja vista que programas educacionais que promovem a alimentação saudável, a oferta de refeições balanceadas e a sensibilização acerca dos efeitos dos alimentos ultraprocessados podem contribuir para a construção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis (Scott *et al.*, 2022).

Em síntese, percebe-se que a integração desses esforços com a educação nutricional e a promoção de um ambiente escolar mais saudável pode não apenas melhorar a qualidade da alimentação dos adolescentes, mas também promover a saúde e prevenir doenças crônicas na vida adulta (Vale *et al.*, 2021; Bi *et al.*, 2023). Além disso, a criação de políticas públicas que considerem todos esses fatores revela-se essencial para garantir a saúde integral e o desenvolvimento sustentável dos adolescentes brasileiros.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, abordando aspectos como o delineamento do estudo, sua natureza aplicada, o tipo de investigação, os sujeitos participantes, os métodos e técnicas de coleta de dados, bem como as estratégias utilizadas para análise das informações. Assim sendo, a realização do trabalho de campo foi previamente autorizada pelo IFAM -CMC, incluindo a liberação institucional para divulgação neste estudo.

4.1 Delimitação do Método

Quanto à natureza, segundo Gil (2019), esta pesquisa é classificada como aplicada, caracterizando-se pelo interesse imediato na aplicação prática, utilização e consequências dos conhecimentos gerados, uma vez que busca soluções para a problemática da identificação da percepção dos alunos e a melhoria do nível de satisfação quanto à oferta de alimentação escolar por uma empresa terceirizada.

Prodanov e Freitas (2013) complementam essa perspectiva ao afirmarem que a pesquisa aplicada envolve verdades e interesses locais. Além disso, Gil (2019) destaca que a pesquisa aplicada se relaciona, em alguns aspectos, com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se beneficia de novas contribuições que enriquecem seu desenvolvimento.

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa proposta será do tipo descritivo-exploratória. A pesquisa descritiva ocorre quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados, sem neles interferir. Tem como finalidade descrever as características de determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre variáveis. Envolve procedimentos sistemáticos e assume, em geral, a forma de levantamento. Desse modo, descreve as características de um determinado fenômeno ou objeto de estudo, estabelecendo relações entre suas variáveis (Gil, 2010).

Ainda, segundo Gil (2008), as pesquisas classificadas como exploratórias buscam promover familiaridade com o problema em estudo, com o intuito de torná-lo mais compreensível ou de construir suposições. Para Marconi e Lakatos (2002), esse tipo de pesquisa possui três funções: “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa, ou modificar e clarificar conceitos”.

Diante dessas observações, esta pesquisa será qualitativa, a qual, conforme Miles e Huberman (1994), permite elaborar descrições mais amplas sobre uma realidade específica, auxiliando o pesquisador a superar concepções iniciais e a gerar ou revisar estruturas teóricas adotadas anteriormente, oferecendo base para descrições e explicações ricas de contextos específicos.

A pesquisa utilizou a estratégia qualitativa de entrevistas semiestruturadas, voltada à compreensão das percepções, experiências e significados atribuídos pelos estudantes do ensino médio integrado à alimentação escolar. Esse método possibilita uma análise mais ampla e aprofundada, articulando a dimensão prática e relacional observada no cotidiano à dimensão discursiva expressa nas falas dos participantes.

Conforme Peruzzo (2017), a observação participante permite ao pesquisador “ver de dentro” as dinâmicas sociais e compreender o contexto vivido pelos sujeitos, sendo também destacada por Poulain e Proença (2003) como uma das principais técnicas de investigação das práticas alimentares, por possibilitar a compreensão do comer em seu contexto simbólico e social. As entrevistas semiestruturadas, por sua vez, complementam essa abordagem ao captar as interpretações e motivações individuais que orientam atitudes e opiniões, revelando a dimensão subjetiva das experiências alimentares (Poulain, 2004).

A utilização dessas metodologias revela-se especialmente adequada ao estudo com adolescentes, pois favorece a criação de um ambiente de diálogo e escuta ativa, respeitando suas formas próprias de expressão e valorizando suas experiências cotidianas. Afinal, nesse quadro, a observação participante permitirá compreender como os jovens interagem com o espaço do refeitório, com os colegas e com a alimentação oferecida, identificando comportamentos e reações espontâneas que evidenciam sua relação com o serviço.

Por conseguinte, as entrevistas semiestruturadas, por sua vez, serão aplicadas a um grupo selecionado de estudantes, permitindo aprofundar percepções sobre aspectos como sabor, variedade, atendimento e significado da alimentação escolar em seu cotidiano. Em suma, essa abordagem flexível e empática mostra-se essencial para a compreensão de fenômenos sociais complexos e subjetivos, especialmente entre adolescentes, cuja participação requer sensibilidade, confiança e escuta qualificada, conforme destacam Poulain (2004) e Poulain e Proença (2003), ao abordarem as interações sociais envolvidas no ato alimentar.

Outrossim, esclarece-se que a escolha por combinar observação e entrevistas ancora-se no pressuposto de que o fenômeno investigado, a experiência alimentar no contexto escolar, envolve dimensões simbólicas, afetivas e relacionais que não podem ser plenamente compreendidas por um único instrumento. Assim, ao observar comportamentos e captar

narrativas, o pesquisador buscará construir uma visão integrada da realidade, identificando convergências e divergências entre o que os estudantes fazem e o que dizem acerca do serviço de alimentação. Isto é, essa triangulação de perspectivas reforça a validade e a profundidade dos dados, ampliando a compreensão sobre como os adolescentes percebem, vivenciam e atribuem sentido à alimentação escolar, elemento essencial de sua rotina e permanência educacional (Poulain, 2004; Peruzzo, 2017).

Ademais, como estratégia metodológica, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, voltadas à compreensão das percepções, experiências e significados atribuídos pelos estudantes do Ensino Médio Integrado à alimentação escolar. De acordo com Minayo (2015; 2018), a entrevista pode ser compreendida como uma “conversa com finalidade”, constituindo-se como instrumento privilegiado nas pesquisas qualitativas por possibilitar acesso às interpretações dos sujeitos sobre sua realidade. Nesse contexto, a modalidade semiestruturada, em particular, combina um roteiro previamente elaborado com a abertura para que o entrevistado discorra livremente sobre os temas propostos, permitindo ao pesquisador direcionar a investigação sem restringir a espontaneidade das respostas.

Em outras palavras, a escolha por entrevistas semiestruturadas mostrou-se especialmente pertinente para o trabalho com adolescentes, pois favorece um ambiente de diálogo mais horizontal, próximo a uma conversa, respeitando suas formas de expressão e promovendo escuta qualificada. Essa abordagem possibilitou captar não apenas opiniões sobre a alimentação escolar, mas também percepções mais amplas relacionadas ao sabor, à variedade, às práticas alimentares e aos significados atribuídos às refeições no cotidiano escolar. Dessa maneira, as entrevistas permitiram acessar dimensões subjetivas e contextuais da experiência alimentar, fundamentais para a compreensão do fenômeno investigado.

4.2 População do estudo

A população-alvo desta pesquisa foi composta por alunos beneficiários do PNAE, matriculados no Ensino Médio Integrado no campus IFAM Manaus Centro, abrangendo o 1º, o 2º e o 3º anos. Esses estudantes, com idades entre 15 e 19 anos, realizam refeições diariamente na escola. Esses alunos representam um grupo estratégico para a análise, pois consomem regularmente os alimentos fornecidos pela alimentação escolar, sendo diretamente impactados pela qualidade sensorial das refeições. Adicionalmente, a participação dos estudantes na pesquisa promove o envolvimento direto dos beneficiários do PNAE, incentivando um olhar

crítico sobre os alimentos consumidos e fortalecendo práticas de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar. A participação dos estudantes dos cursos técnicos integrados do 1º, do 2º e do 3º ano foi estimulada por meio de uma estratégia de divulgação múltipla, com o uso de diferentes formatos de convite, a fim de alcançar o maior número possível de alunos.

Inicialmente, elaborou-se um folder informativo contendo uma breve apresentação da pesquisa, seus objetivos, a forma de participação e as orientações específicas para estudantes menores de idade. Esse material foi distribuído presencialmente nos principais espaços de circulação do campus, como o refeitório e a área de convivência, onde também foram realizados convites verbais individuais. Nesses momentos, os estudantes eram abordados pela equipe de pesquisa e recebiam explicações adicionais sobre o estudo, incluindo a necessidade de autorização dos responsáveis, quando aplicável.

Além da distribuição presencial, a divulgação ocorreu por meios digitais, mediante o compartilhamento do convite e de um texto explicativo em redes sociais e grupos institucionais de WhatsApp. Nesses canais, foram reforçadas as informações relativas aos procedimentos e aos critérios de participação.

Para os estudantes menores de 18 anos, informou-se que a participação estava condicionada à entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), devidamente assinado pelos responsáveis, bem como da autorização específica para gravação de voz, conforme as exigências éticas vigentes. Todos os participantes assinaram, ainda, um termo de assentimento voluntário, declarando sua concordância livre e espontânea em participar do estudo, assegurando o respeito ao princípio da autonomia e a ausência de qualquer forma de coerção.

Os documentos físicos não foram disponibilizados on-line; assim, os alunos interessados deveriam dirigir-se ao gabinete médico do campus, onde a nutricionista responsável pela pesquisa fornecia as vias impressas e esclarecia eventuais dúvidas. Os estudantes maiores de idade assinaram o TCLE e a autorização para gravação de voz diretamente no ato da adesão.

Ao todo, 25 estudantes participaram das entrevistas, sendo 18 matriculados no 1º ano, 3 no 2º ano e 4 no 3º ano dos cursos técnicos integrados. O processo de divulgação, recrutamento e realização das entrevistas ocorreu no período de 29 de outubro a 14 de novembro de 2025, compreendendo todas as etapas necessárias para a apresentação da pesquisa aos estudantes, a entrega e o recolhimento dos documentos obrigatórios, a obtenção das autorizações dos responsáveis legais e a realização das entrevistas individuais com os participantes.

Durante a condução das entrevistas, observou-se que o ponto de saturação teórica foi atingido aproximadamente na faixa dos 18 participantes, momento em que os discursos passaram a apresentar recorrência temática e não emergiram novos elementos relevantes para os objetivos da pesquisa.

Ainda assim, o processo de coleta precisou ser estendido em razão de questões operacionais relacionadas à participação de estudantes menores de idade. Em diversos casos, os alunos interessados levaram os termos de consentimento para assinatura de seus responsáveis, mas não retornaram nas datas inicialmente agendadas, o que levou a pesquisadora a manter ativa a busca por novos participantes, a fim de garantir a continuidade e a viabilidade do processo de coleta dentro do cronograma estabelecido.

Ao final, mesmo após a constituição de uma amostra considerada suficiente do ponto de vista analítico, alguns estudantes retornaram com a documentação devidamente assinada e manifestaram interesse em participar da pesquisa.

Considerando o compromisso ético com os participantes e a disponibilidade temporal para a coleta de dados, a pesquisadora optou por realizar as entrevistas até a data final previamente estabelecida, totalizando, assim, 25 entrevistas. Ressalta-se que a ampliação do número de participantes não comprometeu a saturação dos dados; ao contrário, reforçou a consistência das categorias analíticas identificadas. A seguir, apresenta-se o quadro demonstrativo do perfil dos alunos entrevistados.

Quadro 01 - Perfil dos alunos participantes da pesquisa

Entrevistado	Idade	Gênero	Turma
E1	16	Masculino	1º ano - Edificações
E2	17	Feminino	1º ano - Edificações
E3	16	Feminino	1º ano - Informática
E4	16	Masculino	1º ano - Informática
E5	18	Feminino	3º ano - Edificações
E6	16	Masculino	1º ano - Informática
E7	17	Feminino	2º ano - Eletrotécnica
E8	15	Masculino	1º ano - Informática
E9	17	Masculino	2º ano - Informática
E10	17	Masculino	1º ano - Informática
E11	16	Feminino	1º ano - Eletrotécnica
E12	16	Feminino	1º ano - Edificações
E13	16	Feminino	2º ano - Informática
E14	16	Feminino	1º ano - Edificações
E15	15	Feminino	1º ano - Edificações
E16	17	Masculino	3º ano - Eletrotécnica

E17	17	Feminino	3º ano - Mecânica
E18	16	Feminino	1º ano - Informática
E19	16	Masculino	1º ano - Informática
E20	15	Masculino	1º ano - Informática
E21	16	Feminino	1º ano - Eletrotécnica
E22	18	Feminino	3º ano - Edificações
E23	17	Feminino	1º ano - Informática
E24	16	Feminino	1º ano - Edificações
E25	19	Masculino	2º ano - Informática

Fonte: Elaboração própria do autor.

Entre os participantes, 68% eram estudantes do 1º ano, 16% do 2º ano e 16% do 3º ano. Observou-se que os alunos do 1º ano, grupo que apresentou a maior adesão, frequentemente se aproximavam do local das entrevistas em pares ou em pequenos grupos. Contudo, alguns demonstraram surpresa ao serem informados de que as entrevistas seriam individuais, e parte deles desistiu de participar ao perceber que não permaneceriam acompanhados pelos colegas.

Esse comportamento está alinhado ao que a literatura descreve acerca da influência dos pares na adolescência, um fenômeno multifacetado que opera em diferentes níveis, desde efeitos implícitos, relacionados a gestos, emoções e expectativas sociais, até influências mais amplas sobre atitudes, preferências e modos de participação.

Ademais, estudos em neurodesenvolvimento apontam que, nessa fase, os adolescentes são particularmente sensíveis ao olhar dos pares, o que pode tanto incentivar comportamentos pró-sociais e colaborativos quanto gerar hesitação diante de situações avaliativas individuais. Assim, a maior participação dos alunos do 1º ano e, ao mesmo tempo, sua maior desistência quando separados do grupo refletem não apenas uma motivação inicial estimulada pela presença dos colegas, mas também a centralidade das dinâmicas sociais entre pares no modo como adolescentes decidem se engajar, ou não, em determinadas atividades.

Quanto aos demais participantes, observou-se maior dificuldade de adesão entre os estudantes do 3º ano. Muitos se encontravam, nesse período letivo, envolvidos em estágios curriculares obrigatórios realizados fora da escola, o que limitava sua permanência no campus e reduzia as oportunidades de abordagem. Isto é, grande parte desses alunos comparecia à instituição apenas no turno da tarde e em dias específicos, o que restringiu o alcance da divulgação presencial. Assim sendo, o contato mais frequente com esse grupo ocorreu no refeitório; ainda assim, a adesão permaneceu baixa, pois os estudantes demonstravam, de modo geral, menor interesse em participar da pesquisa, seja por indisponibilidade de tempo, cansaço decorrente dos estágios ou por prioridades acadêmicas relacionadas ao encerramento do curso.

No caso dos estudantes do 2º ano, não foi identificado nenhum fator específico que justificasse a participação reduzida. Eles foram abordados de maneira equivalente aos demais grupos, tanto presencialmente quanto nos espaços de circulação, incluindo o refeitório; entretanto, a adesão permaneceu modesta. A ausência de um padrão claro de recusa sugere que, para esse grupo, o desinteresse pode estar relacionado a fatores individuais e heterogêneos, não necessariamente vinculados ao contexto escolar ou às condições de recrutamento.

As entrevistas foram inicialmente transcritas integralmente com o auxílio da ferramenta *Evernote*, preservando-se a oralidade e a sequência dos discursos dos participantes. Em seguida, as transcrições foram reorganizadas e sistematizadas em editor de texto, *Word*, o que possibilitou maior controle do material empírico e a padronização do corpus de análise.

Posteriormente, realizou-se nova escuta dos áudios, com conferência e ajustes das transcrições, etapa fundamental para assegurar a fidelidade ao conteúdo verbalizado pelos sujeitos. Esse procedimento resultou na constituição de um corpus consistente e validado, a partir do qual se procedeu à leitura flutuante, conforme preconizado por Bardin (2016), favorecendo a imersão no material, a apreensão global dos discursos e a identificação inicial de núcleos de sentido relevantes.

4.3 Etapas da pesquisa

A coleta de dados foi realizada entre os meses de outubro e novembro de 2025, período em que o restaurante escolar esteve em funcionamento regular, o que permitiu observar o cotidiano alimentar dos estudantes em sua rotina habitual. Durante esse intervalo, o pesquisador acompanhou as atividades de alimentação e convivência dos alunos do ensino médio integrado no refeitório do Campus Manaus Centro. Essa etapa possibilitou compreender as dinâmicas coletivas, as interações espontâneas e as percepções manifestas no cotidiano do serviço de alimentação.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o objetivo de aprofundar as percepções e interpretações individuais dos estudantes acerca da alimentação escolar. A participação foi voluntária, e as entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade dos estudantes, priorizando horários em que não houvesse prejuízo às atividades pedagógicas. Elas ocorreram em ambiente reservado, no Gabinete Médico-Odontológico do campus, local escolhido por oferecer privacidade, conforto e tranquilidade, garantindo condições adequadas para a escuta e o diálogo.

Antes do início de cada entrevista, os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, o caráter confidencial das informações e o direito de desistir a qualquer momento, conforme os princípios éticos de pesquisa com seres humanos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Consta ainda informar que, para os estudantes menores de 18 anos, foi solicitado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, TCLE, assinado pelos responsáveis, além do Termo de Assentimento dos próprios alunos. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, mediante autorização dos participantes, e posteriormente transcritas integralmente para análise qualitativa, preservando a confidencialidade e o anonimato dos entrevistados.

Além disso, o roteiro semiestruturado, apresentado em anexo a esta dissertação, foi elaborado com base no questionário de adesão proposto pelo FNDE, descrito no *Manual para Aplicação dos Testes de Aceitabilidade no âmbito do PNAE* (Brasil, 2017), tendo sido adaptado com modificações pertinentes aos objetivos da pesquisa e às especificidades da realidade local. O instrumento contemplou temas como frequência de consumo das refeições, preferências alimentares, fatores de rejeição, aspectos do ambiente de alimentação, apresentação dos alimentos e sugestões de melhoria para o cardápio e para o serviço ofertado, conforme detalhado a seguir.

Quadro 2 - Demonstrativo de Roteiro semiestruturado

Tema Principal	Subtemas de Discussão
Bloco 1 – Abertura e Contextualização	Introdução da pesquisa, apresentação dos objetivos e garantia de anonimato. Explora a trajetória do estudante no campus, sua rotina escolar, experiências prévias com alimentação escolar e conhecimento/percepção inicial sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), incluindo sua compreensão como política pública e direito social.
Bloco 2 – Percepções sobre a Alimentação Escolar e o PNAE	Investigação dos hábitos de consumo da alimentação escolar, frequência de adesão, preferências e rejeições alimentares. Avalia aspectos sensoriais (sabor, aparência, temperatura), quantitativos (porção), estruturais (tempo, fila, ambiente) e sociais (influência de colegas), bem como fatores que motivam ou dificultam a adesão ao programa.
Bloco 3 – Críticas, Sugestões e Engajamento	Identificação do nível de participação dos estudantes no processo de avaliação da alimentação escolar. Abrange sugestões de melhoria, percepção sobre canais de escuta institucional, experiências positivas e negativas no refeitório e avaliação do cumprimento dos objetivos do PNAE no contexto do campus.

Bloco 4 – Fatores Socioculturais e Práticas Alimentares	Análise das relações entre alimentação escolar e contexto familiar, cultural e social. Explora hábitos alimentares domésticos, comensalidade, preferências culturais e regionais, consumo alimentar fora da escola, influência do ambiente sociocultural e valorização da cultura alimentar amazônica.
Bloco 5 – Fechamento e Reflexão Final	Síntese reflexiva do participante sobre a alimentação escolar, incluindo percepções sobre sua importância para a vida estudantil e mensagens direcionadas à equipe responsável pelo serviço.
Bloco 6 – Questionário Socioeconômico	Levantamento de informações sobre composição familiar, condições de acesso a bens e serviços (tecnologia e internet), renda e participação em programas socioassistenciais, permitindo contextualizar as percepções dos estudantes em relação às suas condições socioeconômicas.

Fonte: Elaboração própria do autor.

A análise dos dados seguiu a técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), com codificação temática das falas e categorização das principais ideias emergentes, expostas no tópico de resultados e discussão.

4.4 Princípios Éticos

O projeto foi submetido à Plataforma Brasil, uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o Sistema CEP/Conep, para avaliação ética. Essa submissão permite que a pesquisa seja acompanhada em seus diferentes estágios, desde a submissão até a aprovação final pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e, quando necessário, pela Conep, possibilitando, inclusive, o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas, quando concluídas. A Plataforma permite, ainda, a apresentação de documentos em meio digital, assegurando à sociedade o acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas (Brasil, 2023).

A pesquisa também envolveu a participação de adolescentes, com faixa etária compreendida entre 15 e 19 anos. E, no que se refere aos menores de idade, a Resolução nº 466 (CNS, 2012) exige a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, TCLE, assinado pelos pais ou responsáveis e, adicionalmente, do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, TALE, do participante com menos de 18 anos.

Em relação ao TCLE, a resolução estabelece que, no caso de crianças, adolescentes e pessoas com transtornos ou doenças mentais, o consentimento deve ser obtido de um representante legal. Portanto, os pais ou responsáveis legais devem consentir em nome do

adolescente. Assim, nenhum adolescente menor de 18 anos poderá participar de pesquisa sem apresentar o TCLE assinado pelos pais ou responsáveis legais, exceto em casos de emancipação.

O TALE, por sua vez, garante que a criança, o adolescente ou o indivíduo legalmente incapaz receba todas as informações sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios esperados, possíveis riscos e desconfortos, de maneira compreensível e respeitando suas particularidades. Dessa forma, assegura-se que o adolescente tenha autonomia para decidir sobre sua participação, respeitando sua vontade (Borges; Dell’Aglío, 2017).

Além disso, foi fornecido todo o suporte necessário e a devida proteção aos alunos participantes, os quais foram informados de que têm o direito de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer penalização ou prejuízo. Também foi avaliada a ocorrência de riscos, de modo a minimizá-los e maximizar os benefícios.

Em suma, registra-se que toda a pesquisa foi realizada de forma transparente, mantendo-se comunicação aberta e contínua com os participantes ao longo do processo, explicando-se claramente todos os procedimentos da pesquisa, os direitos dos participantes e a utilização dos dados coletados. Caso necessário, os resultados serão divulgados de forma ética e compartilhados com os participantes e suas famílias.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na sequência, os dados oriundos das entrevistas foram amalgamados e reorganizados, sendo posteriormente transformados em textos analíticos, em consonância com os procedimentos da Análise de Conteúdo, conforme quadro 3, descrito abaixo.

Quadro 3 - Quadro Analítico Demonstrativo de Categorias e subtemas

Arcabouço teórico	Categoria	Subtema	Resumo
Alimentação no ambiente escolar	Percepções dos Estudantes sobre o Serviço de Alimentação Escolar no IFAM	Organização do serviço, filas e tempo de acesso; Ambiente do refeitório e condições estruturais; Relação com a equipe de alimentação	Os estudantes percebem o Serviço de Alimentação Escolar no IFAM como fortemente impactado pela organização do atendimento, pelo ambiente físico do refeitório e pela relação com a equipe. Filas e tempo de espera são os principais pontos de insatisfação, enquanto a limpeza é reconhecida dentro das limitações do serviço e o calor se destaca como fragilidade estrutural; o atendimento é avaliado de forma heterogênea, entre elogios, críticas e compreensão das condições de trabalho.
PNAE	Relação dos Estudantes com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Conhecimento e compreensão do PNAE; Alimentação escolar como direito; Comparação com outras escolas	É demonstrado pouco conhecimento sobre o PNAE enquanto política pública pelos estudantes, embora reconheçam a alimentação escolar como um direito ou obrigação do Estado. Em comparação com experiências anteriores em outras escolas públicas, a alimentação ofertada no IFAM-CMC é percebida como mais variada e regular, contribuindo para uma avaliação mais positiva do serviço.

Formação do gosto	Aceitação e Rejeição das Refeições Escolares - Gosto ou não gosto	Alimentos preferidos e rejeitados; Aspectos sensoriais gerais; Quantidade e estratégias de preferências dos alimentos pelos alunos	A formação do gosto alimentar evidenciada pelo estudo é influenciada por experiências sensoriais, referências familiares e pela dinâmica social do refeitório. A aceitação do peixe reflete a cultura regional, enquanto preparações de sabor marcante são valorizadas, ao passo que pratos cozidos e carnes percebidas como duras tendem a ser rejeitados, evidenciando a importância da textura, aparência e sabor. A comida de casa atua como parâmetro afetivo constante, e, embora haja interesse por frutas e verduras, barreiras práticas reforçam a necessidade de estratégias educativas que ampliem sua aceitação e consumo.
Fatores que influenciam a Alimentação Escolar	Fatores Socioculturais e Econômicos	Alimentação em grupo e influência dos pares; Comparação com a comida de casa; Cultura alimentar regional; Fatores econômicos	A alimentação escolar no IFAM-CMC é moldada por influências coletivas, referências domésticas e condições socioeconômicas. As escolhas são mediadas pelos pares, a comida de casa serve como parâmetro afetivo, e preparações associadas ao lazer ampliam a adesão. Para muitos estudantes, especialmente os mais vulneráveis, a alimentação escolar representa segurança alimentar, ampliação de acesso e permanência, além de espaço de identidade e valorização cultural.
Educação Nutricional	Diagnóstico para Educação Nutricional no Contexto Adolescente	Reconhecimento da importância da alimentação escolar; baseiam suas escolhas principalmente em	Os estudantes reconhecem a alimentação escolar como essencial para permanência e aprendizado, embora tenham pouco conhecimento formal sobre o PNAE. Suas escolhas baseiam-

		critérios sensoriais; valorizam a comensalidade e a cultura alimentar local; possuem pouco conhecimento formal sobre o PNAE.	se sobretudo em critérios sensoriais, indicando que a Educação Alimentar e Nutricional deve articular território, participação e valorização da agricultura familiar, fortalecendo a soberania alimentar no contexto escolar
--	--	--	--

Fonte: Autoria Nossa (2026).

A unificação das informações possibilitou o aprofundamento da leitura flutuante, etapa central da pré-análise, permitindo a identificação de recorrências, regularidades e contrastes nos discursos dos participantes. Posteriormente, procedeu-se à categorização temática, segundo o referencial de Bardin (2016), processo que revelou padrões consistentes nas respostas dos sujeitos de pesquisa acerca da alimentação escolar. A partir desse percurso analítico, então, cinco categorias emergiram de maneira mais substancial, considerando sua frequência, densidade semântica e relevância para os objetivos da investigação.

5.1 Percepções dos Estudantes sobre o Serviço de Alimentação Escolar no IFAM

Este tópico apresenta a análise das percepções dos estudantes sobre o Serviço de Alimentação Escolar no IFAM, buscando compreender como o funcionamento cotidiano do refeitório é vivenciado pelos alunos e quais sentidos, avaliações e experiências são atribuídos a esse serviço. A análise contempla aspectos relacionados à organização do serviço, às filas e ao tempo de acesso, às condições estruturais e ao ambiente do espaço de alimentação, bem como à relação estabelecida entre os estudantes e a equipe responsável pela alimentação escolar.

Quadro 04 - Síntese dos principais achados sobre as percepções dos estudantes acerca do Serviço de Alimentação Escolar no IFAM

Dimensão analisada	Principais achados	Percepção predominante
Organização do serviço e filas	Filas extensas e tempo prolongado de espera foram os aspectos mais frequentemente mencionados pelos estudantes. O tempo de acesso à refeição interfere na rotina escolar, gerando atrasos e, em alguns casos, desistência da refeição.	Negativa

Horários e acesso às refeições	Os estudantes relataram dificuldade em conciliar o tempo de espera com os horários das aulas, sendo comum a necessidade de escolher entre se alimentar adequadamente ou chegar pontualmente às atividades acadêmicas.	Negativa
Limpeza e higiene do ambiente	O refeitório foi percebido como relativamente limpo, especialmente fora dos horários de pico. Os estudantes demonstraram compreender que o elevado fluxo de usuários dificulta a manutenção contínua da organização do espaço.	Predominantemente positiva
Conforto térmico e ambiência	O calor excessivo foi apontado como uma das principais fragilidades estruturais do refeitório, afetando o conforto e a experiência alimentar, sobretudo nos horários de maior lotação.	Negativa
Relação com a equipe de alimentação	Foram observadas percepções heterogêneas. Parte dos estudantes elogiou a cordialidade dos funcionários, enquanto outros relataram atendimentos considerados ríspidos, especialmente em momentos de maior demanda.	Mista
Compreensão sobre o funcionamento do serviço	A maioria dos estudantes demonstrou desconhecimento sobre a empresa responsável, a gestão e os processos envolvidos na produção e distribuição das refeições.	Limitada
Participação e canais de comunicação	Os estudantes raramente utilizam canais formais para apresentar reclamações ou sugestões. O grêmio estudantil foi identificado como o principal mediador entre os alunos e a instituição.	Baixa participação formal

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas no IFAM.

No conjunto das percepções analisadas, a organização do serviço de alimentação, especialmente no que se refere às filas e ao tempo de acesso ao refeitório, emerge como um dos aspectos mais recorrentes nos discursos dos estudantes, sendo apontada de forma praticamente unânime como um ponto negativo da experiência alimentar.

As falas evidenciam que a dinâmica de funcionamento do serviço influencia diretamente a vivência cotidiana dos usuários, sendo frequentemente associada a sentimentos de incômodo e frustração, sobretudo em função do tempo prolongado de espera para o atendimento. Dessa maneira, conforme relatado por um dos estudantes, “a fila é muito grande e, quando chega a nossa vez, já está quase na hora da aula”, percepção que se repete em diferentes entrevistas.

Outro participante reforça essa experiência ao afirmar que “às vezes a gente prefere nem ir comer, porque perde muito tempo na fila”.

Além disso, elementos como a fluidez do atendimento e a compatibilidade entre os horários das refeições e a rotina escolar aparecem, portanto, como fatores centrais na avaliação do serviço. Alguns estudantes destacaram que o tempo de espera interfere diretamente no aproveitamento das aulas ou no intervalo entre os turnos, como expresso na fala: “ou você come com pressa ou chega atrasado na sala”.

Esses relatos revelaram que a alimentação escolar é percebida não apenas pelo conteúdo da refeição em si, mas também pelas condições de acesso a ela, indicando que aspectos organizacionais do serviço exercem papel determinante na experiência alimentar dos estudantes no contexto escolar. Em outras palavras, a recorrência de filas extensas no acesso ao refeitório, conforme observado em campo e ilustrado nas imagens subsequentes, evidencia tensões operacionais relacionadas à capacidade de atendimento, influenciando diretamente a experiência alimentar dos estudantes.

Figura 6 - Filas de alunos no horário de almoço na área externa do refeitório



Fonte: Elaboração própria do autor.

Figura 7 - Filas de alunos no horário de almoço na área interna do refeitório



Fonte: Elaboração própria do autor.

No que se refere ao ambiente do refeitório e às condições estruturais do espaço, as percepções dos estudantes revelam uma avaliação relativamente equilibrada, na qual se articulam o reconhecimento de aspectos positivos e o apontamento de limitações. De modo geral, os participantes relatam perceber o ambiente como limpo, dentro das possibilidades operacionais do serviço, especialmente quando considerado o volume de estudantes atendidos diariamente. Essa percepção aparece associada à compreensão de que a limpeza do espaço sofre impacto direto dos horários de maior fluxo, nos quais a circulação intensa de alunos tende a dificultar a manutenção contínua da organização do ambiente, como expressa um dos estudantes, “quando não está cheio, dá pra ver que é limpo, mas quando junta muita gente fica mais difícil”.

Essa leitura demonstra que os próprios estudantes estabelecem uma relação causal entre a sensação de sujeira e os momentos de maior demanda do serviço, relativizando a responsabilidade atribuída à equipe de limpeza. Em diferentes falas, observa-se a compreensão de que “nos horários de pico fica mais sujo porque passa muita gente ao mesmo tempo”, indicando uma percepção crítica, porém contextualizada, sobre o funcionamento do refeitório. Esse reconhecimento sugere que a avaliação do ambiente não se restringe a uma análise pontual, mas considera as condições estruturais e organizacionais que atravessam o serviço de alimentação escolar.

Por outro lado, a questão do conforto térmico emerge de forma recorrente e mais incisiva nos discursos, sendo apontada como um dos principais fatores de insatisfação em relação ao ambiente do refeitório. Nesse cenário, os estudantes descrevem o espaço como excessivamente quente, sobretudo nos horários de maior lotação, o que compromete a experiência da refeição. Relatos como “é muito quente, às vezes dá até desânimo de ficar lá” e “o calor incomoda muito, principalmente quando está cheio” evidenciam que a temperatura do ambiente é percebida como um elemento que afeta diretamente o bem-estar durante o momento da alimentação.

Em outras palavras, essas falas indicam que, embora a limpeza seja reconhecida dentro de um contexto de limitações operacionais, o desconforto térmico configura-se como uma fragilidade estrutural mais sensível, impactando negativamente a permanência dos estudantes no refeitório e a vivência da alimentação escolar. Assim, o ambiente do refeitório é avaliado não apenas sob a ótica da higiene, mas também a partir das condições físicas que favorecem ou dificultam uma experiência alimentar adequada no espaço escolar.

Do ponto de vista teórico, as percepções dos estudantes acerca do ambiente do refeitório dialogam com a literatura que compreende a alimentação escolar como uma experiência que ultrapassa o valor nutricional da refeição, envolvendo dimensões simbólicas, sensoriais e

contextuais do ato de comer.

Dito de outra maneira, estudos apontam que a ambiência, entendida como o conjunto de condições físicas, ambientais e organizacionais do espaço de alimentação, exerce influência direta sobre a aceitabilidade das refeições e sobre a adesão dos estudantes ao serviço (Poulain, 2017; Palazzo *et al.*, 2019; Kim *et al.*, 2021). Nesse sentido, a avaliação positiva da limpeza, ainda que relativizada pelos estudantes em função dos horários de maior fluxo, sugere o reconhecimento das limitações operacionais do serviço, revelando uma percepção crítica e contextualizada do funcionamento do refeitório.

Ao mesmo tempo, a recorrência das queixas relacionadas às condições ambientais do refeitório dialoga com achados da literatura que apontam o conforto físico como elemento central para o bem-estar durante as refeições e para a construção de uma experiência alimentar positiva no ambiente escolar. Limitações estruturais do espaço, como inadequações no conforto térmico, na ventilação ou na ambiência, tendem a interferir no tempo de permanência dos estudantes no refeitório, a comprometer o conforto durante a alimentação e a impactar negativamente a percepção geral do serviço (Henriques *et al.*, 2021; Liusnea, 2021). Assim, ainda que a higiene seja reconhecida como satisfatória dentro das possibilidades institucionais, o desconforto térmico emerge como uma fragilidade estrutural que afeta a vivência da alimentação escolar, podendo influenciar tanto a satisfação quanto a adesão dos estudantes ao serviço.

Sob a perspectiva da promoção da alimentação saudável, essas condições ambientais assumem papel estratégico, uma vez que espaços acolhedores, confortáveis e adequados favorecem a valorização simbólica da alimentação escolar e reforçam o vínculo dos estudantes com o serviço (Kennedy *et al.*, 2018). Desse modo, os achados desse subeixo evidenciam que melhorias relacionadas à ambiência do refeitório, especialmente no que tange ao conforto térmico, ou seja, não se configuram apenas como ajustes estruturais, mas como ações com potencial impacto na percepção, na aceitabilidade e na efetividade da política de alimentação escolar no contexto do IFAM.

No que se refere à relação entre os estudantes e a equipe responsável pela alimentação, os discursos revelam percepções heterogêneas, marcadas por uma mescla de elogios, críticas e manifestações de compreensão quanto às condições de trabalho dos funcionários. Em outros termos, parte dos estudantes destaca o atendimento de forma positiva, reconhecendo o empenho e a postura acolhedora da equipe, como expresso na fala: “tem funcionárias que tratam a gente muito bem, sempre falam com educação”.

Em contrapartida, alguns relatos apontam situações em que o atendimento é percebido

como ríspido ou pouco acolhedor, especialmente nos horários de maior fluxo, sendo descrito por um estudante como “às vezes as tias são grosseiras, respondem atravessado”.

Apesar dessas críticas, observa-se que diversos estudantes demonstram consciência das limitações estruturais e organizacionais que atravessam o cotidiano de trabalho no refeitório, relativizando as experiências negativas. Essa compreensão aparece em falas como “eu acho que elas ficam estressadas porque é muita gente ao mesmo tempo” e “não é fácil trabalhar ali, o lugar é quente e a fila é grande”. Esses relatos indicaram que as avaliações sobre o tratamento recebido não se restringem à responsabilização individual dos funcionários, mas incorporam uma leitura mais ampla do contexto de trabalho, na qual os estudantes articulam crítica e empatia.

As falas dos estudantes também evidenciaram um desconhecimento generalizado acerca do funcionamento da empresa responsável pelo serviço de alimentação no campus, incluindo os processos de organização, preparo e gestão das refeições. A maioria dos entrevistados afirma não saber como a alimentação é planejada ou por quem é executada, restringindo seu entendimento à percepção de que “é uma empresa que traz a comida” ou que “são eles que fazem e servem”, sem maiores detalhes sobre contratos, responsabilidades ou critérios de funcionamento. Esse desconhecimento reforça a percepção da alimentação escolar como um serviço distante dos estudantes, pouco transparente e com reduzidas possibilidades de interlocução direta.

No que se refere às formas de participação e manifestação de opiniões, observa-se que os estudantes raramente recorrem a canais formais para registrar reclamações ou sugestões relacionadas à alimentação escolar. Muitos relataram que, diante de insatisfações pontuais, optam por não reclamar diretamente à gestão ou à empresa responsável, seja por desconhecer os procedimentos adequados, seja por acreditarem que suas demandas não serão efetivamente consideradas.

Nesse contexto, o grêmio estudantil surge, de forma recorrente, como o principal espaço reconhecido para vocalizar insatisfações e reivindicações, ainda que de maneira indireta. Alguns estudantes relataram que “quando querem reclamar, falam pelo grêmio” ou que “é pelo grêmio que essas coisas chegam”, indicando que essa instância de representação estudantil funciona como mediadora entre os alunos e a instituição.

5.2 Relação dos Estudantes com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Este eixo temático reúne as categorias analíticas relacionadas às percepções dos estudantes sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscando compreender como os participantes reconhecem a política pública, interpretam a alimentação escolar como direito e avaliam sua experiência com o serviço ofertado pelo IFAM–CMC. Para facilitar a visualização da estrutura analítica adotada, o Quadro X apresenta uma síntese das categorias e dos respectivos aspectos investigados, que serão discutidos em profundidade ao longo desta seção.

Quadro 05 – Síntese dos principais achados sobre a relação dos estudantes com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Dimensão analisada	Principais achados	Percepção predominante
Conhecimento sobre o PNAE	A maioria dos estudantes desconhece o Programa Nacional de Alimentação Escolar, não reconhecendo sua existência, objetivos ou funcionamento.	Baixo conhecimento
Compreensão do PNAE como política pública	Quando tentam definir o programa, os estudantes o associam genericamente à alimentação escolar, sem relacioná-lo aos direitos sociais, à legislação ou ao controle social.	Compreensão limitada
Reconhecimento da alimentação como direito	Após serem informados sobre a legislação, os estudantes passaram a associar a alimentação escolar à garantia de direitos e à permanência na escola.	Positiva
Controle social e participação	Há pouco conhecimento sobre mecanismos formais de participação e fiscalização do programa, limitando o exercício do controle social previsto na legislação.	Baixa participação
Papel do grêmio estudantil	O grêmio foi identificado como principal espaço de representação e mediação das demandas relacionadas à alimentação escolar.	Relevante
Influência da participação estudantil	Estudantes envolvidos em espaços de representação demonstraram maior conhecimento sobre o PNAE e compreensão mais crítica sobre seus objetivos.	Positiva
Comparação com experiências escolares anteriores	A alimentação ofertada no IFAM foi considerada superior à vivenciada em escolas anteriores, principalmente pela maior variedade, regularidade e oferta de refeições completas.	Predominantemente positiva
Importância da alimentação escolar	Os estudantes reconhecem a alimentação escolar como elemento importante para o	Positiva

	bem-estar, permanência e desempenho acadêmico.	
--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas no IFAM.

As falas dos estudantes revelam que o conhecimento sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é, de modo geral, limitado ou inexistente. A maioria dos entrevistados afirma nunca ter ouvido falar sobre o programa ou demonstra dificuldades em compreendê-lo para além da ideia genérica de oferta de alimentação na escola. Esse desconhecimento aparece de forma explícita em declarações diretas, como “não, nunca ouvi falar” e “eu nunca ouvi falar sobre ele”, indicando que o PNAE não é reconhecido pelos estudantes como uma política pública formalmente instituída, permanecendo pouco identificado no cotidiano escolar. Em outros casos, surgem respostas vagas e pouco elaboradas, como “é a opinião dos alunos sobre alimentação”, o que reforça a baixa familiaridade com o programa.

Quando instigados a refletir sobre o que poderia ser o PNAE, alguns estudantes constroem interpretações intuitivas e parciais, associando-o genericamente à alimentação escolar ou à melhoria da alimentação dos alunos, sem mencionar seus aspectos legais, sociais ou pedagógicos. Um estudante afirma acreditar que se trata de “um programa que faz melhorar a alimentação na escola”, enquanto outro relaciona o programa à ideia de incentivo à permanência na escola, ainda que sem clareza quanto à sua abrangência ou funcionamento. Essas falas evidenciam uma compreensão fragmentada, ancorada mais na experiência cotidiana do consumo da refeição do que no reconhecimento do PNAE como política pública.

Esse desconhecimento também se manifesta na dificuldade dos estudantes em avaliar o papel ou a efetividade do programa. Um dos entrevistados sintetiza essa percepção ao afirmar: “eu nunca ouvi falar sobre ele, então acho que isso significa que não”, ao ser questionado se o PNAE cumpre seu papel no campus. Esse posicionamento reforça que a ausência de informação sobre o programa limita a capacidade crítica dos estudantes enquanto sujeitos de direito e usuários da política.

Apesar desse cenário predominante, observam-se exceções pontuais, especialmente entre estudantes com maior envolvimento em espaços de participação social, que demonstram conhecimento prévio sobre o PNAE e o reconhecem como uma conquista histórica vinculada ao direito à alimentação e à permanência escolar. Um entrevistado relata ter discutido o tema em espaços de mobilização social e define o PNAE como “uma conquista pra gente se alimentar nas escolas”, evidenciando que o acesso à informação sobre o programa está fortemente associado às trajetórias individuais e às oportunidades de participação política.

De modo geral, os dados indicam que, embora os estudantes sejam usuários diretos da alimentação escolar, o PNAE permanece pouco visível como política pública no cotidiano escolar, sendo percebido majoritariamente como um serviço ofertado pela instituição, e não como um direito garantido por lei. Esse desconhecimento inicial constitui um elemento central para a compreensão das percepções subsequentes sobre a alimentação escolar, influenciando a forma como os estudantes avaliam, legitimam e se posicionam diante do serviço oferecido.

Do ponto de vista normativo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar está estruturado não apenas como uma política de provisão alimentar, mas como um instrumento de garantia de direitos e de fortalecimento do controle social. Instituído pela Lei nº 11.947/2009 e regulamentado por resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o PNAE estabelece que a alimentação escolar é um direito dos estudantes da educação básica e que sua execução deve ser acompanhada pela participação ativa da comunidade escolar, por meio de instâncias como o Conselho de Alimentação Escolar, CAE (Vilela *et al.*, 2022).

Esse modelo pressupõe a atuação de estudantes, pais, professores e representantes da sociedade civil no monitoramento da qualidade das refeições, na fiscalização da aplicação dos recursos públicos e na avaliação do funcionamento do programa, configurando o controle social como um eixo central da política (Brasil, 2009; Brasil, 2020; Silva; Muniz, 2022).

Nesse sentido, o controle social no âmbito do PNAE não se restringe a um mecanismo formal de fiscalização, mas envolve a promoção da transparência, do diálogo e da responsabilização entre Estado e comunidade escolar. A participação dos estudantes, enquanto usuários diretos do programa, é reconhecida como elemento estratégico para a efetividade da política, na medida em que contribui para a identificação de fragilidades, para o aprimoramento do serviço e para o fortalecimento da alimentação escolar como política pública (Brasil, 2009; Silva; Muniz, 2022; Soares *et al.*, 2018).

No entanto, ao confrontar esse marco legal com os achados empíricos da pesquisa, observa-se um descompasso entre o que é previsto normativamente e a vivência cotidiana dos estudantes, especialmente no que se refere ao desconhecimento sobre o próprio PNAE e sobre os espaços formais de participação e controle social.

Ainda assim, os estudantes que demonstraram possuir uma compreensão mais elaborada sobre o PNAE relataram, em sua maioria, algum nível de participação em instâncias de representação estudantil, especialmente no grêmio, seja de forma direta, seja de forma indireta. Essa vivência em espaços de participação contribui para a ampliação do acesso à informação, para o contato com debates sobre direitos estudantis e para a formação de uma opinião mais crítica e fundamentada acerca das políticas públicas que atravessam o cotidiano escolar.

Dessa forma, a participação no grêmio emerge como mediadora importante entre o marco legal do PNAE e sua apropriação simbólica pelos estudantes, evidenciando que o exercício do controle social está diretamente associado às oportunidades de envolvimento e formação política no ambiente escolar (Vilela *et al.*, 2022).

Assim, a limitada compreensão dos estudantes acerca do PNAE, evidenciada nas entrevistas, aponta para desafios na concretização do controle social preconizado pela legislação. Embora o programa promova, em sua concepção, a participação ativa da comunidade escolar, a ausência de informação sistematizada e de estratégias educativas voltadas à divulgação do PNAE tende a restringir o exercício pleno desse direito.

Em outras palavras, esse cenário reforça a necessidade de ações institucionais que aproximem os estudantes da política de alimentação escolar, reconhecendo-os não apenas como beneficiários do serviço, mas como sujeitos de direito e atores centrais no acompanhamento e no aprimoramento do programa.

Ao serem informados de que a alimentação escolar é um direito garantido por lei (Brasil, 2009), no âmbito do PNAE, as falas dos estudantes revelam percepções distintas e, por vezes, tensionadas acerca desse direito. Para alguns, o reconhecimento da existência de uma legislação específica desperta sentimentos de valorização e de cuidado por parte do Estado, sendo associado à ideia de apoio à permanência escolar e à dignidade do estudante. Essa percepção aparece em relatos que expressam satisfação ao compreender que a alimentação escolar integra uma política pública voltada à proteção social, indicando que o acesso às refeições é visto como um suporte fundamental para enfrentar a rotina escolar intensa.

Por outro lado, parte dos estudantes interpreta a alimentação escolar menos como um benefício e mais como uma obrigação do Estado, especialmente no contexto do ensino integral. Nesses discursos, a oferta de refeições gratuitas é compreendida como um requisito mínimo para garantir condições adequadas de estudo, conforme sintetizado por falas que indicam que “para um aluno estudar o dia todo, o mínimo é ter comida”. Essa leitura reforça a noção da alimentação escolar como direito social, desvinculando-a de uma lógica assistencialista ou de favor institucional e alinhando-se ao entendimento de que políticas públicas dessa natureza devem assegurar condições básicas de permanência e aprendizagem (Coimbra, Silva e Costa, 2021; Brasil, 2009; Brasil, 2024).

Ademais, essas percepções contrastantes evidenciam que, embora a alimentação escolar seja reconhecida como um direito legalmente instituído, sua apropriação simbólica pelos estudantes oscila entre sentimentos de gratidão e a afirmação de um direito inalienável. Tal

ambivalência reflete diferentes experiências sociais, trajetórias escolares e compreensões sobre o papel do Estado na garantia de direitos sociais.

Nesse sentido, as falas dos estudantes revelam não apenas avaliações sobre o serviço de alimentação escolar, mas também concepções mais amplas sobre cidadania, direito à educação e responsabilidade estatal, contribuindo para uma leitura crítica do PNAE enquanto política pública.

Quando levados a rememorar experiências já vividas com a alimentação escolar, ao compararem a alimentação ofertada no IFAM–CMC com aquelas vivenciadas em escolas públicas das redes municipal e estadual, a maioria dos estudantes reconhece diferenças significativas que contribuem para uma avaliação mais positiva do serviço atual.

Apesar das críticas relacionadas à organização do atendimento, ao ambiente do refeitório e a determinadas preparações, os entrevistados destacam que a alimentação oferecida no IFAM é percebida como mais variada, com maior diversidade de opções e maior regularidade na oferta das refeições. Essa percepção emerge de forma recorrente em falas que indicam que, nas escolas anteriores, a alimentação escolar era frequentemente restrita a preparações simples, como “bolacha com suco”, enquanto no IFAM há a possibilidade de escolha entre preparações e a oferta mais constante de refeições completas.

Dito de outra maneira, esse aspecto também se expressa nas características visuais das refeições ofertadas, evidenciadas nas imagens a seguir, que ilustram a diversidade, a composição e a apresentação dos alimentos disponibilizados no refeitório do IFAM–CMC.

Figura 8 - Disposição dos alimentos no balcão térmico



Fonte: Elaboração própria do autor.

Figura 9 - Refeição servida diariamente, frutas e suco diariamente



Fonte: Elaboração própria do autor.

Alguns estudantes ressaltam que essa diferença se traduz em uma experiência alimentar mais satisfatória no contexto do Instituto, ainda que reconheçam limitações e aspectos a serem aprimorados. Como expresso por uma entrevistada, “aqui oferece duas opções, então a gente pode escolher o que gosta mais”, ao passo que, em escolas anteriores, “era sempre a mesma coisa”. Outros destacam que a maior variedade do cardápio e a oferta de café da manhã, almoço e lanche da tarde representam um avanço importante em relação às experiências anteriores, contribuindo para uma vivência mais positiva da alimentação escolar no IFAM.

Dessa forma, a comparação com trajetórias escolares anteriores evidencia que, embora os estudantes mantenham uma postura crítica em relação ao serviço de alimentação atual, a alimentação escolar ofertada no IFAM–CMC é, majoritariamente, percebida como superior àquela vivenciada em outras escolas públicas.

Essa avaliação comparativa reforça a compreensão da alimentação escolar no Instituto como um elemento que favorece a permanência, o bem-estar e a experiência escolar dos estudantes, relativizando as críticas pontuais e contribuindo para uma leitura mais ampla e contextualizada do serviço no âmbito da política pública de alimentação escolar.

À luz da literatura, os achados deste eixo indicam que a percepção dos estudantes sobre o PNAE e sobre a alimentação escolar no IFAM–CMC é construída a partir de experiências concretas, comparativas e situadas em suas trajetórias escolares. Estudos sobre alimentação escolar apontam que a aceitabilidade do serviço está fortemente associada não apenas à qualidade nutricional das refeições, mas também à regularidade da oferta, à diversidade do cardápio e à possibilidade de escolha, elementos que influenciam a satisfação, o bem-estar e a permanência dos estudantes na escola (Azevedo *et al.*, 2024; Bezerra *et al.*, 2020).

Nesse sentido, embora o desconhecimento inicial sobre o PNAE, enquanto política pública, limite o exercício pleno do controle social previsto em sua legislação, os estudantes reconhecem, a partir da comparação com escolas públicas anteriormente frequentadas, que a alimentação ofertada no IFAM apresenta avanços significativos, sendo percebida como mais variada, mais completa e mais regular.

Essa avaliação positiva relativiza as críticas pontuais ao serviço e contribui para uma experiência alimentar mais favorável no contexto institucional, reforçando a alimentação escolar como um direito social que, quando efetivado com maior diversidade e qualidade, amplia as condições de permanência e aprendizagem. Assim, os resultados evidenciam que o PNAE, ainda que pouco reconhecido nominalmente pelos estudantes, materializa-se no cotidiano escolar como uma política pública relevante, cuja efetividade é percebida, sobretudo, quando comparada a contextos de maior precariedade vivenciados anteriormente.

5.3 Formação do Gosto

A aceitação e a rejeição das refeições escolares entre adolescentes estão diretamente relacionadas à formação do gosto alimentar, processo que se constrói a partir de experiências sensoriais, hábitos prévios e interações cotidianas no ambiente escolar (Azevedo *et al.*, 2024; Bezerra *et al.*, 2020).

Quadro 6 – Síntese dos principais achados sobre a formação do gosto alimentar entre os estudantes

Dimensão analisada		Principais achados	Percepção predominante
Aceitação geral das refeições		Foram observadas percepções heterogêneas, variando entre estudantes que aceitam amplamente as refeições e aqueles que apresentam rejeições específicas relacionadas a aspectos sensoriais.	Mista
Preferência por preparações regionais		O peixe foi identificado como a preparação de maior aceitação, associado à cultura alimentar amazônica, à familiaridade desde a infância e à identidade regional.	Muito positiva
Aceitação da linguiça		A linguiça apresentou elevada aceitação devido ao	Positiva

		sabor marcante e à familiaridade com o alimento. As críticas concentraram-se na quantidade servida e não na preparação em si.	
Rejeição de preparações cozidas		Preparações como frango guisado, carne suína cozida e escondidinho foram frequentemente rejeitadas em razão da aparência, textura e sabor considerados pouco atrativos.	Negativa
Influência do método de preparo		Preparações assadas, grelhadas e em formato de espetinho foram preferidas em relação às versões cozidas, evidenciando a influência do preparo na aceitabilidade.	Positiva para preparações secas/grelhadas
Aspectos sensoriais		Aparência, textura e sabor foram os principais fatores que influenciaram a aceitação ou rejeição das refeições escolares.	Determinante
Influência da alimentação familiar		A comida consumida em casa funciona como principal referência para avaliação da alimentação escolar. Preparações diferentes do padrão doméstico tendem a encontrar maior resistência.	Elevada influência
Consumo de frutas e verduras		A oferta desses alimentos não garante seu consumo. Barreiras relacionadas à apresentação, praticidade de consumo e familiaridade limitam sua aceitação.	Baixa adesão relativa
Potencial da Educação Alimentar e Nutricional		Estratégias educativas e adaptações na apresentação dos alimentos foram identificadas como possibilidades para ampliar a aceitação de frutas, verduras e preparações menos populares.	Potencial positivo

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas no IFAM.

Diante dessa observação, considerando que a escola se configura como um espaço central de socialização e consumo alimentar na adolescência, as preferências dos estudantes refletem não apenas escolhas individuais, mas também padrões culturais e contextuais que orientam o “gosto” ou o “não gosto” em relação às preparações ofertadas (Vale *et al.*, 2022; Indumathi; Sharma; Sanghi, 2024).

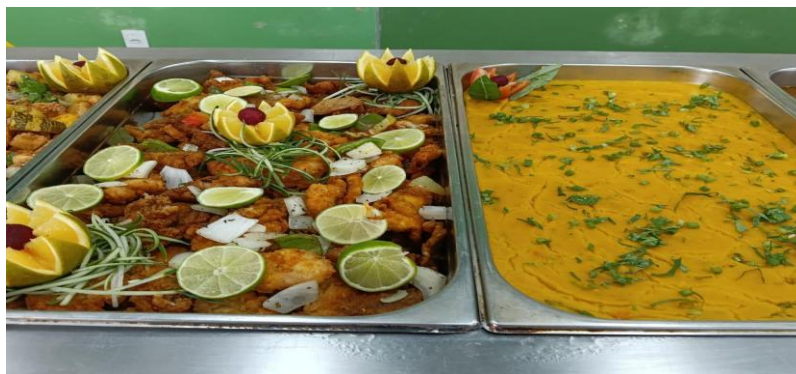
Além disso, as falas dos alunos do campus evidenciaram a coexistência de percepções contrastantes, de um lado, ou seja, estudantes que expressaram ampla aceitação da alimentação escolar, sintetizada em declarações como “eu gosto de tudo”; de outro, aqueles que manifestaram rejeições mais marcadas a determinadas preparações, associando-as a aspectos sensoriais negativos, como “eu não vou com a cara de algumas” ou “a aparência é ruim”.

No conjunto das preferências alimentares expressas pelos estudantes, o peixe emerge como a preparação mais amplamente aceita e valorizada no cardápio do IFAM–CMC, sendo frequentemente associado à ideia de alimento “sempre bom” e reconhecido como aquele que agrada à maioria dos alunos. Essa aceitação apareceu de forma recorrente nas falas, como em “o peixe, porque eu gosto de peixe. Basicamente”, ou quando os estudantes afirmaram que “todo mundo gosta do peixe”. Ademais, mesmo entre aqueles que relataram não apreciar determinadas preparações, há o reconhecimento de que se trata de um prato bem aceito no contexto geral do refeitório, reforçando sua centralidade na alimentação escolar.

Essa aceitação quase unânime dialoga com a forte presença da alimentação regional na cultura alimentar amazônica, na qual o consumo de pescado ocupa papel central na construção do gosto desde a infância. A preferência pelo peixe no ambiente escolar pode, assim, ser compreendida como resultado de uma familiaridade sensorial e cultural previamente construída, favorecendo sua aceitabilidade no contexto institucional.

Diante desse cenário, entende-se que a literatura aponta que a valorização da comida local fortalece vínculos simbólicos e identitários com a alimentação, além de funcionar como estratégia de resistência à padronização alimentar associada à expansão de produtos ultraprocessados (Rolim; Andrade, 2022; Putra; Putra; Novianti, 2023; Matarezio Filho; Pedroza, 2024). Além disso, a familiaridade cultural com determinados alimentos tende a reduzir barreiras de aceitação e neofobia alimentar, favorecendo escolhas mais positivas (Lee; Kim, 2024).

Figura 10 - Preparação Regional Peixe Frito com Vatapá de frango



Fonte: Elaboração própria do autor.

Em contraposição ao peixe, a linguiça aparece como outra preparação amplamente aceita pelos estudantes do IFAM–CMC, sobretudo em função de seu sabor marcante e da familiaridade com esse tipo de alimento. As falas indicaram que a linguiça “agrada ao paladar” e é associada a maior adesão às refeições, sendo as críticas dirigidas menos ao sabor e mais à quantidade servida, considerada insuficiente quando constitui a principal fonte proteica da refeição.

A elevada aceitação dessa preparação pode ser compreendida à luz da literatura que aponta os desafios na consolidação de ambientes alimentares saudáveis, especialmente em contextos marcados por limitações estruturais e pela presença recorrente de alimentos processados na dieta juvenil (Henriques *et al.*, 2021; Liusnea, 2021). Ademais, a formação do gosto alimentar na adolescência é atravessada por condicionantes socioeconômicos que influenciam o acesso, a disponibilidade e a frequência de consumo desses alimentos, contribuindo para sua naturalização e valorização ao longo do tempo (Trovato *et al.*, 2022).

De modo semelhante à feijoada, as preparações cozidas apareceram nas falas dos estudantes como menos atrativas, sobretudo quando associadas ao frango guisado e à carne suína. Os relatos indicaram que esses tipos de preparo são frequentemente evitados, sendo descritos como menos saborosos, visualmente pouco atrativos e com textura considerada desfavorável. No caso da carne suína, a rejeição está fortemente relacionada à percepção de dureza, expressa de forma direta em falas como “carne suína é muito dura”, o que compromete a mastigação e a experiência da refeição. De maneira semelhante, o frango guisado foi apontado como uma opção que “não agrada muito”, especialmente quando comparado a outras formas de preparo.

Em contraposição, os estudantes demonstraram preferência clara por preparações de frango assado, grelhado ou em formato de espetinho, associadas a uma aparência mais agradável, a sabor mais intenso e a maior facilidade de consumo. Essa distinção evidencia que

o método de preparo exerce influência direta na aceitabilidade das refeições, sendo as preparações secas ou grelhadas percebidas como mais atrativas do que aquelas cozidas. As críticas também se estenderam a pratos como o escondidinho de frango, frequentemente mencionado como pouco atrativo, em função da combinação entre aparência e textura, o que levava à rejeição antes mesmo da experimentação.

Figura 11 - Preparação Espetinho de Frango com linguiça



Fonte: Elaboração própria do autor.

Esses achados reforçam que, para além do ingrediente principal, a forma de preparo desempenha papel central na construção do gosto alimentar dos adolescentes. A menor aceitação das preparações cozidas e de carnes percebidas como duras evidencia que a aceitabilidade da alimentação escolar está fortemente associada a critérios sensoriais, especialmente textura, aparência e sabor, e que estratégias de preparo alinhadas às preferências juvenis tendem a favorecer maior adesão às refeições no ambiente escolar.

Por sua vez, além dos aspectos sensoriais diretamente associados às preparações ofertadas, as falas dos estudantes revelaram que a alimentação consumida no ambiente doméstico exerce influência significativa sobre a aceitação ou rejeição das refeições escolares. Os alunos recorreram, com frequência, à comida de casa como parâmetro comparativo para avaliar sabor, textura e forma de preparo, expressando estranhamento diante de preparações que diferem daquelas às quais estão habituados. Comentários como “minha mãe não faz assim” ou “em casa eu não como desse jeito” aparecem como justificativas recorrentes para a rejeição de determinados pratos, especialmente os cozidos ou com combinações percebidas como incomuns. Em síntese, esse comparativo evidencia que o gosto alimentar é construído a partir de um repertório sensorial previamente estabelecido no ambiente familiar, o qual funciona como referência afetiva e prática para julgar a comida escolar.

Diante desse entendimento, observa-se que a literatura aponta que as práticas

alimentares domésticas desempenham papel central na formação do gosto, produzindo padrões de aceitação que tendem a ser reproduzidos e reafirmados em outros contextos de consumo, como a escola (Fischler, 1995; Poulain, 2017). Assim, a alimentação escolar é constantemente avaliada em diálogo com a experiência doméstica, o que contribui para explicar o porquê preparações que se distanciam do “jeito de casa” encontram maior resistência, mesmo quando nutricionalmente adequadas.

No que se refere ao consumo de frutas e verduras, torna-se evidente que a simples oferta, embora fundamental, não garante, por si só, o consumo efetivo entre adolescentes. As barreiras identificadas, sejam de ordem prática, como a dificuldade de descascar ou manipular determinados alimentos, sejam de natureza sensorial, como aparência ou exposição inadequada, indicam a necessidade de estratégias educativas e técnicas que favoreçam maior aceitabilidade.

Nesse sentido, ações de Educação Alimentar e Nutricional podem desempenhar papel decisivo ao promover atividades práticas, oficinas culinárias, demonstrações de preparo, apresentação diferenciada das frutas, já cortadas, higienizadas e porcionadas, que estimulem a experimentação guiada. Técnicas dietéticas adequadas, aliadas à mediação pedagógica sensível ao universo juvenil, podem contribuir para ampliar a familiaridade, reduzir resistências e fortalecer a incorporação desses alimentos no cotidiano alimentar dos estudantes.

5.4 Fatores que influenciam a alimentação escolar

Os fatores que influenciam a alimentação escolar entre os estudantes do IFAM–CMC manifestam-se de forma marcadamente coletiva, evidenciando o papel central das interações sociais na construção das percepções e práticas alimentares. Essa dimensão tornou-se visível já no próprio processo de pesquisa, uma vez que a participação dos alunos ocorreu, majoritariamente, de forma grupal. Isto é, especialmente entre os estudantes do primeiro ano, foi recorrente a formação espontânea de grupos, geralmente compostos por cinco ou seis alunos, que se deslocavam juntos para participar das entrevistas. Logo, essa dinâmica coletiva revela que a alimentação escolar é vivenciada como uma experiência compartilhada, na qual opiniões, preferências e rejeições são frequentemente construídas, reforçadas ou negociadas no convívio com os pares.

Quadro 7 – Síntese dos principais achados sobre os fatores que influenciam a alimentação escolar.

Dimensão analisada	Principais achados	Influência observada
---------------------------	---------------------------	-----------------------------

Influência dos pares	As escolhas alimentares são fortemente influenciadas pelos colegas. Comentários, opiniões e comportamentos do grupo interferem diretamente na aceitação ou rejeição das preparações.	Muito elevada
Comensalidade escolar	As refeições são vivenciadas de forma coletiva, fortalecendo processos de pertencimento, socialização e construção compartilhada de preferências alimentares.	Positiva
Comparação com a comida de casa	A alimentação doméstica funciona como principal referência para avaliar sabor, textura, tempero e formas de preparo das refeições escolares.	Muito elevada
Influência das práticas familiares	Há forte vínculo afetivo com a comida preparada pela família, especialmente pela figura materna, influenciando expectativas e julgamentos sobre a alimentação escolar.	Elevada
Refeições em família	Os momentos de alimentação compartilhada ocorrem principalmente nos fins de semana, sendo associados à convivência, afeto e fortalecimento dos vínculos familiares.	Positiva
Alimentação associada ao lazer	Preparações como pizza, cachorro-quente e sanduíches são valorizadas por estarem associadas a momentos de lazer, celebração e convivência social.	Elevada
Aceitação de preparações “atrativas”	Alimentos como pizza e cachorro-quente apresentam elevada aceitação e funcionam como estratégia para aumentar a adesão ao serviço de alimentação escolar.	Positiva para adesão
Condição socioeconômica	Para estudantes em situação de vulnerabilidade, a alimentação escolar representa acesso regular a refeições variadas e de qualidade, contribuindo para a segurança alimentar.	Muito elevada
Alimentação escolar como inclusão social	O serviço é percebido por muitos estudantes como oportunidade de acesso a alimentos que nem sempre estão disponíveis em casa.	Positiva
Trajetórias escolares anteriores	Estudantes oriundos de escolas públicas tendem a avaliar a alimentação do IFAM de forma mais positiva. Já aqueles sem experiência prévia com alimentação escolar institucionalizada apresentaram avaliações mais críticas.	Moderada
Alimentação e permanência estudantil	A alimentação escolar é reconhecida como elemento importante para permanência, desempenho acadêmico e redução das desigualdades educacionais.	Estratégica
Identidade cultural e regionalidade	A valorização de alimentos regionais fortalece o sentimento de pertencimento cultural e amplia a identificação dos estudantes com o cardápio escolar.	Positiva
Experiências migratórias	Estudantes migrantes reconhecem a alimentação regional como importante instrumento de integração cultural e conhecimento do território amazônico.	Positiva
Alimentação como direito	As falas evidenciam que a alimentação escolar ultrapassa a dimensão nutricional, sendo percebida como garantia de dignidade, cidadania e suporte à trajetória educacional.	Muito positiva

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas no IFAM.

Ademais, a influência dos pares durante as refeições emerge como fator central na construção das percepções e práticas alimentares dos estudantes (Girón-Gamero; Lupión-Cobos, 2022; Brasil, 2010). A alimentação escolar é vivenciada, majoritariamente, de forma coletiva, tanto no deslocamento até o refeitório quanto no momento do consumo, o que favorece a troca constante de opiniões, comentários e avaliações sobre as refeições ofertadas.

Nesse sentido, as falas indicaram que as escolhas alimentares são frequentemente mediadas pelo grupo, seja pela observação do que os colegas consomem, seja por comentários prévios sobre determinados pratos, os quais podem incentivar ou desencorajar o consumo. Nesse contexto, expressões como “todo mundo fala”, “a gente vai junto” ou “se o pessoal não gosta, eu também não pego” revelaram que a aceitação ou a rejeição das preparações não se constrói apenas a partir da experiência individual, mas é fortemente influenciada pela dinâmica coletiva. Essa influência dos pares contribui para a consolidação de consensos informais sobre quais alimentos “valem a pena” consumir e quais devem ser evitados, reforçando que o ambiente social do refeitório atua como espaço de negociação simbólica do gosto e de validação das escolhas alimentares.

Dito de outro modo, durante as refeições, essa influência se manifesta como elemento central na construção das percepções e práticas alimentares dos estudantes, reforçando o caráter coletivo da alimentação escolar na adolescência. A literatura aponta que, nessa fase da vida, o ato de comer deixa de ser apenas uma necessidade fisiológica e passa a assumir forte dimensão social, na qual a comensalidade funciona como espaço de pertencimento, validação e construção de identidades (Indumathi; Sharma; Sanghi, 2024; Poulain, 2017; Fischler, 1995). No contexto escolar, o refeitório configura-se como espaço privilegiado dessas interações, no qual escolhas alimentares são observadas, comentadas e, frequentemente, negociadas entre os pares (Vale *et al.*, 2022; Bi *et al.*, 2023).

Essa dinâmica ficou evidente no campo empírico, tanto pela participação grupal dos estudantes na própria pesquisa quanto pelas falas que revelaram a influência direta do grupo nas decisões alimentares. Os estudantes relataram que costumam ir ao refeitório juntos e as avaliações sobre as refeições circulam entre os colegas antes mesmo do consumo. Expressões como “a gente vai tudo junto”, “todo mundo comenta se tá bom ou não” e “se o pessoal fala que não tá bom, eu nem pego” ilustram como a opinião coletiva atua como mediadora da aceitação ou da rejeição das preparações ofertadas.

Além disso, alguns estudantes indicaram que a escolha do que comer é influenciada pela observação direta do comportamento alimentar dos colegas, como evidenciado na fala “quando vejo que ninguém pegou, eu também não pego”. Esses relatos reforçam achados da literatura que apontam que, durante a adolescência, a influência dos pares pode sobrepor-se às preferências individuais, especialmente em contextos de consumo coletivo, como o ambiente escolar (Neumark-Sztainer *et al.*, 2010; Larson; Story, 2009). Assim, a comensalidade no refeitório não apenas organiza o momento da refeição, mas atua como um dispositivo social que molda o gosto, orienta escolhas e consolida consensos informais sobre o que é aceitável ou desejável consumir (Vale *et al.*, 2022; Bittar; Soares, 2022).

Ao mesmo tempo, essas avaliações coletivas são frequentemente atravessadas pela comparação com a comida consumida em casa, que surge como referência central na construção do gosto e na avaliação da alimentação escolar. Nesse bojo, os estudantes recorrem às experiências domésticas para qualificar as refeições do refeitório, associando a comida de casa a preparações consideradas “mais gostosas”, “mais bem temperadas” ou “feitas do jeito que a gente gosta”. Falas como “a comida de casa é melhor” ou “em casa é mais gostoso porque a gente já está acostumado” evidenciaram que o repertório alimentar familiar funciona como parâmetro simbólico e sensorial para julgar a comida escolar.

Essa comparação não se restringe ao sabor, mas envolve também a forma de preparo e o modo de comer. Isto é, alguns estudantes destacaram que, em casa, a refeição ocorre em um ambiente mais tranquilo e personalizado, enquanto, no refeitório, o consumo é mais rápido e condicionado à dinâmica coletiva. Nesse sentido, a literatura aponta que o gosto alimentar é fortemente moldado pelas práticas domésticas e pela comensalidade familiar, que produzem memórias afetivas e padrões de aceitação difíceis de serem reproduzidos em contextos institucionais (Zhu; Liu; Liu, 2023; Cashdan, 1998). Assim, a avaliação da alimentação escolar resulta da articulação entre influências dos pares e referências domésticas, evidenciando que o “gostar” ou o “não gostar” das refeições ofertadas no IFAM–CMC é construído na intersecção entre experiências coletivas e trajetórias alimentares individuais.

A comparação com a comida de casa aparece de forma recorrente nas falas dos estudantes, especialmente quando abordam o preparo e o sabor das refeições. Muitos associam a comida doméstica a uma dimensão afetiva e personalizada, frequentemente descrita como “mais gostosa”, sobretudo por ser preparada por familiares. Como afirma um estudante: “eu acho que é a minha casa mais gostosa”, enquanto outro sintetiza essa percepção ao dizer que “a comida caseira sempre é mais gostosa, né? Da minha mãe”. A diferença é atribuída não apenas ao sabor, mas também ao uso de temperos e ao modo de preparo, como relatado por uma

entrevistada ao explicar que, em casa, “a gente não costuma comer comida assim tão salgada” e utiliza “tempero natural”. Essas falas evidenciaram que o gosto alimentar está profundamente ancorado na experiência doméstica, funcionando como parâmetro sensorial e afetivo para avaliar a alimentação escolar (Portilho, 2009; Satia; Galvan, 2021).

No que se refere à forma como costumam se alimentar em casa, os relatos indicaram que a comensalidade familiar ocorre, sobretudo, nos fins de semana, em razão das rotinas distintas ao longo da semana e do fato de passarem grande parte do dia no IFAM. Uma estudante relata que o momento mais frequente de refeição conjunta é “o almoço, nos fins de semana”, pois, durante a semana, “minha irmã trabalha, meu pai trabalha”, e acabam se alimentando em horários distintos.

Outro estudante reforçou essa dinâmica ao afirmar que “dia de semana a gente só janta junto... porque todo mundo sai cedo”. Em alguns casos, esse momento é descrito como experiência de vínculo e partilha, como na fala: “eu tô em comunhão com a minha família, né? Eu tô ali me alimentando com eles”.

Figura 12 - Aluna realizando oração antes da refeição, hábito ou rotina provavelmente familiar, o qual é levado para a escola.



Fonte: Elaboração própria do autor.

As experiências de comer fora de casa com a família ou de preparar refeições diferenciadas no ambiente doméstico emergem como elementos importantes na formação do gosto alimentar dos estudantes. Diferentemente da rotina alimentar cotidiana, esses momentos são descritos como ocasiões especiais, associadas à convivência, à celebração e à ruptura da repetição alimentar.

Quando a família decide sair para comer ou solicitar refeições prontas, as escolhas recaem, com frequência, sobre preparações consideradas “diferentes” daquelas consumidas no dia a dia, como sanduíches, pizza, pastel ou outros alimentos de preparo rápido. Esses alimentos são associados ao prazer, à descontração e à experiência coletiva, funcionando como

marcadores simbólicos de lazer e recompensa. Nesse quadro, alguns estudantes também relataram momentos em que cozinham com familiares, o que reforça que o significado da refeição ultrapassa o sabor e se ancora na experiência compartilhada do preparo.

Essa dinâmica dialoga com a literatura que aponta que o consumo de alimentos associados ao lazer ocupa papel relevante na adolescência, especialmente quando vinculado a situações de socialização e comemoração (Bourdieu, 1998; Portilho, 2009; Poulain, 2017). Estudos indicam que alimentos como pizzas, sanduíches e outras preparações de conveniência, classificados como ultraprocessados, são culturalmente posicionados como “comida de diversão” ou “comida de fim de semana”, adquirindo valor simbólico que vai além de seu perfil nutricional (Henriques *et al.*, 2021; Trovato *et al.*, 2022). Nesses contextos, o prazer alimentar articula-se à experiência social, contribuindo para a consolidação de preferências que também se reproduzem em outros espaços, como a escola.

No ambiente escolar, essa influência torna-se evidente no momento do lanche da tarde, o qual se configura como espaço comparativo em relação às experiências domésticas e de lazer. Preparações como pizza e cachorro-quente, denominado “kikão” no Amazonas, são particularmente valorizadas pelos estudantes. Alunos do primeiro ano relataram que, mesmo quando encerram suas atividades mais cedo, permanecem no campus até o horário do lanche quando essas preparações estão previstas no cardápio. Esse comportamento reforça que tais preparações não são percebidas apenas como refeições, mas como experiências de prazer e sociabilidade, demonstrando como o consumo de alimentos associados ao lazer influencia a construção do gosto e a avaliação da alimentação escolar.

Embora preparações como pizza, cachorro-quente e outros alimentos de perfil menos saudável possam tensionar as diretrizes nutricionais estabelecidas pela legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, elas figuram entre as mais aceitas e solicitadas pelos estudantes. Essa aparente contradição evidencia o desafio permanente entre a promoção da alimentação adequada e saudável e a necessidade de garantir adesão ao serviço.

Frente às dificuldades já observadas na organização, na infraestrutura e na aceitabilidade de determinadas preparações, a oferta pontual desses alimentos, uma ou duas vezes por semana, surge, no contexto analisado, como estratégia de gestão que contribui para ampliar a participação dos alunos no refeitório e reduzir níveis de insatisfação. Nesse sentido, tais preparações funcionam como elementos de mediação entre as exigências normativas e as preferências juvenis, favorecendo maior engajamento dos estudantes com o serviço de alimentação escolar. O desafio, portanto, não reside apenas na exclusão dessas preparações, mas na construção de um equilíbrio que permita conciliar qualidade nutricional, cultura

alimentar e aceitabilidade, assegurando tanto o cumprimento da política pública quanto a efetiva adesão dos usuários.

No que se refere à dimensão socioeconômica, observa-se que aproximadamente 40% dos estudantes do Ensino Médio Integrado são beneficiários de auxílio socioassistencial, destinado a famílias com renda de até um salário mínimo. Essa condição material atravessa, de maneira significativa, as percepções sobre a alimentação escolar.

Para parte desses estudantes, a alimentação ofertada no IFAM–CMC é descrita como mais variada e, em alguns casos, superior àquela consumida no ambiente doméstico, seja pela diversidade de opções, seja pela regularidade das refeições. Falas como “daqui é muito melhor” e “eu acho chique” revelaram que o serviço é percebido não apenas como funcional, mas também como diferencial positivo na experiência cotidiana.

A valorização da alimentação escolar aparece, nesse contexto, associada à oferta de múltiplas opções no cardápio, como a presença de duas proteínas ou a variedade de acompanhamentos, aspecto que alguns estudantes destacam como incomum em suas realidades domésticas. A possibilidade de escolha entre preparações é interpretada como sinal de qualidade e cuidado, o que reforça a percepção de que o IFAM oferece uma alimentação mais estruturada e diversificada. Em determinados relatos, a refeição escolar é percebida como oportunidade de acesso a alimentos que nem sempre integram a rotina familiar, ampliando, desse modo, o repertório alimentar dos estudantes.

Figura 13 - Balcão Térmico com disposição de alimentos durante o almoço



Fonte: Elaboração própria do autor.

Nesse sentido, a ampla aceitação manifestada por alguns alunos, que afirmam gostar da alimentação de forma geral, pode ser compreendida à luz das condições materiais e do acesso

diferenciado aos alimentos. A alimentação escolar, nesse contexto, ultrapassa a função nutricional e assume papel de inclusão social, ao garantir regularidade, variedade e qualidade para estudantes que, em determinadas situações, não dispõem dessas mesmas condições em casa (Froelich *et al.*, 2023; Silva e Muniz, 2022). Assim, a percepção positiva da alimentação do IFAM não se explica apenas pelo sabor ou pela organização do serviço, mas também pelo lugar que ocupa na estrutura cotidiana de segurança alimentar e na ampliação de possibilidades de consumo desses estudantes (Freitas e Freitas, 2020).

Cabe destacar que apenas dois estudantes da amostra haviam cursado anteriormente o ensino em escola particular e, portanto, não possuíam experiência prévia com alimentação escolar institucionalizada como parâmetro comparativo. Ambos apresentaram postura mais crítica em relação ao serviço ofertado no IFAM, realizando diversos apontamentos negativos sobre o sabor e a aparência das preparações.

Em um dos relatos, inclusive, a apresentação de determinados pratos foi classificada como tendo “a cara péssima”, evidenciando um padrão de avaliação distinto daquele observado entre estudantes que reconhecem a alimentação do campus como diferencial positivo. Esses contrastes sugerem que as percepções sobre o serviço de alimentação também são atravessadas por trajetórias alimentares e contextos socioeconômicos específicos, que moldam expectativas e critérios de julgamento.

Urge destacar que a dimensão socioeconômica também se evidencia na forma como os estudantes percebem a oportunidade de estudar no IFAM–CMC. Alguns relataram terem sido convocados apenas nas últimas chamadas do processo seletivo, como o estudante que afirmou ter entrado “na sexta chamada” e outro que destacou: “a minha mãe já estudou aqui, era o sonho dela pra mim entrar aqui, e eu consegui na sexta chamada”. Essas falas revelaram o ingresso na instituição como conquista pessoal e familiar, associada à ideia de oportunidade e possibilidade de mudança de vida.

Essa percepção ganha contornos ainda mais expressivos quando, ao final da entrevista, uma estudante se emocionou ao afirmar que, se pudesse deixar uma mensagem ao serviço de alimentação do campus, diria: “Obrigado! Obrigado por todas as vezes que eu não tive comida em casa e pude comer aqui”. Na sequência, complementa: “a gente muitas das vezes não tem tantas coisas para desfrutar dentro de casa. Às vezes os nossos pais não têm condições. Então a alimentação é algo que tem que ter nas escolas”.

A emoção expressa nesse relato não se restringe a uma experiência individual, mas revela a materialidade da insegurança alimentar e a centralidade da alimentação escolar na garantia de condições mínimas de dignidade. Nesse contexto, a refeição oferecida pelo Instituto

ultrapassa a função complementar e assume caráter estruturante na trajetória desses estudantes. Tal experiência dialoga diretamente com o princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que reconhece o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade como condição indispensável para o exercício de outros direitos fundamentais, entre eles o direito à educação (Oliveira *et al.*, 2024; Melgaço, Silva e Matos-de-Souza, 2023).

Diante dessas observações, apreende-se que estudar no IFAM é percebido como abertura de portas e ampliação de perspectivas, especialmente para aqueles oriundos de contextos socioeconômicos menos favorecidos. Essa percepção dialoga diretamente com os objetivos do PNAE e do PNAES, que visam não apenas assegurar o direito à alimentação adequada, mas também promover condições de permanência, equidade e redução das desigualdades educacionais (Brasil, 2009; Brasil, 2010). Assim, a alimentação escolar e os auxílios socioassistenciais integram uma política mais ampla de suporte à trajetória estudantil, contribuindo para que o acesso à educação pública se traduza, de fato, em oportunidade de mobilidade social (Brasil, 2010; Brasil, 2024; Gurgel *et al.*, 2021).

Consta ainda esclarecer que as decisões alimentares dos estudantes são atravessadas não apenas por condições socioeconômicas, mas também por dimensões socioculturais que envolvem identidade, pertencimento e experiências de deslocamento (Simonino, Santos e Cezar, 2024; Porrua *et al.*, 2020). A presença de dois estudantes venezuelanos nas entrevistas evidencia como trajetórias migratórias influenciam práticas alimentares e percepções sobre a alimentação escolar. Um deles relata ter conciliado, no primeiro ano no IFAM, os estudos com o trabalho noturno em uma pizzaria, saindo da aula para trabalhar, experiência que possibilitou contribuir financeiramente com a família e, inclusive, presentear o pai, fato descrito como marcante, mas que acabou comprometendo seu desempenho acadêmico e resultando na repetência. Esse relato demonstra como trabalho, renda e alimentação se articulam em contextos de vulnerabilidade, afetando não apenas o acesso aos alimentos, mas também as dinâmicas de permanência escolar.

Do ponto de vista cultural, esses estudantes mantêm em casa práticas alimentares relacionadas à sua origem, preservando elementos identitários por meio da comida. Ao mesmo tempo, demonstram reconhecer a importância da alimentação regional amazônica no ambiente escolar, entendendo que a presença de preparações locais contribui para apresentar a cultura do território a quem vem de fora. Essa valorização aparece também em falas que expressam identificação afetiva com alimentos típicos da região, como no caso do estudante que afirma que “ama tapioca”, evidenciando o vínculo positivo estabelecido com preparações locais.

Dessa maneira, observa-se que a percepção de que a comida regional deve estar presente no cardápio é reforçada por um estudante brasileiro, que considera “super importante” mostrar a comida local para alunos de outros estados ou países. Nessa perspectiva, a alimentação escolar ultrapassa sua função nutricional e assume papel simbólico na construção de identidades, na valorização cultural e na mediação intercultural no espaço escolar (Brasil, 2009; 2012; Porrua *et al.*, 2020).

À luz da literatura, a comensalidade constitui um espaço privilegiado de construção de vínculos sociais e de afirmação identitária (Fischler, 1995; Poulain, 2017). Comer junto não se limita ao ato de compartilhar alimentos, mas implica o compartilhamento de pertencimento, memória e cultura.

Em contextos migratórios, a comida desempenha função ainda mais significativa, funcionando como marcador de origem e, simultaneamente, como meio de integração ao novo território (Brasil, 2009; Bezerra *et al.*, 2020). Assim, a presença de preparações regionais no cardápio escolar pode favorecer processos de reconhecimento cultural e integração social, enquanto a convivência no refeitório possibilita trocas simbólicas que ampliam repertórios alimentares e fortalecem a experiência coletiva do comer (Aliaga, Santos e Tras, 2020; Fischler, 1995; Poulain, 2017). Nesse sentido, identidade cultural e comensalidade articulam-se como dimensões centrais na compreensão das escolhas alimentares e da avaliação do serviço de alimentação escolar no IFAM–CMC.

5.5 Educação nutricional no contexto adolescente

No que se refere à Educação Nutricional no contexto adolescente, as falas dos estudantes evidenciam que a alimentação escolar é reconhecida como elemento fundamental para o desempenho acadêmico e para a permanência ao longo do dia letivo. Muitos demonstraram compreender que uma refeição adequada não se restringe à satisfação da fome, mas constitui condição necessária para manter a concentração, a disposição e o rendimento nas atividades escolares.

Quadro 8 – Síntese dos principais achados sobre Educação Alimentar e Nutricional no contexto adolescente.

Dimensão analisada	Principais achados	Percepção predominante
Alimentação e desempenho escolar	Os estudantes reconhecem que a alimentação adequada contribui para a concentração, disposição, aprendizagem e permanência durante o período letivo.	Muito positiva

Alimentação como condição para estudar	A refeição escolar é percebida como requisito básico para enfrentar a rotina de estudos em tempo integral.	Positiva
Compreensão empírica da nutrição	Mesmo sem utilizar conceitos técnicos, os estudantes associam alimentação adequada ao rendimento escolar e ao bem-estar.	Presente
Limitações de abordagens tradicionais de EAN	Palestras expositivas foram percebidas como pouco atrativas e com baixo potencial de engajamento entre adolescentes.	Negativa
Preferência por metodologias práticas	Os estudantes demonstraram maior interesse por atividades vivenciais, sensoriais e participativas relacionadas aos alimentos.	Muito positiva
Valorização da alimentação regional	Houve interesse em conhecer a origem, a história e a importância cultural dos alimentos regionais presentes no cardápio.	Positiva
Integração entre alimentação e cultura	Os estudantes sugeriram atividades que associem alimentação, identidade regional, cultura e experiências coletivas.	Positiva
Eventos temáticos e datas comemorativas	Ações como festas juninas e comemorações especiais foram lembradas de forma positiva, fortalecendo o vínculo com o refeitório e com a alimentação escolar.	Muito positiva
Conhecimento sobre agricultura familiar	Os estudantes demonstraram interesse em compreender de onde vêm os alimentos e quem os produz, especialmente os oriundos da agricultura familiar.	Potencial de desenvolvimento
Participação estudantil	Os alunos apontaram a necessidade de ampliar os espaços de escuta, consulta e participação nas decisões relacionadas à alimentação escolar.	Necessidade identificada
Canais de comunicação	Foram sugeridos meios mais acessíveis de interação, como questionários via WhatsApp, em substituição ou complementação aos instrumentos institucionais pouco utilizados.	Positiva
Testes de aceitabilidade	Os estudantes consideraram importante ampliar a frequência das consultas sobre a alimentação escolar.	Positiva
Alimentação como formação cidadã	As falas evidenciam potencial para integrar alimentação, território, sustentabilidade, cultura e cidadania nas ações educativas.	Muito positiva
Educação alimentar e soberania alimentar	A valorização dos alimentos locais e da agricultura familiar aproxima a alimentação escolar dos princípios da soberania alimentar e do desenvolvimento sustentável.	Estratégica

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas no IFAM.

Ao afirmarem que “para estudar o dia todo, o mínimo é ter comida” ou que a alimentação ajuda a “aguentar o dia inteiro”, os estudantes revelaram consciência de que a

qualidade e a regularidade das refeições estão diretamente relacionadas à capacidade de aprendizagem.

Essa percepção dialoga com a literatura que aponta a alimentação adequada como fator determinante para o desenvolvimento cognitivo, a atenção e o desempenho escolar na adolescência, fase marcada por intensas demandas físicas e mentais (Liusnea, 2021; Indumathi, Sharma; Sanghi, 2024). Isto é, estudos indicam que a insegurança alimentar e a inadequação nutricional podem comprometer a concentração, aumentar a fadiga e impactar negativamente os resultados acadêmicos, reforçando a importância da oferta regular de refeições equilibradas no ambiente escolar. Nesse sentido, a alimentação escolar configura-se não apenas como política de assistência, mas como estratégia estruturante para a promoção do aprendizado (Amorim; Ribeiro; Bandoni, 2020).

Do ponto de vista normativo, a Lei nº 11.947/2009, que regulamenta o PNAE, estabelece que a alimentação escolar deve contribuir para o crescimento, o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, integrando ações de Educação Alimentar e Nutricional ao currículo escolar (Brasil, 2009). As resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação reforçam que a Educação Alimentar e Nutricional constitui eixo permanente do programa, devendo articular a oferta de refeições adequadas com práticas pedagógicas que promovam hábitos alimentares saudáveis (Brasil, 2009; 2020). Assim, ao reconhecerem que a alimentação possibilita estudar “o dia todo”, os estudantes expressam, ainda que de forma empírica, a materialização de um dos objetivos centrais do PNAE: assegurar condições para a permanência e o sucesso escolar por meio da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (Canella *et al.*, 2021; Melgaço, Silva; Matos-de-Souza, 2023).

Esse achado coloca desafios importantes para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no contexto escolar. Embora o PNAE estabeleça a EAN como eixo estruturante da política, prevendo ações pedagógicas que promovam hábitos saudáveis e escolhas conscientes, observa-se que a internalização desses princípios nem sempre se traduz diretamente nas práticas de escolha no refeitório.

A predominância de critérios sensoriais demonstra que o conhecimento técnico sobre alimentação saudável não é, por si só, suficiente para modificar padrões de consumo. Nesse sentido, a educação nutricional no contexto adolescente precisa dialogar com o universo sensorial, cultural e experiencial dos estudantes, para além de abordagens prescritivas ou exclusivamente informativas (Dominguez-Riscart *et al.*, 2022).

Essa perspectiva é reforçada pelos próprios alunos, que indicam que o aprendizado sobre alimentação ocorre principalmente por meio da vivência prática e do contato direto com os

alimentos. Como sintetizou um estudante ao comentar sobre estratégias educativas: “palestra não! A gente, nem, presta atenção em palestra...”, evidenciando certo distanciamento em relação a formatos expositivos tradicionais. Assim, a comida em si, sua experimentação, preparo e discussão no cotidiano, emerge como potente ferramenta pedagógica, sugerindo que a EAN, para ser efetiva na adolescência, deve privilegiar metodologias participativas, sensoriais e contextualizadas.

Nesse sentido, ao refletirem sobre possíveis estratégias de valorização da alimentação regional, os próprios estudantes sugerem caminhos que ultrapassam o modelo tradicional de transmissão de informações. Alguns indicaram que poderiam ser incorporados mais alimentos regionais ao cardápio, acompanhados da explicação sobre sua origem, modo de preparo e importância cultural, mencionando a importância de “contar a história daquele alimento” ou “mostrar de onde vem”.

Outros sugeriram atividades culturais, como danças típicas ou momentos temáticos que relacionem comida e identidade regional. Essas proposições evidenciam que, para os adolescentes, a educação nutricional torna-se mais significativa quando é conectada com uma experiência coletiva (Figuerola-Pina *et al.*, 2021; Kang, Choi, Jung, 2021).

Essa percepção encontra respaldo nas lembranças positivas relatadas sobre datas comemorativas organizadas pelo refeitório. A semana junina, por exemplo, é mencionada como momento marcante, em que houve músicas típicas, caracterização dos funcionários e ambientação temática, transformando o espaço da refeição em cenário de celebração cultural. Outros momentos, como o Dia do Estudante, também são lembrados pela decoração diferenciada e pelo cardápio especial, reforçando a ideia de que o ambiente alimentar pode se tornar espaço de pertencimento e valorização (Figuerola-Pina *et al.*, 2021; Kirwan *et al.*, 2023).

Essa perspectiva dialoga diretamente com as diretrizes do PNAE, que estabelece a obrigatoriedade da aquisição de, no mínimo, 45% dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, priorizando produções locais e regionais (Brasil, 2025). Em outros termos, essa diretriz não se restringe a um mecanismo de compras públicas, mas integra uma concepção ampliada de alimentação escolar que articula desenvolvimento local, cultura alimentar e sustentabilidade (Brasil, 2009). Ao sugerirem que a escola apresente a origem dos alimentos e valorize preparações regionais, os estudantes demonstram, ainda que de forma intuitiva, alinhamento com um dos princípios estruturantes do PNAE: a promoção de sistemas alimentares territorializados e culturalmente referenciados (Brasil, 2009; Brasil, 2020).

No que se refere à participação estudantil na alimentação escolar, os alunos apontaram a necessidade de ampliação dos canais de escuta e comunicação com o serviço de alimentação.

Muitos mencionaram que já existe um questionário anual para avaliação da aceitação das refeições, porém consideram que esses instrumentos poderiam ser aplicados com maior frequência e por meios mais acessíveis. Alguns sugeriram, por exemplo, que os questionários poderiam ser enviados via WhatsApp, aplicativo amplamente utilizado por eles, uma vez que o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA) não faz parte de sua rotina cotidiana. Um estudante afirmou que “a gente só entra no SIGAA no início e no final do ano”, indicando que o uso dessa plataforma pode limitar a participação efetiva.

Além disso, as entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa foram citadas como experiência positiva, sendo descritas como momento em que os alunos “foram escutados”. Essa percepção reforça a importância da criação de espaços dialógicos permanentes, nos quais os estudantes possam expressar opiniões, sugerir melhorias e participar ativamente das decisões relacionadas à alimentação escolar.

A ampliação de testes de aceitabilidade com maior periodicidade e a diversificação dos canais de comunicação configuram, nesse contexto, estratégias relevantes para fortalecer o controle social e aproximar os estudantes da gestão do serviço, alinhando a prática institucional aos princípios participativos previstos na legislação do PNAE (Bodega *et al.*, 2023; Brasil, 2009).

Percebe-se, então, que essas falas dialogam diretamente com o princípio do controle social previsto no PNAE. A legislação estabelece que a execução do programa deve ser acompanhada pela comunidade escolar (Brasil, 2009). No entanto, os relatos indicaram que a participação estudantil ainda ocorre de forma limitada e pouco sistematizada. A ampliação dos testes de aceitabilidade e a criação de canais permanentes de comunicação configuram-se, nesse contexto, como estratégias fundamentais para aproximar os estudantes da gestão do serviço e fortalecer o exercício do controle social na prática.

Nesse sentido, torna-se fundamental que essa diretriz não permaneça apenas no plano administrativo das aquisições, mas seja incorporada ao cotidiano pedagógico da escola. Levar o PNAE para dentro da sala de aula e do refeitório significa apresentar aos estudantes as frutas, hortaliças e demais produtos oriundos da agricultura familiar, explicando sua origem, sazonalidade, modos de cultivo e importância para a economia local.

Em outras palavras, ao visibilizar esses alimentos e os agricultores que os produzem, a escola valoriza não apenas o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados, conforme preconiza a legislação e os princípios da alimentação adequada e saudável, mas também fortalece a noção de território, sustentabilidade e identidade cultural (Bi *et al.*, 2023; Helmyathu *et al.*, 2021).

Assim, a presença desses alimentos no prato deixa de ser apenas resultado de uma exigência legal e passa a constituir uma experiência educativa concreta. A valorização interna das aquisições da agricultura familiar contribui para consolidar o conceito de “comida de verdade” no imaginário estudantil, contrapondo-se à lógica dos ultraprocessados e ampliando a compreensão sobre sistemas alimentares mais justos e sustentáveis (Bodega *et al.*, 2023). Dessa forma, a articulação entre cardápio e prática pedagógica reforça o caráter estruturante do PNAE como política que integra alimentação, educação e desenvolvimento social.

Em síntese, os achados indicaram que a Educação Alimentar e Nutricional no contexto adolescente deve ser compreendida como prática social situada, que ultrapassa abordagens prescritivas centradas exclusivamente na dimensão biológica do alimento. Embora os estudantes reconheçam empiricamente a importância da alimentação escolar para sua permanência e rendimento acadêmico, suas escolhas revelaram a centralidade de critérios sensoriais, experiências culturais e condicionantes socioeconômicos na construção do gosto (Cashdan, 1998; Zhu; Liu; Liu, 2023).

Ao sugerirem a valorização de alimentos regionais, a explicação sobre a origem dos produtos e a ampliação de espaços de participação, demonstraram disposição para uma educação nutricional que articule território, identidade e experiência coletiva (Guimarães *et al.*, 2024; Matarezio Filho; Pedroza, 2024).

Essa perspectiva aproxima-se do conceito de soberania alimentar, entendido não apenas como garantia de acesso aos alimentos, mas como direito dos povos de definir seus próprios sistemas alimentares, valorizar a produção local, proteger seus modos de vida e fortalecer práticas culturalmente referenciadas (Matarezio Filho; Pedroza, 2024; Monteiro; Verly-Junior, 2023).

Nesse sentido, a diretriz do PNAE que prioriza a aquisição de gêneros da agricultura familiar não se limita a uma política de compras públicas, mas constitui instrumento estruturante de desenvolvimento territorial, sustentabilidade e valorização cultural (Brasil, 2009). Isto é, ao integrar a alimentação escolar às práticas pedagógicas, tornando visível a origem dos alimentos e estimulando o consumo de “comida de verdade”, baseada em produtos in natura e minimamente processados, a escola contribui simultaneamente para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e para a construção de sujeitos críticos capazes de compreender o alimento como expressão de relações sociais, econômicas e culturais (Brasil, 2009; Brasil, 2020). Assim, a alimentação escolar consolida-se como espaço estratégico de formação cidadã, no qual permanência, equidade e identidade alimentar se entrelaçam, ou melhor, ao articular educação, território e sistemas alimentares locais, o PNAE materializa, no

cotidiano do refeitório, princípios de soberania alimentar e justiça social, reafirmando a escola como espaço privilegiado de transformação social e fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis.

6 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a alimentação escolar no IFAM–CMC se configura como um fenômeno complexo, atravessado por dimensões sensoriais, socioculturais, econômicas e institucionais.

As percepções dos estudantes revelou um cenário marcado por ambivalências: ao mesmo tempo em que reconhecem a importância do serviço para sua permanência e valorizam a variedade e a regularidade das refeições, também expressam críticas relacionadas à aceitabilidade de determinadas preparações, sobretudo no que se refere à aparência, textura e forma de preparo. Esses elementos indicaram que a alimentação escolar não pode ser compreendida apenas como oferta nutricional, mas como experiência socialmente construída e continuamente avaliada pelos sujeitos que dela participam.

As relações estabelecidas pelos estudantes com a alimentação escolar evidenciaram um conhecimento predominantemente prático sobre o PNAE, ainda que não formalizado em termos conceituais. A importância do programa emerge nas falas associadas à garantia de acesso à alimentação, especialmente em contextos de vulnerabilidade, nos quais a refeição escolar assume caráter estruturante na rotina alimentar e na possibilidade de permanência no ambiente educacional. Nesse sentido, a alimentação escolar apresenta-se como elemento central de proteção social, contribuindo para a redução das desigualdades e para a ampliação das condições de aprendizagem.

Os resultados também evidenciaram que a aceitação e a rejeição das refeições são fortemente influenciadas por fatores socioculturais. A dinâmica coletiva do refeitório, marcada pela influência dos pares, atua como mediadora das escolhas alimentares, enquanto a comida de casa se estabelece como referência sensorial e afetiva na avaliação das preparações.

A cultura alimentar regional, por sua vez, emerge como elemento estruturante da formação do gosto, favorecendo a aceitação de alimentos como o peixe e reforçando a importância da valorização de preparações locais no cardápio escolar.

Ao mesmo tempo, práticas alimentares associadas ao lazer e à convivência familiar contribuem para a construção de preferências que se reproduzem no ambiente escolar, evidenciando que o “gostar” ou “não gostar” resulta da articulação entre experiências individuais e coletivas.

A sistematização desses elementos permitiu a construção de uma proposta de Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar orientada pela centralidade do estudante, incorporando princípios como segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar,

participação social e valorização da cultura alimentar regional. A política proposta dialoga com as diretrizes do PNAE e com as especificidades do contexto amazônico, buscando responder às demandas identificadas no campo empírico e fortalecer a alimentação escolar como estratégia integrada de educação, saúde e desenvolvimento social.

Do ponto de vista crítico, os achados evidenciaram que a alimentação escolar se constitui como um campo de tensões entre normativas institucionais, preferências juvenis e condições operacionais do serviço. A promoção da alimentação adequada e saudável demanda não apenas o cumprimento de diretrizes legais, mas também a incorporação de estratégias sensíveis às práticas e percepções dos estudantes, especialmente no que se refere à formação do gosto e à aceitação das preparações. Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional emerge como dimensão fundamental, sobretudo quando orientada por metodologias participativas e experiências práticas que dialoguem com o universo juvenil.

Como limitações, destacou-se o recorte empírico concentrado em um único campus e a ênfase na perspectiva discente, o que indica a necessidade de ampliar a análise para outros contextos institucionais e incluir diferentes atores envolvidos na execução do programa. Estudos futuros podem aprofundar investigações comparativas entre campi, incorporar análises longitudinais sobre o impacto de políticas institucionais e explorar estratégias inovadoras de educação alimentar voltadas para adolescentes.

Em síntese, a alimentação escolar no IFAM revelou-se como política pública multifacetada, que ultrapassa a dimensão nutricional e se insere no campo da formação social, cultural e educacional dos estudantes. A centralidade da escuta discente, evidenciada ao longo deste estudo, aponta para a necessidade de construção de políticas mais participativas, capazes de articular qualidade nutricional, identidade cultural e adesão efetiva ao serviço, contribuindo, assim, para a consolidação de uma alimentação escolar mais equitativa, significativa e transformadora.

Mais do que alimentar, a escola, nesse contexto, assume o papel de garantir dignidade, pertencimento e possibilidade de futuro, evidenciando que discutir alimentação escolar é, em última instância, discutir o próprio direito de estar e permanecer na educação.

7 PRODUTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO (PTT)

Este capítulo apresenta o Produto Técnico-Tecnológico desenvolvido no âmbito desta pesquisa. O documento foi concebido a partir dos achados empíricos e da análise teórica realizada ao longo do estudo, com o objetivo de sistematizar diretrizes, princípios e instrumentos que orientem a execução da alimentação escolar com centralidade no estudante.

No que se refere à aplicação do produto, destaca-se que a política será formalmente encaminhada à Pró-Reitoria de Ensino e ao Departamento de Assistência Estudantil do IFAM, na Reitoria, instâncias responsáveis pela normatização, orientação e acompanhamento da execução do PNAE no âmbito institucional. Esse encaminhamento configura-se como etapa inicial de institucionalização da proposta, possibilitando sua análise, validação e eventual incorporação aos instrumentos normativos da instituição.

A escolha dessas instâncias justifica-se por seu papel estratégico na formulação e implementação de políticas educacionais e socioassistenciais no IFAM, especialmente no que se refere à alimentação escolar, à permanência estudantil e à garantia de direitos.

Ao ser submetida a setores com poder decisório, a política proposta ultrapassa o campo teórico e assume potencial de aplicação concreta, contribuindo para a qualificação da gestão do PNAE e para o fortalecimento de práticas alinhadas às diretrizes nacionais e às especificidades do contexto institucional. Dessa maneira, consolida-se como instrumento técnico aplicável, cuja construção se fundamenta em evidências empíricas e se insere no processo de tomada de decisão institucional, caracterizando-se como etapa inicial de sua implementação no âmbito do IFAM.

Os resultados obtidos na pesquisa subsidiaram diretamente a elaboração da Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar do IFAM (PIANE), permitindo que demandas, percepções e necessidades identificadas junto aos estudantes fossem incorporadas às diretrizes normativas propostas. O Quadro 9 apresenta a relação entre os principais achados da investigação e as respectivas proposições contempladas na minuta da política institucional, evidenciando o caráter aplicado da pesquisa e sua contribuição para o fortalecimento da alimentação escolar, da participação estudantil, da soberania alimentar e da permanência acadêmica no âmbito do IFAM.

Quadro 9 – Relação entre os achados da pesquisa e as proposições incorporadas à Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar (PIANE/IFAM).

Principais achados da pesquisa	Evidências encontradas	Proposição incorporada na PIANE
---------------------------------------	-------------------------------	--

Filas extensas e dificuldades de acesso às refeições	Estudantes relataram longos tempos de espera e impactos na rotina acadêmica.	Obrigatoriedade de monitoramento da aceitabilidade, participação estudantil e avaliação contínua da execução do serviço (Arts. 32, 33 e 34).
Desconhecimento dos estudantes sobre o PNAE e seus direitos	A maioria dos estudantes desconhecia o programa e os mecanismos de participação social.	Criação da Comissão Interna de Alimentação Escolar (CIAE), ampliação dos canais de comunicação e fortalecimento do controle social (Arts. 20, 21, 22 e 34).
Baixa participação estudantil nas decisões sobre alimentação escolar	Estudantes relataram poucos espaços de escuta e consulta.	Instituição de mecanismos permanentes de participação estudantil, consultas periódicas e canais digitais acessíveis (Arts. 20, 22 e 34).
Valorização da alimentação regional amazônica	Peixe e preparações regionais apresentaram elevada aceitabilidade e forte identificação cultural.	Inclusão obrigatória de alimentos regionais amazônicos nos cardápios e fortalecimento da regionalização alimentar (Art. 18).
Interesse dos estudantes em conhecer a origem dos alimentos	Os participantes sugeriram conhecer a história e procedência dos alimentos consumidos.	Integração entre alimentação escolar, agricultura familiar e ações educativas sobre origem, território e cultura alimentar (Arts. 18, 27, 28 e 31).
Influência positiva da agricultura familiar na identidade alimentar regional	Os estudantes demonstraram receptividade à valorização dos alimentos locais.	Fortalecimento da aquisição da agricultura familiar e dos sistemas alimentares territorializados (Art. 13 e Arts. 28 a 31).
Preferência por metodologias práticas de Educação Alimentar e Nutricional	Os estudantes rejeitaram palestras tradicionais e sugeriram experiências práticas e participativas.	Diretriz para utilização de metodologias interativas, oficinas, degustações e atividades culturais (Arts. 26 e 27).
Importância das experiências culturais associadas à alimentação	Datas comemorativas e eventos temáticos foram lembrados positivamente pelos estudantes.	Instituição de semanas temáticas, ambientação cultural dos refeitórios e integração entre alimentação e cultura (Arts. 27 e 29).
Alimentação escolar percebida como condição para permanência e aprendizagem	Os estudantes associaram diretamente alimentação, rendimento escolar e permanência na instituição.	Reconhecimento da alimentação escolar como política estruturante de permanência estudantil e inclusão social (Arts. 38, 39 e 42).
Importância da alimentação para estudantes em situação de vulnerabilidade social	Relatos evidenciaram dependência da alimentação escolar para garantia da segurança alimentar.	Inclusão explícita dos princípios de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Direito Humano à Alimentação Adequada

		(DHAA) e equidade (Arts. 2, 38 e 39).
Necessidade de monitoramento permanente da qualidade das refeições	Estudantes demonstraram interesse em avaliações mais frequentes.	Instituição de sistema permanente de monitoramento, indicadores institucionais e testes periódicos de aceitabilidade (Arts. 32, 33 e 41).
Influência dos aspectos sensoriais na aceitação das refeições	Aparência, textura e forma de preparo foram determinantes na aceitação alimentar.	Previsão de testes de aceitabilidade contínuos e uso dos resultados para ajustes dos cardápios (Arts. 17, 22 e 33).
Alimentação como instrumento de identidade cultural e pertencimento	Alunos brasileiros e migrantes destacaram a importância da cultura alimentar regional.	Inserção dos princípios de soberania alimentar, identidade cultural e valorização territorial na política institucional (Arts. 2, 18, 31 e 40).

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas no IFAM.

7.1 Identificação do PTT - Categoria normas, políticas ou marco regulatório

Título do PTT: Proposta de Política Institucional de Alimentação Escolar no Instituto Federal do Amazonas (IFAM); PIANE – Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar do Instituto Federal do Amazonas

Organização: IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro/IFAM - Instituto Federal do Amazonas

Orientanda: Joyce Mirella Araújo Rebouças

Orientadora: Profa. Flávia Galindo – Docente Permanente

Setor Beneficiado com o Projeto de Pesquisa, realizado no âmbito do projeto de mestrado: A presente proposta de política institucional beneficia diretamente os seguintes setores:

- Pró-Reitoria de Ensino;
- Diretorias e Departamentos de Ensino;
- Direção Geral dos Campi;
- Coordenação de Assistência Estudantil/Coordenação Multiprofissional;
- Coordenação de Alimentação e Nutrição;
- Comunidade Estudantil.

Classificação: Produção com alto teor inovativo (combinação de conhecimentos pré-estabelecidos).

7.2 Avaliação do PTT segundo os critérios da CAPES

Critério/Avaliação	Justificativa Aplicada ao PTT
Aplicabilidade: Alta	A PIANE apresenta alta aplicabilidade por se tratar de uma política institucional estruturada em consonância com o PNAE, PNAES e legislação vigente. Sua implementação é viável em todos os campi do IFAM por meio de normatização interna e criação de comissões locais. Além disso, pode servir como modelo replicável para outros Institutos Federais, especialmente em contextos regionais semelhantes, fortalecendo a institucionalização da alimentação escolar como política estratégica.
Impacto: Alto	A PIANE promove transformação estrutural na forma como o IFAM compreende e executa a alimentação escolar, deslocando-a de uma lógica predominantemente operacional para uma abordagem estratégica, pedagógica e territorializada. Impacta diretamente a permanência estudantil, o controle social, a educação nutricional e a valorização da agricultura familiar, além de fortalecer a identidade institucional e a soberania alimentar no contexto amazônico.
Aderência: Alta	O PTT está alinhado à área de concentração em Administração e Gestão Pública, especialmente no que se refere à formulação de políticas institucionais, governança, gestão estratégica e implementação de marcos regulatórios. Articula gestão pública, planejamento institucional, políticas educacionais e segurança alimentar, dialogando diretamente com a linha de pesquisa do programa.
Inovação: Alta	A inovação reside na transformação de evidências empíricas qualitativas, produzidas a partir da escuta estudantil, em marco normativo institucional. A PIANE integra dados locais, legislação federal, princípios de soberania alimentar e regionalização amazônica em um único instrumento regulatório, configurando inovação por combinação estratégica de conhecimentos pré-estabelecidos com aplicação contextualizada inédita no IFAM.
Complexidade: Alta	A elaboração e implementação da PIANE

	envolvem múltiplos atores institucionais: Direção Geral, Diretoria de Ensino, Assistência Estudantil, Nutrição, Setor de Compras, Agricultura Familiar, estudantes e comunidade externa. Exige articulação intersetorial, negociação normativa, alinhamento orçamentário e construção de consensos entre diferentes campi, o que eleva significativamente seu grau de complexidade institucional.
--	---

7.3 Conexão com a pesquisa e critérios de avaliação do PTT

Projeto de pesquisa: Consumo, marketing e sustentabilidade.

Linha de pesquisa vinculada a produção: Linha 2 - Gestão da Inovação, Mercados e políticas públicas.

Financiamento: IFAM/UFRRJ

Resumo: A Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar (PIANE) do IFAM estabelece diretrizes normativas para a execução qualificada do PNAE no âmbito institucional, articulando alimentação escolar, permanência estudantil, soberania alimentar e desenvolvimento territorial. Fundamentada na Lei nº 11.947/2009, na Lei nº 15.226/2025, na Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e suas atualizações, bem como nos princípios da LOSAN, a política consolida responsabilidades da Reitoria e dos campi. Regulamenta, ainda, a aquisição de gêneros alimentícios, com ampliação obrigatória da compra da agricultura familiar e priorização de alimentos in natura e regionais. Além disso, institui mecanismos permanentes de monitoramento, controle social e transparência. Para além do cumprimento legal, a PIANE amplia o papel estratégico da alimentação escolar ao integrá-la à Educação Alimentar e Nutricional, à participação estudantil por meio da CIAE, à criação de canais institucionais de escuta e à valorização da cultura alimentar amazônica. Ao prever indicadores de aceitabilidade, desperdício, impacto educacional e revisão periódica da política, a PIANE transforma a alimentação escolar em instrumento estruturante de segurança alimentar, equidade educacional e promoção da soberania alimentar no IFAM.

Aplicabilidade: Descrição da abrangência realizada: Os documentos apresentados comprovam que a construção da PIANE (Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar) é resultado direto da dissertação aplicada no âmbito do IFAM. A aplicabilidade do trabalho mostra-se oportuna, uma vez que todos os campi da instituição executam o Programa Nacional

de Alimentação Escolar (PNAE) e enfrentam desafios semelhantes relacionados à organização do serviço, à participação estudantil, à educação nutricional e à regionalização alimentar. As análises realizadas na pesquisa evidenciaram a necessidade de sistematização normativa da alimentação escolar, com planejamento de ações de curto, médio e longo prazo, especialmente no que se refere à governança interna, ao fortalecimento do controle social, à valorização da agricultura familiar e à institucionalização de práticas de Educação Alimentar e Nutricional. A oportunidade também se manifesta na demanda por padronização de diretrizes institucionais, de modo a assegurar maior alinhamento entre a execução operacional, os princípios legais do PNAE e as especificidades socioculturais regionais. A proposta foi construída a partir da escuta qualificada de estudantes e dialoga diretamente com setores estratégicos da instituição, como a Diretoria de Ensino, a Assistência Estudantil, a área de Nutrição e a Gestão Administrativa. Embora originada a partir de pesquisa aplicada em um campus específico, a política foi estruturada com abrangência multicampi, o que permite sua replicabilidade no sistema dos Institutos Federais, especialmente em instituições que compartilham características territoriais e socioeconômicas semelhantes.

Contribuição para a sociedade - prática e teórica: Como contribuição prática, a pesquisa resultou na elaboração da PIANE (Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar), que possibilita a sistematização e o alinhamento das ações relacionadas à alimentação escolar no IFAM. A proposta oferece diretrizes claras para a execução do PNAE, o fortalecimento da participação estudantil, a implementação de ações permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e a valorização da agricultura familiar e da alimentação regional. Além de orientar a gestão interna da instituição, o modelo pode servir como referência para outros Institutos Federais e instituições públicas brasileiras que buscam estruturar normativamente suas políticas de alimentação escolar de forma territorializada e alinhada ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Como contribuição teórica, a pesquisa amplia o debate sobre alimentação escolar no campo da Administração Pública, ao articular políticas públicas, consumo institucional, soberania alimentar e gestão baseada em evidências qualitativas. O trabalho desenvolve uma reflexão sobre a alimentação escolar para além da dimensão operacional, compreendendo-a como política estratégica vinculada à permanência estudantil, à identidade cultural e ao desenvolvimento territorial. Dessa forma, contribui para o aprofundamento teórico sobre governança alimentar institucional e inovação em políticas públicas educacionais.

MINUTA DE RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE XXXXXX DE 2026.

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR - PIANE/IFAM

Dispõe sobre os procedimentos para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

A presente Política Institucional de Alimentação Escolar fundamenta-se na Constituição Federal, na Lei nº 11.947/2009 (PNAE), nas diretrizes do PNAES e nos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Os achados institucionais demonstram que a alimentação escolar constitui eixo estruturante da permanência estudantil, da equidade educacional e da promoção da soberania alimentar no território amazônico. A consolidação desta política institucional visa garantir segurança alimentar, fortalecimento da agricultura familiar, regionalização dos cardápios e integração da Educação Alimentar e Nutricional às práticas pedagógicas.

A pesquisa institucional evidenciou que parte significativa dos estudantes depende da alimentação escolar como condição concreta de permanência acadêmica. Além disso, foram identificadas demandas por maior participação social, valorização de alimentos regionais, fortalecimento da agricultura familiar e ampliação de ações educativas contextualizadas. Esta política responde a essas demandas estruturando diretrizes permanentes para todos os campi do IFAM.

CAPÍTULO I – DOS FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 1º Instituir a Política Institucional de Alimentação Escolar do IFAM como instrumento normativo orientador da execução do PNAE em todos os campi.

Art. 2º São princípios desta política:

- I – Direito Humano à Alimentação Adequada;
- II – Equidade e permanência estudantil;
- III – Soberania alimentar;
- IV – Valorização da agricultura familiar;
- V – Participação social e controle democrático;
- VI – Sustentabilidade ambiental e territorial;

VII – Transparência e responsabilidade pública.

Art. 3º O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional e da oferta de refeições gratuitas que atendam às suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Art. 4º A Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar (PIANE), no âmbito do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), tem como objetivo geral assegurar a efetivação do direito à alimentação adequada no contexto escolar, em consonância com as diretrizes do PNAE e com as especificidades socioculturais do território amazônico.

Art. 5º São atendidos pelo PNAE os alunos regularmente matriculados em cursos presenciais e semipresenciais da educação básica, em conformidade com o Censo Escolar do exercício anterior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC).

CAPÍTULO II – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º A alimentação escolar é direito dos estudantes da educação básica pública e dever do Estado, sendo promovida e incentivada no âmbito do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) em conformidade com as diretrizes estabelecidas no art. 2º da Lei nº 11.947/2009 e demais normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Art. 6º Compete à Reitoria coordenar, planejar e monitorar a execução do PNAE no âmbito institucional, assegurando o alinhamento das ações entre os campi e a observância das diretrizes legais e normativas vigentes.

Art. 7º Compete aos campi:

I – executar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes estabelecidas na PIANE;

II – garantir infraestrutura adequada para armazenamento, preparo e distribuição das refeições;

III – assegurar condições higiênico-sanitárias adequadas e cumprimento das normas de segurança alimentar;

IV – realizar testes de aceitabilidade, conforme normativas do FNDE, garantindo registro e monitoramento dos resultados;

V – promover ações permanentes de Educação Alimentar e Nutricional articuladas ao projeto pedagógico institucional;

VI – assegurar mecanismos de participação estudantil e controle social no acompanhamento da alimentação escolar.

Art. 8º É de responsabilidade do IFAM assegurar as condições estruturais, administrativas e técnicas necessárias à execução do PNAE, bem como promover a capacitação contínua dos servidores envolvidos na operacionalização, acompanhamento e monitoramento do Programa.

Art. 9º Os nutricionistas que integram o quadro técnico responsável pela execução do PNAE no IFAM, incluindo os Responsáveis Técnicos (RTs), deverão estar lotados em unidade institucional do IFAM, observadas as atribuições definidas pelo Conselho Federal de Nutricionistas.

§ 1º Os nutricionistas deverão estar regularmente inscritos no respectivo Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) e devidamente cadastrados nos sistemas oficiais do FNDE/MEC, incluindo o SIGPNAE, quando aplicável.

§ 2º Os campi que não dispuserem de nutricionista em seu quadro próprio deverão formalizar solicitação de apoio técnico junto à Reitoria, garantindo a execução das atribuições técnicas do profissional, em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Nutricionistas nº 788/2024, nº 789/2024 e nº 790/2024.

CAPÍTULO III - DA EXECUÇÃO DO PNAE

DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 10. O processo de aquisição de gêneros alimentícios com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito do IFAM deverá obedecer ao disposto no Capítulo V da Resolução CD/FNDE nº 06/2020, às alterações promovidas pela Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE de fevereiro de 2025, à Lei nº 11.947/2009, com as modificações introduzidas pela Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025, e demais normativos institucionais.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 11. A transferência dos recursos financeiros para execução do PNAE será efetuada automaticamente pelo FNDE à Reitoria do IFAM, que procederá ao repasse aos campi conforme a distribuição detalhada pelo FNDE.

§ 1º Por se tratar de recurso suplementar, os campi deverão prever, em seu planejamento orçamentário anual, dotação complementar para assegurar a continuidade da alimentação escolar, considerando que a responsabilidade pela garantia da alimentação é compartilhada entre a União e a instituição.

§ 2º Os recursos do PNAE deverão ser utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios, conforme cardápio previamente elaborado por nutricionista responsável técnico.

§ 3º O IFAM, na condição de Entidade Executora (EEx), possui autonomia para definir sua forma de gestão do Programa, observando o planejamento orçamentário institucional e a legislação vigente.

§ 4º Os créditos não empenhados no exercício deverão ser devolvidos conforme prazos e normas estabelecidos pelo FNDE e normativas internas.

DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 12. É permitida a contratação de serviço de fornecimento de refeições, desde que:

I – os recursos do PNAE sejam destinados exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios;

II – as despesas com mão de obra, equipamentos, utensílios e demais custos operacionais sejam custeadas com recursos próprios;

III – a contratação do serviço e a aquisição de gêneros alimentícios ocorram por processos licitatórios distintos.

DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI 15.226/2025)

Art. 13. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, no mínimo 45% (quarenta e cinco por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, conforme art. 14 da Lei nº 11.947/2009, com redação dada pela Lei nº 15.226/2025.

§ 1º Deverão ser priorizados assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e grupos formais e informais de mulheres.

§ 2º No mínimo 50% do valor adquirido da Unidade Familiar de Produção Agrária deverá ser em nome da mulher, comprovado por nota fiscal emitida em seu CPF, conforme regulamentação vigente.

§ 3º Caso não sejam obtidas quantidades suficientes de fornecedores locais, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade:

I – Região Geográfica Imediata;

II – Região Geográfica Intermediária;

III – Estado;

IV – País.

DO PRAZO DE VALIDADE DOS GÊNEROS

Art. 14. Os gêneros alimentícios com obrigatoriedade de determinação de prazo de validade adquiridos no âmbito do PNAE deverão possuir, no momento da entrega, prazo restante igual ou superior à metade do período entre a data de fabricação e a data final de validade, nos termos do §1º do art. 13 da Lei nº 11.947/2009, com redação dada pela Lei nº 15.226/2025.

Parágrafo único. Ficam dispensados dessa obrigatoriedade os alimentos adquiridos da agricultura familiar.

DA CLASSIFICAÇÃO DOS ALIMENTOS (RESOLUÇÃO CD/FNDE nº 3, de 4 de fevereiro de 2025)

Art. 15. Quanto à aplicação dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios, deverá ser observada a seguinte distribuição:

I – no mínimo 80% dos recursos destinados à aquisição de alimentos in natura ou minimamente processados;

II – no máximo 15% para alimentos processados e ultraprocessados;

III – no máximo 5% para ingredientes culinários processados.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2026:

I – o percentual mínimo de alimentos in natura ou minimamente processados será elevado para 85%;

II – o percentual máximo de alimentos processados e ultraprocessados será reduzido para 10%.

§ 2º Recomenda-se:

I – a não aquisição de alimentos ultraprocessados ou com rotulagem nutricional frontal de alto conteúdo;

II – que o número mínimo anual de diferentes tipos de alimentos in natura ou minimamente processados adquiridos seja de, no mínimo, 50 itens.

§ 3º Para categorização dos alimentos, será adotada a Classificação NOVA, desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (NUPENS/USP).

DOS ALIMENTOS PROIBIDOS

Art. 16. É vedada a utilização de recursos do PNAE para aquisição de alimentos e bebidas ultraprocessados, tais como:

– refrigerantes e refrescos artificiais;

– bebidas açucaradas;

- balas, bombons e similares;
- biscoitos recheados;
- bolos com cobertura ou recheio;
- gelatina;
- temperos com glutamato monossódico;
- alimentos em pó (exceto leite em pó), entre outros definidos pela legislação vigente.

DA QUALIDADE E ACEITABILIDADE

Art. 17. Compete à Entidade Executora zelar pela qualidade, variabilidade e condições higiênico-sanitárias dos alimentos, bem como realizar testes de aceitabilidade periódicos e garantir o cumprimento do disposto no §1º do art. 13 da Lei nº 11.947/2009.

DA REGIONALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 18. Além do percentual mínimo de 45% destinado à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, o IFAM deverá assegurar a inclusão obrigatória de alimentos regionais amazônicos nos cardápios escolares, de forma contínua e sistemática.

§ 1º Para fins desta Política, consideram-se alimentos regionais aqueles produzidos no território amazônico ou tradicionalmente incorporados à cultura alimentar local, tais como pescados regionais, farinhas, frutas nativas, tubérculos e preparações culturalmente referenciadas.

§ 2º Cada campus deverá garantir a presença regular de, no mínimo, um item regional por semana no cardápio escolar, respeitando sazonalidade, disponibilidade local e planejamento nutricional.

§ 3º Sempre que possível, os alimentos regionais deverão ser adquiridos prioritariamente de produtores locais ou da agricultura familiar, fortalecendo os sistemas alimentares territorializados.

§ 4º A inclusão de alimentos regionais deverá estar articulada a ações de Educação Alimentar e Nutricional, contemplando informações sobre origem, valor cultural, importância nutricional e papel socioeconômico desses alimentos no território.

§ 5º A regionalização da alimentação escolar constitui diretriz estratégica da PIANE, vinculada aos princípios de soberania alimentar, desenvolvimento local sustentável e valorização da identidade cultural.

CAPÍTULO VI – DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE DEMOCRÁTICO

Art. 20. Cada campus do IFAM deverá instituir Comissão Interna de Alimentação Escolar (CIAE), com representação paritária de estudantes, gestão, docentes e equipe técnica.

§ 1º A CIAE terá caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento da execução da alimentação escolar no campus.

§ 2º A composição da Comissão deverá garantir diversidade de representação e mandato definido em ato próprio da Direção-Geral do campus.

Art. 21. Compete à CIAE:

I – acompanhar a execução dos cardápios e sua adequação às diretrizes do PNAE e da PIANE;

II – avaliar os resultados dos testes de aceitabilidade;

III – analisar relatórios de execução física e financeira do Programa;

IV – propor melhorias na organização e funcionamento do serviço;

V – fomentar ações de Educação Alimentar e Nutricional;

VI – contribuir para o fortalecimento do controle social e da participação estudantil;

VII – acompanhar a execução das diretrizes de regionalização alimentar.

Art. 22. Os testes de aceitabilidade deverão ocorrer, no mínimo, semestralmente, utilizando instrumentos digitais e presenciais acessíveis, garantindo ampla participação estudantil.

§ 1º Os resultados deverão ser sistematizados e apresentados à CIAE.

§ 2º As informações deverão subsidiar ajustes no cardápio e nas ações educativas.

DA COMISSÃO DE CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Art. 23. Para os processos de aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, cada campus deverá instituir Comissão de Chamada Pública específica.

§ 1º A Comissão será formalmente designada por ato da Direção-Geral do campus.

§ 2º O Presidente da Comissão deverá ser, obrigatoriamente, servidor lotado na Coordenação de Compras ou no setor equivalente do Departamento de Administração do campus.

§ 3º A nutricionista do campus, ou o Responsável Técnico pelo PNAE, integrará a Comissão, cabendo-lhe o respaldo técnico quanto:

I – à definição das especificações dos gêneros alimentícios;

II – à compatibilidade dos itens com o cardápio planejado;

III – à análise técnica das propostas apresentadas;

IV – à verificação da adequação sanitária e nutricional dos produtos.

§ 4º A Comissão poderá contar com apoio das áreas administrativa, financeira e jurídica, quando necessário.

§ 5º A condução da Chamada Pública deverá observar os princípios da legalidade, transparência, impessoalidade, economicidade e priorização de fornecedores locais.

§ 6º Toda a documentação do processo deverá permanecer disponível para fins de auditoria, controle interno e controle social.

DA CAPACITAÇÃO DAS COMISSÕES

Art. 24. Os membros da CIAE e da Comissão de Chamada Pública deverão participar de capacitação obrigatória anual sobre execução do PNAE, legislação vigente e diretrizes da PIANE.

§ 1º A capacitação deverá abordar, no mínimo:

I – legislação do PNAE e suas atualizações;

II – diretrizes da PIANE;

III – princípios de soberania alimentar e regionalização;

IV – classificação NOVA e critérios de qualidade dos gêneros alimentícios;

V – procedimentos administrativos da Chamada Pública;

VI – controle social e transparência na execução dos recursos;

VII – boas práticas de higiene e segurança alimentar.

§ 2º A capacitação poderá ocorrer de forma presencial, híbrida ou virtual, devendo ser registrada para fins institucionais.

§ 3º Compete à Reitoria, por meio da Pró-Reitoria de Ensino, em articulação com as áreas de Nutrição, Assistência Estudantil e Administração, organizar o calendário anual de formação.

§ 4º A participação na capacitação constitui requisito para atuação nas comissões durante o exercício vigente.

CAPÍTULO V – DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 25. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) constitui eixo estruturante da Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar – PIANE, devendo integrar o currículo, os projetos pedagógicos e as práticas institucionais do IFAM.

Parágrafo único. A Educação Alimentar e Nutricional é compreendida como campo de atuação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde, sendo estratégia fundamental para a prevenção e o enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos, contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis e conscientes.

Art. 26. As ações de EAN deverão considerar aspectos sensoriais, culturais, socioeconômicos e territoriais, superando abordagens exclusivamente prescritivas ou centradas na transmissão vertical de informações.

§ 1º As metodologias adotadas deverão privilegiar experiências práticas, interativas e participativas, adequadas ao público adolescente.

§ 2º Fica vedada a limitação da EAN a palestras expositivas isoladas, devendo-se priorizar estratégias que promovam vivências alimentares significativas.

Art. 27. As ações de Educação Alimentar e Nutricional poderão incluir:

I – oficinas culinárias e atividades práticas relacionadas ao preparo de alimentos;

II – semanas temáticas de regionalização alimentar;

III – feiras da agricultura familiar no espaço escolar;

IV – degustações orientadas de alimentos regionais;

V – atividades culturais que relacionem alimentação, identidade e território;

VI – exposições sobre origem, cadeia produtiva e valor cultural dos alimentos;

VII – projetos interdisciplinares que articulem alimentação, meio ambiente e sustentabilidade.

Art. 28. O IFAM deverá promover a aproximação entre agricultores familiares e a comunidade escolar, por meio de:

I – encontros formativos;

II – apresentação dos produtores e de seus processos produtivos;

III – participação em feiras e eventos escolares;

IV – divulgação da origem dos alimentos adquiridos via PNAE.

Parágrafo único. Essa aproximação visa fortalecer os sistemas alimentares territorializados, a soberania alimentar e o reconhecimento do papel social da agricultura familiar.

Art. 29. Cada campus deverá instituir calendário anual de ações de Educação Alimentar e Nutricional, incluindo semanas culturais e temáticas relacionadas à alimentação regional.

§ 1º Poderão ser previstos cardápios diferenciados em datas comemorativas institucionais ou culturais, desde que respeitadas as diretrizes nutricionais do PNAE.

§ 2º As atividades poderão incluir ambientação temática do refeitório, manifestações culturais e integração com projetos pedagógicos.

Art. 30. Nos campi que adotarem modelo de fornecimento de refeições por meio de contrato terceirizado, os instrumentos convocatórios e contratos deverão prever:

I – possibilidade de execução de cardápios diferenciados vinculados ao calendário institucional;

II – colaboração da empresa na execução de ações educativas;

III – participação em semanas temáticas de regionalização alimentar;

IV – adequação das preparações às diretrizes da PIANE e do PNAE.

Art. 31. A Educação Alimentar e Nutricional deverá promover a valorização da comida de verdade, da agricultura familiar, da cultura alimentar regional e dos princípios da soberania alimentar, fortalecendo a alimentação escolar como espaço pedagógico e de formação cidadã.

CAPÍTULO VI – DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Art. 32. O IFAM instituirá sistema permanente de monitoramento e avaliação da Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar – PIANE, com base em indicadores técnicos, pedagógicos e sociais.

§1º O monitoramento compreenderá, no mínimo, os seguintes eixos:

I – aceitabilidade das refeições;

II – desperdício alimentar;

III – adesão e participação estudantil;

IV – execução orçamentária;

V – cumprimento das metas de regionalização e aquisição da agricultura familiar;

VI – impacto educacional percebido.

§2º Os indicadores deverão ser consolidados anualmente e encaminhados à Reitoria para fins de acompanhamento institucional.

Art. 33. O teste de aceitabilidade constitui instrumento obrigatório de avaliação da alimentação escolar e deverá observar o Manual para Aplicação dos Testes de Aceitabilidade no âmbito do PNAE, publicado pelo FNDE.

§1º Para fins desta Política, considera-se teste de aceitabilidade o conjunto de procedimentos metodológicos cientificamente reconhecidos destinados a medir o índice de aceitação da alimentação oferecida aos estudantes, integrando a análise sensorial de alimentos, que evoca, mede, analisa e interpreta reações às características percebidas pelos órgãos da visão, olfato, paladar, tato e audição.

§2º A metodologia aplicada deverá considerar as especificidades socioculturais e territoriais de cada campus, respeitando a diversidade alimentar regional.

§3º Os testes de aceitabilidade deverão ser realizados:

I – trimestralmente;

Ou

II – sempre que houver inclusão de nova preparação no cardápio;

Ou

III – quando constatada necessidade pela CIAE ou pela equipe técnica.

§4º A aplicação dos testes será de responsabilidade da nutricionista do campus, com apoio da Comissão Interna de Alimentação Escolar (CIAE).

§5º Os resultados deverão:

I – ser registrados formalmente;

II – ser divulgados à comunidade acadêmica por meio de canais institucionais;

III – subsidiar ajustes no cardápio, quando necessário, conforme viabilidade técnica e orçamentária.

Art. 34. Cada campus deverá instituir canal permanente, acessível e obrigatório de comunicação com os estudantes para manifestações relativas à alimentação escolar.

§1º O canal deverá permitir:

I – envio de sugestões;

II – registro de reclamações;

III – avaliação das refeições;

IV – proposição de preparações regionais.

§2º O canal poderá ser operacionalizado por meio digital ou híbrido, devendo considerar as formas de comunicação mais utilizadas pelos estudantes.

§3º As manifestações recebidas deverão ser analisadas pela CIAE e respondidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 35. O monitoramento do desperdício alimentar deverá incluir:

I – aferição periódica de sobras limpas e sujas;

II – análise de adequação de porções;

III – proposição de ajustes operacionais.

Art. 36. A Reitoria consolidará relatório institucional anual da PIANE, contendo:

I – análise dos indicadores;

II – cumprimento das metas legais do PNAE;

III – percentual de aquisição da agricultura familiar;

IV – avaliação das ações de Educação Alimentar e Nutricional;

V – recomendações para aprimoramento.

Art. 37. A presente Política será objeto de revisão institucional a cada 4 (quatro) anos, mediante avaliação técnica, consulta à comunidade acadêmica e análise dos relatórios consolidados.

Parágrafo único. A revisão poderá ocorrer antes do prazo previsto quando houver alteração normativa federal ou necessidade institucional devidamente fundamentada.

CAPÍTULO VII – DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Art. 38. A alimentação escolar no âmbito do IFAM constitui instrumento estratégico de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e integra a política institucional de enfrentamento à insegurança alimentar entre estudantes da educação básica.

§1º Para fins desta Política, considera-se Segurança Alimentar e Nutricional a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, conforme definido na Lei nº 11.346/2006.

§2º A alimentação escolar deverá assegurar:

I – regularidade na oferta das refeições durante todo o período letivo;

II – qualidade nutricional compatível com as necessidades dos estudantes;

III – respeito à cultura alimentar regional;

IV – promoção de hábitos alimentares saudáveis;

V – equidade no acesso, independentemente da condição socioeconômica.

§3º A alimentação escolar é reconhecida como componente estruturante da permanência estudantil, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Art. 39. A presente Política articula-se ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como estratégia complementar de garantia de permanência e redução das desigualdades educacionais.

§1º A alimentação escolar, integrada aos auxílios socioassistenciais, constitui mecanismo de proteção social no ambiente educacional, contribuindo para:

I – redução da evasão e retenção escolar;

II – melhoria do rendimento acadêmico;

III – ampliação das condições de estudo em tempo integral;

IV – mitigação de situações de insegurança alimentar vivenciadas no contexto familiar.

§2º O IFAM reconhecerá a alimentação escolar como política de inclusão social e de promoção da justiça educacional.

Art. 40. A Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar promoverá a Soberania Alimentar como princípio orientador da gestão do PNAE.

§1º Para fins desta Política, entende-se por Soberania Alimentar o direito coletivo de definir sistemas alimentares próprios, priorizando a produção local, a cultura alimentar regional, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar.

§2º A soberania alimentar será promovida por meio de:

I – aquisição prioritária de alimentos da agricultura familiar local e regional;

II – valorização de preparações regionais nos cardápios;

III – promoção de sistemas alimentares territorializados;

IV – estímulo à diversidade alimentar e à preservação de saberes tradicionais.

§3º A alimentação escolar deverá contribuir para o fortalecimento da economia local e para a construção de cadeias curtas de abastecimento, respeitando os princípios da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Art. 41. Serão implementados indicadores institucionais de monitoramento da Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito escolar, incluindo:

I – índice de aceitabilidade das refeições;

II – taxa de desperdício alimentar;

III – percentual de aquisição da agricultura familiar;

IV – diversidade de alimentos in natura e minimamente processados;

V – indicadores de participação estudantil;

VI – percepção de impacto educacional e permanência.

§1º Os indicadores deverão subsidiar o planejamento anual e orientar ajustes operacionais e pedagógicos.

§2º A consolidação dos dados permitirá avaliar a contribuição da alimentação escolar para a redução das desigualdades e para a promoção da permanência estudantil.

Art. 42. A alimentação escolar no IFAM será reconhecida como política pública estruturante, integrando dimensões nutricionais, pedagógicas, culturais e sociais, reafirmando o compromisso institucional com o Direito Humano à Alimentação Adequada e com a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e territorialmente referenciados.

ANEXO A

ANEXO I – PTT -MODELO DE COMISSÃO INTERNA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CIAE)

1. Natureza

A CIAE é instância consultiva, propositiva e de acompanhamento da execução da alimentação escolar no âmbito do campus.

2. Composição (Paritária)

02 representantes estudantis;

01 representante da Direção de Ensino;

01 representante docente;

01 representante técnico-administrativo;

01 nutricionista (membro técnico permanente);

01 representante da Assistência Estudantil;

Mandato: 1 ano, permitida recondução.

3. Competências

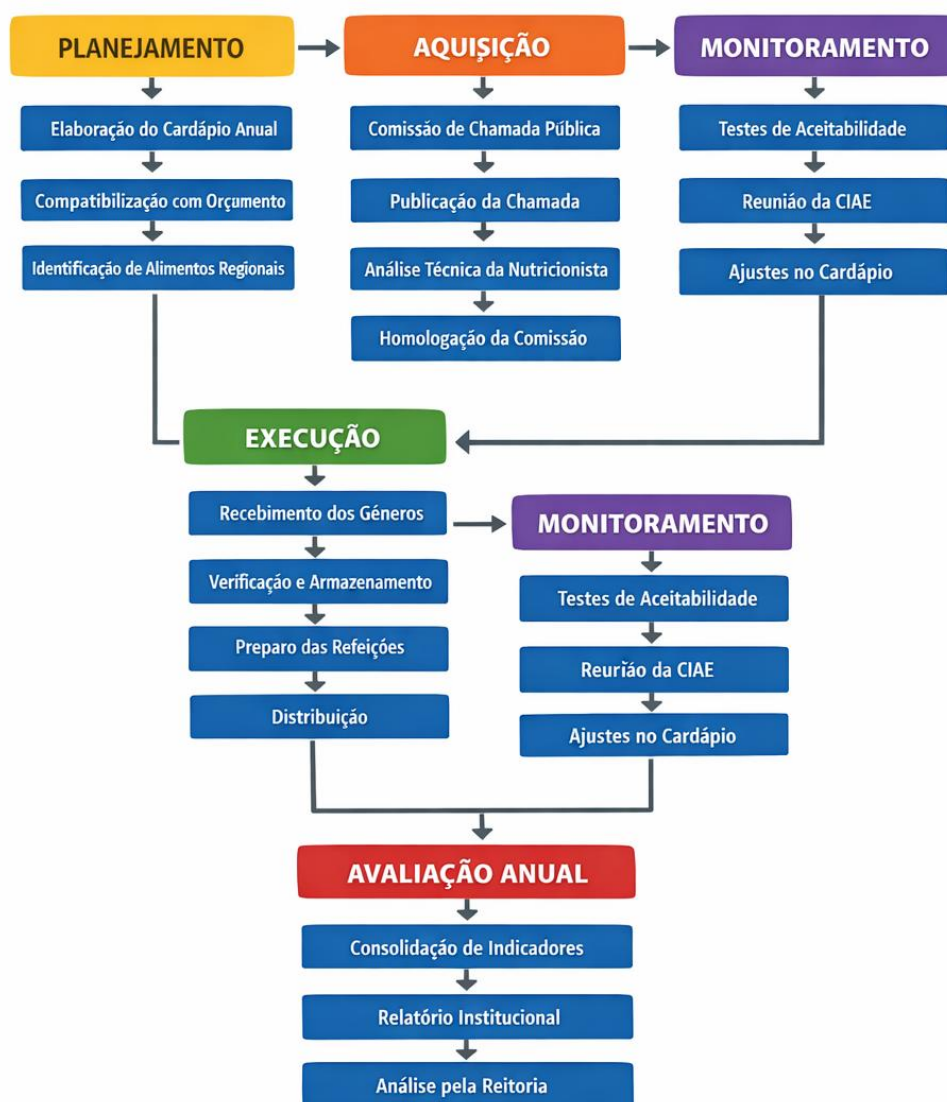
- Acompanhar cardápios mensais;
- Avaliar testes de aceitabilidade;
- Monitorar execução da regionalização alimentar;
- Analisar relatórios financeiros simplificados do PNAE;
- Propor melhorias no serviço;
- Sugerir ações de Educação Alimentar e Nutricional;
- Encaminhar recomendações à Direção-Geral.

4. Funcionamento

- Reuniões ordinárias: trimestrais;
- Reuniões extraordinárias: mediante demanda;
- Registro em ata;
- Publicização das decisões em meio institucional.

ANEXO II – PTT - FLUXOGRAMA INSTITUCIONAL DO PNAE NO IFAM

FLUXO INSTITUCIONAL DE EXECUÇÃO DO PNAE NO IFAM



8 REFERÊNCIAS

- ALIAGA, M. A.; SANTOS, S. M. C.; TRAD, L. A. B. Segurança alimentar e nutricional: significados construídos por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, s.p. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2020.v36n1/e00169218/pt>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- ANJOS, I. A.; LOPES FILHO, J. D.; HORTA, P. M. Factors associated with the purchase of family farming products for National School Feeding Program in Minas Gerais in 2017. **Ciência Rural**, v. 52, n. 4, [s. p.], 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782022000400801&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.
- AMORIM, A. L. B.; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFrmJKZqZyCYQ/>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- ANTUNES JUNIOR, W. F.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BORSATTO, R. S. Agroecologia na agenda de políticas públicas para a agricultura familiar: tema coadjuvante no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, n.00, [s. p.], 2025. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032025000100224&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.
- ASADA, Y.; BLEIWEISS-SANDE, R.; BARNES, C.; LANE, H.; CHRIQUI, J. F. In pursuit of equitable access in federal food and nutrition assistance programs. **American Journal of Public Health**, [S.l.], v. 113, supl. 3, p. S175–S179, 2023. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/10.2105/AJPH.2023.307496>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- AZEVEDO, L. C. de; LUDWIG, A. F. K.; VIEIRA, R. I. S. F. de M.; VARGAS, D. M. Qualidade da alimentação de adolescentes com sobrepeso e obesidade. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v.18, n. 116, p. 917-926, 2024. Disponível em: <https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/2497>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- BASTOS, R. C.; LORETO, M. D. S.; EMMENDOERFER, M. L.; SOUZA, G. B. P. de. As implicações do PNAE nas práticas dos agricultores familiares como geração de oportunidades para o desenvolvimento. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 1, p. 162–197, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/download/3998/2627/11775>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BEZERRA, M. S.; JACOB, M. C. M.; FERREIRA, M. A. F.; VALE, D.; MIRABAL, I. R. B.; LYRA, C. O. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e seu brilho com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Natal, RN, v.25, n. 10, p. 3833-3846, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vpGZNFNcKySWVrVy4KR3Gtc/>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- BI, X.; DAVIS, B.; BARRAJ, L.; SRINIVASAN, D.; MAHADEV, P.; MATHEW, P.; MISHRA, D.; SCRAFFORD, C.; TRAN, N.; JACK, M. Beverage consumption patterns among

US adolescents and adults from a new 24-h beverage recall survey compared to the National Health and Nutrition Examination Survey (NHANES) 2017–2018. **Nutrients**, Basel, v. 15, n. 16, p. e3605, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37630751/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BICALHO, D.; LIMA, T. M.; SANTOS, T. S. S.; SLATER, B. Desenvolvimento e validação de indicadores de desempenho da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 335–349, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232022000100335&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

BITTAR, C.; SOARES, A. Mídia e comportamento alimentar na adolescência. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Paulo, v.28, n.1. p. 291-308, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/mfTpzZ6F3YhywBGx5tVLkgx/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BONDUKI, M.; PALOTTI, P. Entre chicotes e cenouras orgânicas: coerção e cooperação na implementação das compras da agricultura familiar no âmbito do PNAE. **Dados**, v. 64, n. 4, [s. p.], 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582021000400204&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BORGES, J. L.; DELL'AGLIO, D. D. Desafios éticos na pesquisa com adolescentes: implica a exigência do consentimento parental. **Revista SPAGESP**. Ribeirão Preto, vol.18, n.2, p. 43-57, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000200005. Acesso em: 05 mai. 2024.

BODEGA, P.; DE COS-GANDOY, A.; FERNANDEZ-ALVIRA, J. M.; FERNANDEZ-JIMENEZ, R.; MORENO, L. A.; SANTOS-BENEIT, G. Body image and dietary habits in adolescents: a systematic review. **Nutrition Reviews**, v. 82, n. 1, p. 104–127, 11 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1093/nutrit/nuad044>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37155836/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 4 dez. 2024

BRASIL. Governo Federal. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Dados abertos do Governo Federal. 2025. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/organizacoes/visualizar/fundo-nacional-de-desenvolvimento-da-educacao?idOrganizacao=0c3511cf-1560-43eb-a5dc-b114b1fe253a&pagina=1>. Acesso em 26 de fev 2025.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 6 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/LEI-11947-DE-16-DE-JUNHO-DE-2009.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o prazo de validade dos gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer o percentual mínimo de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no âmbito desse programa. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 01 out. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.226-de-30-de-setembro-de-2025-659618378>. Acesso em: 22 jan 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p. ISBN 978-85-60700-59-2. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 8, de 5 de fevereiro de 2025**. Dispõe sobre as diretrizes para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 2025. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cd/fnde-n-3-de-4-de-fevereiro-de-2025-*-611348521. Acesso em: 06 mar 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico do PNAE**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>. Acesso em 26 fev 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Pesquisa. **Submeter na Plataforma Brasil projetos de pesquisa envolvendo seres humanos para avaliação ética**. [Brasília]. 2023. Disponível em <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/submeter-na-plataforma-brasil-de-projetos-de-pesquisa-envolvendo-seres-humanos-para-avaliacao-etica>> Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Resolução no 06, de 08 de maio de 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. CECANE UFRGS. 2017. 2. ed. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/manual-para-aplicacao-dos-testes-de-aceitabilidade-no-pnae>. Acesso em 04 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 233 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025. ISBN 978-85-334-2627-6.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRYANT, C.; COUTURE, A.; ROSS, E.; CLARK, A.; CHAPMAN, T. A review of policy levers to reduce meat production and consumption. **Appetite**, [S.l.], v. 203, p. 107684, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39306043/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CANELLA, D. S.; BANDEIRA, L.; OLIVEIRA, M. L.; CASTRO, S.; PEREIRA, A. S.; BANDONI, D. H.; CASTRO, I. R. R. Atualização dos parâmetros de aquisição do Programa Nacional de Alimentação Escolar com base no Guia Alimentar para a População Brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, supl. 1, e00151420, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/tdh6M7nSLYZzj7GtJfjsqXL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2025.

CASHDAN, E. A sensitive period for learning about food. **Human Nature**, New York, v. 9, n. 3, p. 267–271, 1998. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24214627>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CARSKADON, M. A.; TAROKH, L. Developmental changes in sleep biology and potential effects on adolescent behavior and caffeine use. **Nutrition Reviews**, v. 72, supl. 1, p. 60–64, 2014. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4658519/>. Acesso em: 25 fev 2025.

CATALANO, R. F.; SKINNER, M. L.; ALVARADO, G.; KAPUNGU, C.; REAVLEY, N.; PATTON, G. C.; JESSEE, C.; PLAUT, D.; MOSS, C.; BENNETT, C.; SAWYER, S. M.; SEBANY, M.; SEXTON, M.; OLENIK, C.; PETRONI, S. Positive youth development programs in low- and middle-income countries: a conceptual framework and systematic review of effectiveness. **Journal of Adolescent Health**, v. 65, n. 1, p. 15–31, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2019.01.024>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CESPEDES, J. G.; MINHOTO, M. A. P.; OLIVEIRA, S. C. P.; ROSA, A. S. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Avaliação e Políticas Públicas no Brasil**, v. 29, n. 113, p. 820–843, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Jbgmjrb7dTJKdFKGHvVPWNC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 dez. 2024.

CHACON, L. S.; MOREIRA, Y. S.; GONÇALVES, A. T. P.; LIMA, Í. V. N.; VITORINO, S. C. Avaliação da Qualidade do Serviço de Alimentação em uma Instituição de Ensino utilizando a Escala SERVQUAL. **Revista Ciências Administrativas**, v. 28, e12745, s.p., 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/362946228_Avaliacao_da_Qualidade_do_Servico_de_Alimentacao_em_uma_Instituicao_de_Ensino_utilizando_a_Escala_SERVQUAL. Acesso em: 23 mar 2025.

COIMBRA, C. L.; SILVA, L. B.; COSTA, N. C. D. Evasion in higher education: definitions and trajectories. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e228764, dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WRKk9JVNBnJJsnNyNkFfJQj/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025

CONFORTIN, S. C.; BARBOSA, A. R.; OLIVEIRA, B. R.; SILVA MAGALHÃES, E. I.; BRAGANÇA, M. L. B. M.; BRITTO E ALVES, M. T. S. S.; SILVA, A. A. M. The consumption of culinary preparations and ultra-processed food is associated with handgrip strength in teenagers. **Nutrition Journal**, v. 21, n. 1, p. 66, 2022. Disponível em: <https://nutritionj.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12937-022-00818-5>. Acesso em: 9 jun. 2025.

COIMBRA, C. L.; SILVA, L. B.; COSTA, N. C. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, v. 47, e247875, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WRKk9JVNBnJJsnNyNkFfJQj/?lang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2024.

CRUZ, R. M. F.; SOUSA, J. P.; SKRIVAN, A. G. Reflexos da mídia na formação de hábitos alimentares de crianças e adolescentes a nível global – uma revisão bibliográfica. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, e224101421797, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21797>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CRESWELL, J. W. CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 5. Ed. Porto Alegre: Penso, 2021. 233p.

DALLACOSTA, M.; RODRIGUES, R. M.; SCHÜTZ, G.; CONTERNO, S. Programa Saúde na Escola: desafios e possibilidades para promover a saúde na perspectiva da alimentação saudável. **Saúde em Debate**, v. 46, spe3, p. 244-260, nov. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/XStjVSCzJvFMLtLDsLzgtXz/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987. 246 p.

DAMIANI, G.; BRAGAZZI, N. L.; AKSUT, C. K.; WU, D.; ALICANDRO, G.; MCGONAGLE, D.; GUO, C.; DELLAVALLE, R.; GRADA, A.; WONG, P.; LA VECCHIA, C.; TAM, L. S.; COOPER, K. D.; NAGHAVI, M. The global, regional, and national burden of psoriasis: results and insights from the Global Burden of Disease 2019 Study. **Frontiers in Medicine (Lausanne)**, v. 8, n.743180, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34977058/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DEFESA CIVIL DO AMAZONAS. **Plano de Ação 2024 – Operação Estiagem**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.defesacivil.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/PLANO-DE->

ACAO-OPERACAO-ESTIAGEM-2024-FINAL.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

DEFESA CIVIL DO AMAZONAS. **Relatório técnico – Operação Estiagem 2023**. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.defesacivil.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/11/RELATORIO-ESTIAGEM-2023.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2025.

DEFESA CIVIL DO AMAZONAS. **Relatório técnico – Operação Estiagem 2024**. [S.l.], 2024. Disponível em: https://www.defesacivil.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/11/Relatorio-Tecnico_NOVEMBRO.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

DEUS, C.; SILVA, M. M. C. A atuação de nutricionistas no PNAE e seus efeitos sobre o desempenho escolar. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 53, n. 2, p. 411–455, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612023000200411&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

DIX, C. F.; BRENNAN, L.; McCAFFREY, T. A.; REID, M.; MOLENAAR, A.; BARKLAMB, A.; CHIN, S.; TRUBY, H. Communicating health to young adults using social media: how, where, and when?. **Nutrients**, v. 14, n. 14, p. 2967, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35889924/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

DJANNAH, S. N.; AINI, N.; PUTRI, K. I.; RACHMAN, A. R. Analysis of risky food consumption behavior among university students. **Int. J. Public Health Sci.**, v. 12, n. 4, p. 1413–1421, 2023. Disponível em: <http://doi.org/10.11591/ijphs.v12i4.23065>. Acesso em: 9 jun. 2025.

DOMINGUEZ-RISCART, J.; BUERO-FERNANDEZ, N.; GARCIA-ZARZUELA, A.; MORALES-PEREZ, C.; GARCIA-OJANGUREN, A.; LECHUGA-SANCHO, A. M. Adherence to Mediterranean diet is associated with better glycemic control in children with type 1 diabetes: a cross-sectional study. **Front. Nutr.**, v. 9, 2022. DOI: 10.3389/fnut.2022.841248. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35308270/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ELIAS, L. P.; PERIN, G.; SILVA, J. O.; VIDIGAL, L.; MARQUES, F. J. Construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos através das compras públicas de alimentos da agricultura familiar: uma revisão integrativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, e282963, 2025. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032025000100220&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

FISCHLER, C.; MASSON, E. **Comer: a alimentação de franceses, outros europeus e americanos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.

FIGUEROA-PINA, G. D.; CHAVEZ-SERVIN, J. L.; TORRE-CARBOT, K. de la; CAAMANO-PEREZ, M. C. del C.; LUCAS-DEECKE, G.; ROITMAN-GENOUD, P.; OJEDA-NAVARRO, L. R. Evaluation of the effect of a school garden as an educational didactic tool in vegetable and fruit consumption in teenagers. **Nutr. Res. Pract.**, v. 15, n. 2, p. 235, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350346289_Evaluation_of_the_effect_of_a_school_garden_as_an_educational_didactic_tool_in_vegetable_and_fruit_consumption_in_teenagers. Acesso em: 9 jun. 2025.

FOLKVORD, F.; NADERER, B.; COATES, A.; BOYLAND, E. Promoting fruit and vegetable

consumption for childhood obesity prevention. **Nutrients**, v. 14, n. 1, p. 157, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35011032/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FREEDMAN, D. A.; CLARK, J. K.; LOUNSBURY, D. W.; BOSWELL, L.; BURNS, M.; JACKSON, M. B.; MIKELBANK, K.; DONLEY, G.; WORLEY-BELL, Q.; MITCHELL, J.; CIESIELSKI, T. H.; EMBAYE, M.; LEE, E. K.; ROCHE, A.; GILL, I.; YAMOA, O. Food system dynamics structuring nutrition equity in racialized urban neighborhoods. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 115, n. 4, p. 1027–1038, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34792095/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FROELICH, M.; SOUZA, B. S. N.; ANDRADE, A. C. S.; RODRIGUES, P. R. M.; CUNHA, D. B.; MURARO, A. P. Adherence to school meals and co-occurrence of the healthy and unhealthy food markers among Brazilian adolescents. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1927–1936, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GTDFxh8PkJBhFrzWN7pnsYQ/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

FREITAS, A. C. L.; LIMA, I. O. S.; RIBEIRO, I. C. C.; ANHEZ, M. C. M.; SILVA, M. E. L. As influências na gastronomia do Amazonas. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 11, p. 19996–20018, 2023. ISSN 2447-0961. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2082>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. Análise relacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar: relevando dimensões institucionais dos processos locais de implementação. **Sociedade e Estado**, v. 35, n. 2, p. 525–552, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922020000200525&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

FULTZ, A. K.; SUNDERMEIR, S. M.; KATZ, S.; ROBSON, S. M. More frequent food shopping may promote fruit and vegetable intake: a systematic review. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, [S.l.], v. 53, n. 11, p. 957–965, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34452830/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

GARCÍA-GONZÁLEZ, Á.; ACHÓN, M.; CARRETERO KRUG, A.; VARELA-MOREIRAS, G.; ALONSO-APERTE, E. Food sustainability knowledge and attitudes in the Spanish adult population: a cross-sectional study. **Nutrients**, Basel, v. 12, n. 10, p. 3154, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33076442/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

GARCÍA, A. S. E.; MORENO, A. G. M.; CASTILLO, Z. R. The role of ghrelin and leptin in eating behavior: Genetic and molecular evidence. **Endocrinología, Diabetes y Nutrición**, v. 68, n. 9, p. 654–663, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34906346/>. Acesso em: 25 fev 2025.

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, C. A. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIRÓN-GAMBERO, J. R.; LUPIÓN-COBOS, T. Influencia de la publicidad en los argumentos de adolescentes sobre consumo alimentario. **Enseñanza de las Ciencias**, v. 40, n. 2, p. 167–192, 2022. Disponível em: <https://ensciencias.uab.cat/article/view/v40-n2-giron>

lupion. Acesso em: 9 jun. 2025.

GOMES, M. C.; LAZARETTI, L. R.; ASSIS, T.; BECKER, K. L.; BENDER FILHO, R. Impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na renda dos agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, [s. n.], [s. p.], 2025. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032025000100212&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

GOMES, E. L. V. da S.; SILVA, J. E. A. da; SILVA, R. R. da; OLIVEIRA, T. C. de; LANDIM, L. A. dos S. R. O impacto do desenvolvimento de transtornos alimentares em adolescentes: uma revisão. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 14, e92101421648, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/21648/19379>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GONÇALVES, M. S.; FIGUEIREDO, P. S. Determinantes de prazos de compras públicas por meio de pregão eletrônico. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, Bahia, v. 28, n. 00, e85792, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cgpc/a/rzRpJZYBP8C5s9yz8dXtQbL/>. Acesso em: 04 dez. 2024.

GÓRA, D. Unhealthy nutrition among teenagers in the city of Bielsko-Biała. **Pediatr. Med. Rodz.**, v. 18, n. 4, p. 371–375, 2022. Disponível em: <https://pimr.pl/index.php/issues/2022-vol-18-no-4/unhealthy-nutrition-among-teenagers-in-the-city-of-bielsko-biala>. Acesso em: 9 jun. 2025.

GUIMARÃES, P. S.; COSTA, G. S.; LOPES, A. F.; CHAMY, M. N. C. L.; SANTOS, V. L. C. G. Consumo alimentar da população urbana em um município da Amazônia Legal, nos eventos climáticos de inundação e seca: estudo comparativo. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 9, e00110223, out. 2024. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8709>. Acesso em: 9 jun. 2025.

GURGEL, A. M.; SANTOS, C. C. S. dos; ALVES, K. P. de S.; ARAUJO, J. M. de; LEAL, V. S. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Recife, v. 25, n. 12, p. 4946–4956, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fKJKgrTtT7rg6xGHdCQyC/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

GUSTAFSON, C. R. Evaluating the relative impact of multiple healthy food choice interventions on choice process variables and choices. **Appetite**, [S.l.], v. 187, p. 106596, 1 ago. 2023. Epub 9 mai. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.appet.2023.106596>. PMID: 37169259. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37169259/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

HAJIPOOR, M.; RAHBARINEJAD, P.; IRANKHAH, K.; SOBHANI, S. R. Comparing food consumption during the COVID-19 pandemic: analysis of household income and expenditure survey data in Iran. **Journal of Health, Population and Nutrition**, [S.l.], v. 42, n. 1, p. 43, 17 maio 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37198656/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

HELMYATI, S.; AMALIA, A. W.; SHOLIAH, H.; KURNIA, M.; KIASATY, S.; WIGATI, M.; ROHANA, A. J.; ISHAK, W. R. W.; HAMID, N. A.; MALIK, V.; HU, F. The pattern of carbohydrate intake among university students from Eastern Indonesia tends to be diverse.

Current Nutrition & Food Science, v. 17, n. 8, p. 867–875, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34659258/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

HENDLER, V. M.; RUIZ, E. N. F.; OLIVEIRA, L. D. Sociobiodiversidade na alimentação escolar: os desafios e as potencialidades de um campo em construção no município de Mostardas-RS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 3, e220289pt, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ftv83zj3pBKkgJrjwkymYjk/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

HENRIQUES, P.; ALVARENGA, C. R. T. de; FERREIRA, D. M.; DIAS, P. C.; SOARES, D. da S. B.; BARBOSA, R. M. S.; BURLANDY, L. Ambiente alimentar do entorno de escolas públicas e privadas: oportunidade ou desafio para alimentação saudável? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 8, p. 3135–3145, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nyx4MCYFPjZCnxqxXBvwhsG/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

INDUMATHI, S.; SHARMA, M.; SANGHI, D. Assessment of food safety knowledge among school-going adolescents: an interventional study. **Int. J. Child Health Nutr.**, v. 13, n. 4, 2024. Disponível em: <https://mail.lifescienceglobal.com/pms/index.php/ijchn/article/view/9911>. Acesso em: 9 jun. 2025.

IPOSITO, A. L. M.; COSTA, E. M.; GUIMARÃES, D. B.; IRFFI, G. D.; KHAN, A. S. Análise dos impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre a agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, e287992, 2025. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032025000100227&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

IFAM. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAM: 2019-2023**. Manaus: IFAM, 2019.

IFAM – CAMPUS MANAUS CENTRO. **Cartilha dos Serviços de Saúde e Cidadania – Coordenação Multiprofissional de Saúde**. Manaus: IFAM, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/diretorias/ensino/diretoria-de-ensino/arquivos/cms/cartilha-cms-ifam-cmc-v-07.pdf/@download/file/%5BCartilha-CMS%5D-ifam-cmc-v-07.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

JINDARATTANAPORN, N.; PHULKERD, S.; CHAMRATRITHIRONG, A.; SOOTTIPONG GRAY, R.; PATTARAVANICH, U.; LOYFAH, N.; THAPSUWAN, S.; THONGCHAROENCHUPONG, N. How an agreement with restriction of unhealthy food marketing and sodium taxation influenced high fat, salt or sugar (HFSS) food consumption. **BMC Public Health**, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 586, 2024. Disponível em: <https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-024-18069-w>. Acesso em: 9 jun. 2025.

KANG, M.; CHOI, S. Y.; JUNG, M. Dietary intake and nutritional status of Korean children and adolescents: a review of national survey data. **Clinical and Experimental Pediatrics**, Seul, v. 64, n. 9, p. 443–458, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33445834/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

KHALEK, S. A.; DEY, D.; CHAKRABORTY, A.; SAMANTA, T. From expectations to frustrations: dissecting negative experiences to understand negative word-of-mouth in online grocery services. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 84, n. 3, p. 104221, 2025.. Disponível em: <https://www.sciencedirect->

com.ez363.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0969698924005174?via%3Dihub
Acesso em: 26 mar. 2025.

KIM, S.; PARK, E.; FU, Y.; JIANG, F. The cognitive development of food taste perception in a food tourism destination: a gastrophysics approach. **Appetite**, [S.l.], v. 165, art. 105310, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.appet.2021.105310>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0195666321002178>. Acesso em: 9 jun. 2025.

KIRWAN, L. B. B.; WALTON, J.; FLYNN, A.; NUGENT, A. P. P.; KEARNEY, J.; HOLDEN, M. M.; McNULTY, B. A. A. Assessment of the environmental impact of food consumption in Ireland: informing a transition to sustainable diets. **Nutrients**, v. 15, n. 4, p. 981, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/15/4/981>. Acesso em: 9 jun. 2025.

KJÆRNES, U.; HARVEY, M.; WARDE, A. **Trust in food**: a comparative and institutional analysis. Dordrecht: Springer, 2007.

KROTH, D. C.; GEREMIA, D. S.; MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Chapecó-SC, v. 25, n. 10, p. 4065–4076, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7VCwpwHHvPb8KxQYdqBb35M/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

LEE, H.; KIM, Y. The influence of multicultural experience on attitudes towards new foods: the mediating role of food neophobia. **Appetite**, [S.l.], v. 180, art. 106345, 2024. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/4d059266-ed02-4f54-87b4-1bc305aff9bb-MECA.pdf?abstractid=4981811&mirid=1>. Acesso em: 9 jun. 2025.

LIMA, D. R. S.; DIOGO, S. S.; PEIXINHO, A. M. L.; CABRINI, D. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): marcos históricos, políticos e institucionais que influenciaram a política nos seus quase 70 anos de existência. **Revista de Alimentação e Cultura das Américas**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 20–44, 2023. Disponível em: <https://raca.fiocruz.br/index.php/raca/article/view/159>. Acesso em: 03 mar. 2025.

LIMA, M.; COELHO, B.; LUCIANO, T. F.; VIANA, V. M. Mídias sociais e a mudança no comportamento alimentar de adolescentes. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, Criciúma-SC, v. 16, n. 103, p. 771–789, 2022. Disponível em: <https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/2110>. Acesso em: 22 fev. 2025.

LIUSNEA, C. S. Considerations on young people's choices and behaviors in the postmodern society: fitness, nutrition and healthy lifestyle. **Postmodern Openings**, v. 12, n. 4, 2021. Disponível em: <https://lumenpublishing.com/journals/index.php/po/article/view/4538>. Acesso em: 9 jun. 2025.

LOPES JÚNIOR, E. C. de A.; MACEDO, A. de C.; BORSATTO, R. S.; SANTOS, L. de L. Desafios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar em pequenos municípios. **Retratos de Assentamentos**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 172–189, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329992815_Desafios_do_programa_nacional_de_alimentacao_escolar_PNAE_como_instrumento_de_fortalecimento_da_agricultura_familiar_e_m_pequenos_municipios. Acesso em: 31 mar. 2025.

LOUZADA, M. L. da C.; COSTA, C. dos S.; SOUZA, T. N.; CRUZ, G. L. da; LEVY, R. B.; MONTEIRO, C. A. Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, supl. 1, e00323020, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/57BygZjXKGrzqFTTSWPh8CC/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MACHADO, P. M. O.; SCHMITZ, B. A. S.; GONZÁLEZ-CHICA, D. A.; CORSO, A. C. T.; VASCONCELOS, F. A. G.; GABRIEL, C. G. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, Santa Catarina, v. 23, n. 12, p. 4153-4164, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QdL4Yswv459pkKsWdvMBqtt/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MARINOV, Dimitar B.; HRISTOVA, Darina N. Behavioral and nutritional assessment of teenagers from Varna. **Journal of IMAB**, v. 27, n. 1, p. 3549-3553, 2021. Disponível em: <https://www.journal-imab-bg.org/issues-2021/issue1/vol27issue1p3549-3553.html>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MARQUES, A. B. G. M.; TRICHES, R. M. Sustentabilidade na alimentação escolar: o papel dos atores sociais. **Revista Verde**, Pombal-PB, v. 17, n. 3, p. 193–200, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/255105>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MATAREZIO FILHO, E. T.; PEDROSA, H. C. Alimentação escolar e soberania alimentar dos Ticuna (Magüta): Mapana. **Revista de Antropologia**, v. 67, [s. n.], [s. p.], 2024. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012024000100504&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

MELGAÇO, M. B.; SILVA, L. F.; MATOS-DE-SOUZA, R. Hoje tem galinhada: o papel das merendeiras na promoção do direito humano à alimentação adequada. **Educação e Pesquisa**, v. 49, e260167, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022023000100682&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: An expanded sourcebook**. 2.ed. Thousand Oaks: Sage, 1994.

MONELIS, M. B.; SOUSA, L. P.; SILVA, A. P. O reflexo da pandemia da Covid-19 na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 2, e-6628362, 2024. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282024000200201&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

MONTEIRO, C. A.; MARTINEZ-STEELE, E.; BARALDI, L. G.; JAIME, P. C.; CANNON, G.; LEVY, R. B.; MOUBARAC, J. C.; LOUZADA, M. L. C.; RAUBER, F.; KHANDPUR, N.; CEDIEL, G.; NERI, D. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. **Public Health Nutrition**, v. 22, n. 5, p. 936–941, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002983513>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MONTERO, C. G.; GROSS, J. **Food consumption and power: nourishment and identity**. In: Oxford Research Encyclopedia of Anthropology. [S.l.]: Oxford University Press, 2023.

Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190854584.013.594>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MONTEIRO, R. C. A.; VERLY JÚNIOR, E. Evolução da disponibilidade domiciliar de alimentos regionais no Amazonas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 57, p. 69, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/tDf8CH5HyjTp3fRXgVPxHJx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MORAN, A. J.; HEADRICK, G.; PEREZ, C.; GREATSINGER, A.; TAILLIE, L. S.; ZATZ, L.; BLEICH, S. N.; RIMM, E. B.; KHANDPUR, N. Food marketing practices of major online grocery retailers in the United States, 2019–2020. **Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics**, [S.l.], v. 122, n. 12, p. 2295–2310.e2, 2022. Disponível em: https://sph.unc.edu/wp-content/uploads/sites/112/2015/07/Taillie-LS_CV_2025feb.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

MORALES CAMACHO, W. J.; OSMA ZAMBRANO, S. E.; MORALES CAMACHO, M. A.; HERRERA CONTRERAS, A. C.; RANGEL ACEVEDO, A.; DUARTE VALENCIA, E. J.; CAMARGO CARDENAS, A.; NOCUA ALARCÓN, L. X.; ARDILA MUNAR, L. C.; NOGUERA SANCHEZ, A. M.; MOLINA DIAZ, J. M. Nutritional status and high adherence to the Mediterranean diet in Colombian school children and teenagers during the COVID-19 pandemic according to sex. **Journal of Nutritional Science**, v. 10, e54, 2021. Disponível em: https://librarysearch.hud.ac.uk/discovery/fulldisplay?docid=cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_a0eac2f8d4f945319b6881f17bb60a73&context=PC&vid=44HUD_INST:HUD_VU1. Acesso em: 8 jun. 2025.

MORAN, A. J.; ROBERTO, C. A. A "food is medicine" approach to disease prevention: limitations and alternatives. **Journal of the American Medical Association**, [S.l.], v. 330, n. 23, p. 2243–2244, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38032668/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MUZENDA, T.; DAMBISYA, P. M.; KAMKUEMAH, M.; GAUSI, B.; BATTERSBY, J.; ONI, T. Mapping food and physical activity environments in low and middle income countries: a systematised review. **Health & Place**, v. 75, p. 102809, maio 2022. DOI:10.1016/j.healthplace.2022.102809. Disponível em: <https://www.repository.cam.ac.uk/items/504d33e6-90ce-4033-bc5d-6dcdbc286fe2>. Acesso em: 9 jun. 2025.

NERO, D. S. M.; GARCIA, R. P. M.; JUNIOR, A. A. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) a partir da sua gestão de descentralização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 118, p. 1–23, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/pfb3x4Dy3kCzLYHHFYCCB9d/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

NEVES, S. C.; RODRIGUES, L. M.; SÃO BENTO, P. A. S.; MINAYO, M. C. S. Os fatores de risco envolvidos na obesidade no adolescente: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 4871–4884, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YJBwJkN9H7Z8GbBKX5j7m8C/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

NIKITINA, I. L.; VTORNIKOVA, N. I.; KELMANSON, I. A. Clinical heterogeneity of sleep quality, emotional and behavioral characteristics, and eating habits in adolescents with obesity: A cluster analysis. **European Journal of Pediatrics**, v. 183, p. 1571–1574, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38177526/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

NORDIN-BATES, S. M.; LUNDSTROM, P.; MELIN, A. K.; SUNDGOT-BORGEN, J.; EDLUND, K. Preventing disordered eating in teenage ballet students: evaluation of DancExcellent, a combined CBT and nutrition education intervention. **Medical Problems of Performing Artists**, v. 38, n. 2, p. 71–79, jun. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37260214/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

NORRIS, S. A.; FRONGILLO, E. A.; BLACK, M. M.; DONG, Y.; FALL, C.; LAMPL, M.; LIESE, A. D.; NAGUIB, M.; PRENTICE, A.; ROCHAT, T.; STEPHENSEN, C. B.; TINAGO, C. B.; WARD, K. A.; WROTTESELEY, S. V.; PATTON, G. C. Nutrition in adolescent growth and development. **The Lancet**, v. 399, n. 10320, p. 172–184, 8 jan. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34856190/>. Acesso em 25 mar 2025.

NOSI, C.; D'AGOSTINO, A.; PRATESI, C. A.; BARBAROSSA, C. Evaluating a social marketing campaign on healthy nutrition and lifestyle among primary-school children: a mixed-method research design. **Evaluation and Program Planning**, v. 89, p. 101965, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34116390/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

OLIVEIRA, G. A. L.; MARTINS, K. A.; SUGAI, A.; MONEGO, E. T. Política pública de alimentação escolar brasileira: quais foram os caminhos trilhados? **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. e68361, 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/68361>. Acesso em: 8 jun. 2025.

PALAZZO, C. C.; MEIRELLES, C. S.; JAPUR, C. C.; DIEZ-GARCIA, R. W. Gosto, sabor e paladar na experiência alimentar: reflexões conceituais. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, art. e180078, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/stymC3Gn6Dj5FmzMHq9qvrf/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PARKER, K.; GOULD, L.; NAND, M.; RAWSTORN, J. C.; CONTARDO AYALA, A. M.; MADDISON, R.; TOFFOLETTI, K. Understanding Australian adolescent girls' use of digital technologies for healthy lifestyle purposes: a mixed-methods study. **BMC Public Health**, v. 22, n. 1, 2022. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-022-13869-4>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PEREIRA, T. N.; GOMES, F. S.; CARVALHO, C. M. P.; MARTINS, A. P. B.; DURAN, A. C. F. L.; HASSAN, B. K.; CRUZ, J. I.; MAIS, L. A.; FERRAZ, M. A.; MIALON, M.; JOHNS, P.; BANDEIRA, L. M. Medidas regulatórias de proteção da alimentação adequada e saudável no Brasil: uma análise de 20 anos. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, supl. 1, e00153120, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/y4DjrLsNRnNCKJLxw4zmWRs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2025.

PINEDA, A. M. R.; AMORIM, T. M. A. X.; VILLARREAL, V. I. H.; MENDIVIL, L. L. L.; OLIVEIRA, J. S.; CESSE, E. Â. P.; SOUZA, N. P.; LIRA, P. I. C. Da produção aos impactos na saúde e no ambiente: uma análise dos sistemas alimentares no Brasil, Colômbia e Panamá. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 1101–1112, abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023284.13382022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/KyntrkmPWk7bJ66rFjzS8WB/abstract/?lang=en>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PINTO, R. L.; SOUZA, B. S. N.; ANTUNES, A. B. S.; BENTHROLD, R. S.; SICHIERI, R.; CUNHA, D. B. Percepções de escolares e merendeiras sobre alimentação escolar: uma análise por grupos focais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34017, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/jXDS96BgHLs8bCFJ4Lfqqjr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2025.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação**. Tradução de Josiane Conte, Rosângela Pereira da Costa Proença e Carla Silva Rial. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

POMERANZ, J. L.; CASH, S. B.; MOZAFFARIAN, D. US policies that define foods for junk food taxes, 1991–2021. **The Milbank Quarterly**, [S.l.], v. 101, n. 2, p. 560–600, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37101340/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PORRUA, P.; KAZAMA, D. C. S.; GABRIEL, C. G.; ROCKENBACH, G.; CALVO, M. C. M.; MACHADO, P. O.; NEVES, J. D.; WEISS, R. Avaliação da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica do fomento da agricultura familiar. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 426–437, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2020000300426&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 199–224, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n15p199> researchgate.net+7periodicos.ufsc.br+7periodicos.ufsc.br+7. Acesso em: 9 jun. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUTRA, F. K. K.; PUTRA, M. K.; NOVIANTI, S. Taste of ASEAN: traditional food images from Southeast Asian countries. **Journal of Ethnic Foods**, [s. l.], v. 10, n. 1, art. 20, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://journalofethnicfoods.biomedcentral.com/articles/10.1186/s42779-023-00189-0>. Acesso em: 9 jun. 2025.

QUENTIN, A.; CHANDON, P.; HAWS, K. Healthy through presence or absence, nature or science?: a framework for understanding front-of-package food claims. **Journal of Public Policy & Marketing**, [S.l.], v. 38, n. 2, p. 172–191, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0743915618824332>. Acesso em: 9 jun. 2025.

QUINN, E. L.; ORTIZ, K.; TITZER, L.; HOUSTON-SHIMIZU, B.; JONES-SMITH, J. Healthy food environments in food pantries: lessons learned from a sodium reduction intervention. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [S.l.], v. 18, n. 24, p. 13206, 2021. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8701667/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

QUINZANI, S. S. P.; CAPOVILLA, V. M.; CORRÊA, A. A. A pluralidade gastronômica da região Amazônica: sabores acreanos, paraenses e do Alto Rio Negro. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 248–271, ago. 2016. ISSN 1807-975X. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/viewFile/645/708>. Acesso em: 9 jun. 2025.

RODRIGUES, A. X.; FERREIRA, M. A. M.; ARAÚJO, J. M.; SILVEIRA, S. F. R. Capacidades estatais municipais como condicionantes do desempenho das compras da agricultura familiar no âmbito do PNAE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, [s. p.], 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/sZF4VhcBZGBZ8F4d9k9dZbR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2025.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração**: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLIM, C. C.; ANDRADE, J. S. Dieta saudável na Amazônia com nutrientes e substâncias bioativas a partir dos frutos tropicais. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, e521111537494, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37494>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/37494/31102>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia da pesquisa**. 5. Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SATIA, J. A.; GALVAN, F. H. The impact that cultural food security has on identity and well-being among second-generation U.S. Americans. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, v. 53, n. 1, p. 12–19, 2021. DOI: [10.1007/s12571-020-01140-w](https://doi.org/10.1007/s12571-020-01140-w). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01140-w>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SHAMS, L.; SHAFIEI, F.; SADREMOMTAZ, Z. The social and environmental factors impacting the motivation of adolescents for weight control, why and how? A qualitative study. **BMC Nutrition**, v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: <https://bmcnutr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40795-024-00822-4>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SILVA, B. V.; PIRES, J. T.; OLIVEIRA, K. C. Cadeia de suprimentos: consequências da vazante dos rios da região Norte nas empresas do Pólo Industrial de Manaus. **Revista Foco**, Curitiba, v. 16, n. 12, p. 1–14, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3907>. Acesso em: 8 jun. 2025. Recebido em: 10 nov. 2023. Aceito em: 13 dez. 2023.

SILVA, C. L.; MUNIZ, D. M. Controle social no Programa Nacional de Alimentação Escolar: limites e potencialidades da atuação dos conselhos no Paraná. **Interações** (Campo Grande), v. 23, n. 2, p. 473–488, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122022000200473&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

SILVA, E. P.; ALMEIDA, R. T. Alimentação escolar no Brasil: avanços e desafios do PNAE. **Revista Brasileira de Saúde Pública**, v. 54, n. 1, p. 105–121, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/pfb3x4Dy3kCzLYHHFYCCB9d/>. Acesso em: 22 fev 2025.

SILVA, J. A.; OLIVEIRA, T.; RIBEIRO, I.; FERNANDES, M. S. S.; SANTOS, G. Adequação dos cardápios escolares e critério do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 23, e20220131, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/yshcbYTHszgKkYPPFB4mFsy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SILVA, V. A. da; LEME, A. C. B.; MELLO, A. V. de; BERTONI, L. A.; FISBERG, R. M. Eating locations and occasions by energy and nutrients food sources among adolescents and young adults. **Revista de Nutrição**, v. 37, e230053, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/GFCxtrLcQrJML3yn5fDrXHP/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SIMONINO, C. T.; SANTOS, L. F.; CEZAR, L. C. Aquisições da agricultura familiar via Programa Nacional de Alimentação Escolar: avaliação dos efeitos econômicos para os municípios mineiros. **Interações** (Campo Grande), v. 25, n. 2, [s. p.], 2024. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122024000200304&lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2025.

SOARES, P.; MARTINELLI, S. S.; FABRI, R. K.; VEIROS, M. B.; DAVÓ-BLANES, M. C.; CAVALLI, S. B. Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de sistemas alimentares locais, saudáveis e sustentáveis: uma avaliação da execução financeira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4189–4197, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SgQGHVyr9gFLCyjbcxcBtH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Departamento de Nutrologia**. Obesidade na infância e adolescência – manual de orientação. 3. ed. São Paulo: SBP, 2019. 236 p. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Manual_de_Obesidade_-_3a_Ed_web_compressed.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

TROVATO, C. M.; CAPRIATI, T.; BOLASCO, G.; CAMPANA, C.; PAPA, V.; MAZZOLI, B.; ZANNA, V.; MARCHILI, M. R.; BASSO, M. S.; MAGGIORE, G.; DIAMANTI, A. Five-year inpatient management of teenagers with anorexia nervosa: focus on nutritional issues. **Journal of Pediatric Gastroenterology and Nutrition**, v. 74, n. 5, p. 674–680, maio 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1097/MPG.0000000000003410>. Acesso em: 8 jun. 2025.

VALE, D.; LYRA, C. O.; SANTOS, T. T.; SOUZA, C. V. S.; RONCALLI, A. G. Adesão à alimentação escolar por adolescentes brasileiros: determinantes individuais e do contexto escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Natal, v. 26, n. 2, p. 637–650, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qfWRjSw8qjkTpWzMn93Tykk>. Acesso em: 31 mar. 2025.

VASCONCELOS, J. C.; LIMA, P. V. P. S.; ROCHA, L. A.; KHAN, A. S. Infraestrutura escolar e investimentos públicos em educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 874–898, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/w9HwRXMQ3FVZ9fzJJKBgLLt/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

VEECK, A.; LEINGPIBUL, T.; XIE, H.; VEECK, G. The role of personal factors in attitudes toward the adoption of new consumption behaviors in developing food systems. **Appetite**, [S.l.], v. 149, p. 104614, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32017963/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

VERLY-JUNIOR, E.; OLIVEIRA, D. C. R. S.; PINTO, R. L.; MARQUES, E. S.; CUNHA, D. B.; SARTI, F. M. Viabilidade no atendimento às normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua relação com custo dos cardápios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 749–756, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GZcYXgMFZZMMPx54ZYSYgkb/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

VERTHEIN, U. P.; AMPARO-SANTOS, L. A. A noção de cultura alimentar em ações de educação alimentar e nutricional em escolas brasileiras: uma análise crítica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 3, p. 4849–4858, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QT7HPp8hdNyQ7hXfpTFYmxB/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

VILELA, K. F.; FREITAS, A. F.; BRAGA, G. B.; BARBOSA, R. A.; VIEIRA, J. P. L. O Programa Nacional de Alimentação Escolar no Instituto Federal Baiano: uma abordagem relacional do processo de implementação. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Minas Gerais, v. 60, spe., e245586, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/g5CYFVKXRHCCWSNgpJkQMsv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

WALSH, N. M.; FLYNN, A.; WALTON, J.; KEHOE, L. Optimal growth and development: are teenagers getting enough micronutrients from their diet?. **Proceedings of the Nutrition Society**, v. 83, n. 4, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38433580/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

WARDE, A. Everyday eating: food, taste and trends in Britain since the 1950s. **Bristol: Bristol University Press**, 2024. Disponível em: <https://academic.oup.com/policy-press-scholarship-online/book/59076>. Acesso em: 9 jun. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Child and adolescent health and development: progress report 2009: highlights. **Geneva: World Health Organization**, 2010. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/44314>. Acesso em: 8 jun. 2025.

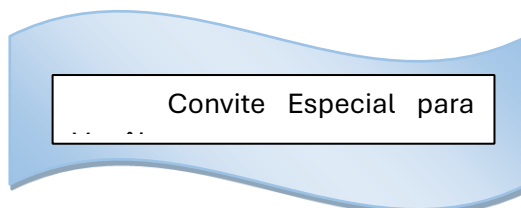
YAQOOB, N.; JAIN, V.; ATIQ, Z.; SHARMA, P.; RAMOS-MEZA, C. S.; SHABBIR, M. S.; TABASH, M. I. The relationship between staple food crops consumption and its impact on total factor productivity: does green economy matter? **Environmental Science and Pollution Research International**, [S.l.], v. 29, n. 46, p. 69213–69222, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35953744/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ZHANG, Q.; PATEL, P. T.; NEUPANE, B.; LOWERY, C. M.; ALKHALIFAH, F.; MAHDAVI, F.; SARINO, E. M. Consumption of the food groups with the revised benefits in the new WIC food package: a scoping review. **Nutrients**, Basel, v. 17, n. 5, p. 856, 28 fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/nu17050856>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/17/5/856>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ZHU, Y.; LIU, J.; LIU, Y. Understanding the relationship between umami taste sensitivity and genetics, food-related behavior, and nutrition. **Current Opinion in Food Science**, v. 50, p. 100980, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366373113_Understanding_the_relationship_between_umami_taste_sensitivity_and_genetics_food-related_behavior_and_nutrition. Acesso em: 9 jun. 2025.

ZISO, D.; CHUN, O. K.; PUGLISI, M. J. Increasing access to healthy foods through improving food environment: a review of mixed methods intervention studies with residents of low-income communities. **Nutrients**, Basileia, v. 14, n. 11, p. 2278, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35684077/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ANEXO B

ANEXO I - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado(a) para participar de um estudo que tem o seguinte nome: ENTRE GOSTOS E SABERES: O OLHAR ADOLESCENTE SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Com este documento você fica sabendo de tudo que vai acontecer nesse estudo, e se tiver qualquer dúvida é só perguntar para o pesquisador ou seu responsável.

Por que esta pesquisa é importante?

Sua participação é importante e você pode escolher participar ou não. Iremos conversar com seus responsáveis, pois é importante termos a autorização deles também.

Antes de você decidir participar do estudo, é importante saber por que esta pesquisa está sendo realizada e como será a sua participação.

Você pode em qualquer momento dizer que não quer mais fazer parte do estudo, mesmo que tenha assinado este documento. Você não será prejudicado (a) de forma alguma, mesmo que não queira participar. Você, seus responsáveis ou sua família não precisam pagar nada para sua participação no estudo.

Este estudo está sendo feito para **para** elaborar uma proposta de política interna de alimentação escolar para o IFAM, com centralidade no estudante. **Porque** compreender a opinião dos alunos é fundamental para propor melhorias no serviço, aumentar a adesão às refeições oferecidas e fortalecer a efetividade de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



Quem pode participar?

Estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Centro, com idades entre 15 e 19 anos, que utilizam ou já utilizaram o serviço de alimentação escolar oferecido pela instituição.



Como será a pesquisa?

Os alunos serão convidados a participar de uma conversa (entrevista) para discutir com mais detalhes suas opiniões, experiências e sugestões sobre as refeições oferecidas na escola.



Se você participar, o que pode acontecer? Quais são os riscos?

Ao participar da pesquisa, você poderá compartilhar sua opinião sobre o serviço de alimentação escolar e ajudar na construção de melhorias. Embora não sejam esperados riscos graves, é possível que você sinta algum desconforto, ansiedade ou constrangimento ao responder às perguntas ou ao conversar sobre sua experiência. Caso isso aconteça, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem precisar justificar e sem nenhum prejuízo para você.

Como esses riscos serão cuidados?

Todas as suas informações serão mantidas em sigilo. Seu nome não será divulgado em nenhuma etapa da pesquisa, e os dados coletados serão usados apenas para fins acadêmicos. Somente o pesquisador e a equipe de pesquisa terão acesso às suas respostas, que serão armazenadas com segurança. Se durante a participação você se sentir desconfortável, constrangido ou quiser parar por qualquer motivo, poderá se retirar a qualquer momento, sem precisar se explicar e sem sofrer qualquer prejuízo.

Por que sua participação é importante e pode ser boa para você?

Participando desta pesquisa, você terá a oportunidade de expressar sua opinião sobre a

alimentação escolar e sugerir melhorias que podem beneficiar diretamente sua rotina na escola. Além disso, você estará contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais justas e adequadas às necessidades dos estudantes. Indiretamente, sua participação ajuda a aprimorar o conhecimento sobre alimentação escolar e políticas públicas, beneficiando outros alunos e fortalecendo a qualidade da educação. Se quiser, você poderá acompanhar os resultados durante e ao final da pesquisa.

Você gostaria de participar deste estudo?
Faça um x na sua escolha.



Sim, quero participar ()



Não quero participar ()

Se você marcou sim, por favor assine aqui:

Declaração do participante

Eu, _____, aceito participar da pesquisa. Entendi as informações importantes da pesquisa, sei que não tem problema se eu desistir de participar a qualquer momento. Concordo com a divulgação dos dados obtidos neste estudo e a autorizo, desde que mantida em sigilo a minha identidade. Os pesquisadores conversaram comigo e tiraram as minhas dúvidas.

Assinatura: _____

data: _____

Acesso à informação

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com Joyce Mirella Araújo Rebouças, pesquisador responsável, nos telefones (92) 3621-6700 , celular (92) 98100-4818, endereço Av. 7 de Setembro, 1975, Centro e e-mail joyce.mirella@ifam.edu.br. Este estudo foi analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situado na BR 465, Km7, CEP 23.897-000, Seropédica, Rio de Janeiro/RJ, sala CEP/PROPPG/UFRRJ localizada na Biblioteca Central, telefones (21) 2681-4749, e-mail eticacep@ufrj.br, com atendimento de segunda a sexta, das 08:00 às 17:00h por telefone e presencialmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive o assentimento do menor de idade para a participar deste estudo e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: JOYCE MIRELLA ARAÚJO REBOUÇAS

Assinatura: _____
Local/data: _____
Nome do assistente de pesquisa/testemunha: _____
Assinatura: _____
Local/data: _____

Presenciei a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.

Nome: _____; Assinatura: _____

**Este termo foi elaborado a partir do modelo de TALE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.*

ANEXO II- MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada “ENTRE GOSTOS E SABERES: O OLHAR ADOLESCENTE SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR”. O objetivo desta pesquisa é elaborar uma proposta de política interna de alimentação escolar para o IFAM, com centralidade no estudante. Porque compreender a opinião dos alunos é fundamental para propor melhorias no serviço, aumentar a adesão às refeições oferecidas e fortalecer a efetividade de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O (a) pesquisador(a) responsável por esta pesquisa é Joyce Mirella Araújo Rebouças, ele é Mestranda Nutricionista,, *Técnico Administrativo*), do/a *Instituto Federal do Amazonas*.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a).

As informações serão obtidas da seguinte forma: A pesquisa será realizada em duas etapas. Primeiro, os estudantes responderão a um questionário eletrônico com perguntas objetivas e abertas sobre o serviço de alimentação escolar. Em seguida, alguns alunos serão convidados a participar de uma conversa em grupo (grupo focal) para discutir com mais detalhes suas opiniões, experiências e sugestões sobre as refeições oferecidas na escola.

A sua participação envolve os seguintes riscos previsíveis: Ao participar da pesquisa, você poderá compartilhar sua opinião sobre o serviço de alimentação escolar e ajudar na construção de melhorias. Embora não sejam esperados riscos graves, é possível que você sinta algum desconforto, ansiedade ou constrangimento ao responder às perguntas ou ao conversar sobre sua experiência. Caso isso aconteça, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem precisar justificar e sem nenhum prejuízo para você.

A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor o desenvolvimento de estratégias mais justas e adequadas às necessidades dos estudantes. Indiretamente, sua participação ajuda a aprimorar o conhecimento sobre alimentação escolar e políticas públicas, beneficiando outros alunos e fortalecendo a qualidade da educação. Se quiser, você poderá acompanhar os resultados durante e ao final da pesquisa.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa no mural do refeitório e no gabinete médico odontológico.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o(a) pesquisador(a) através do(s) telefone(s) (92) 98100-4818 ou (92) 3621-6700, pelo e-mail joyce.mirella@ifam.edu.br, e endereço profissional/institucional Av. 7 de Setembro, 1975, Centro, Manaus-AM.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE _____ (inserir o número do CAAE, disponibilizado a partir da aprovação do projeto pelo CEP). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante²

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: _____
Assinatura: _____ local _____ e
data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: _____
Assinatura: _____
Local/data: _____
Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____
Assinatura: _____
Local/data: _____

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.

Nome: _____ Assinatura: _____

ANEXO III - MODELO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM OU VOZ DO MENOR

PARTICIPANTE DA PESQUISA

Termo de autorização para uso de imagem e(ou) voz do(a) menor participante da pesquisa

Como responsável legal, para fins de direito, autorizo o uso da imagem e/ou voz do(a) menor pelo pesquisador(a) responsável Joyce Mirella Araújo Rebouças, associada ao projeto intitulado ENTRE GOSTOS E SABERES: O OLHAR ADOLESCENTE SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Estou ciente que as imagens e/ou voz poderão ser utilizadas de forma parcial ou total em diferentes meios de publicação e divulgação, tais como em eventos científicos diversos, apresentações audiovisuais, publicações em sites, redes sociais e divulgações comerciais ou não, em exposições e festivais com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens e áudios resultante da pesquisa, e na Internet e em outras mídias futuras, desde que não se descaracterize seu vínculo com o projeto de pesquisa/extensão.

Por ser esta a expressão de minha autorização, nada terei a reclamar a título de direitos associados a imagem e/ou voz do(a) menor participante da pesquisa.

Nome do (a) menor: _____ Idade: _____

Nome do (a) responsável: _____

Assinatura do(a) responsável: _____

Telefone para contato: () _____

_____, _____ de _____ de 20____

ANEXO IV - TERMO DE ANUÊNCIA DA PESQUISA

Instituto Federal do Amazonas
Campus Manaus Centro

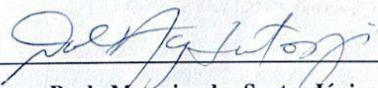
**TERMO DE ANUÊNCIA
INSTITUCIONAL - TAI**

Eu, **Paulo Marreiro dos Santos Júnior**, na condição de **Diretor Geral**, responsável pelo Campus Manaus Centro - IFAM manifesto a ciência, concordância e disponibilidade dos meios necessários para a realização e desenvolvimento da pesquisa intitulada **"ENTRE GOSTOS E SABERES: O OLHAR ADOLESCENTE SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR"** na nossa instituição. A instituição assume o compromisso de apoiar a pesquisa que será desenvolvida por Joyce Mirella Araújo Rebouças, sob a orientação do(a) Profa Dra Flávia Luzia Oliveira da Cunha Galindo, Professora Doutora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PPGE, tendo ciência que a pesquisa objetiva analisar como estratégias de marketing social podem contribuir para a melhoria da aceitação, percepção e engajamento dos adolescentes com o serviço de alimentação escolar em uma instituição federal de ensino.

A instituição assume o compromisso de que a coleta dos dados estará condicionada à apresentação do Parecer de Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, junto ao Sistema CEP/Conep.

Atenciosamente,

Manaus, 17 de junho de 2025.



Paulo Marreiro dos Santos Júnior
Diretor Geral – IFAM Campus Manaus Centro

Paulo Marreiro dos Santos Júnior
Diretor Geral Substituto
IFAM - CMC
Portaria Nº 062 - GR/IFAM, 10.01.2025
DOU de 14.01.2025, Seção 7

ANEXO V - SUBMISSÃO AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENTRE GOSTOS E SABERES: O OLHAR ADOLESCENTE SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Pesquisador Responsável: Joyce Mirella Araújo Rebouças

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 89893225.0.0000.8119

Submetido em: 19/06/2025

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Situação da Versão do Projeto: Aprovado

Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_2585433

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1

Projeto Original (PO) - Versão 1

Documentos do Projeto

Comprovante de Recepção - Submissão 1

Cronograma - Submissão 1

Declaração de Instituição e Infraestrutura

Folha de Rosto - Submissão 1

Informações Básicas do Projeto - Submissão 1

Orçamento - Submissão 1

Outros - Submissão 1

Projeto Detalhado / Brochura Investigação

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa

Apreciação 1 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO							
Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
PO	Joyce Mirella Araújo Rebouças	1	19/06/2025	11/07/2025	Aprovado	Não	

ANEXO VI - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro da Entrevista – Alimentação Escolar no IFAM CMC

Nome	do(a)	entrevistado(a):	
Turma/Série:	_____	Idade:	Data:
____/____/____		_____	_____
Turno:	Entrevistador(a):		
Sexo:	Data	de	nascimento:
_____	_____	_____	_____

BLOCO 1 – Abertura e Contextualização

1. Agradecimento e explicação sobre a pesquisa e o anonimato das respostas.
2. Fale um pouco sobre sua rotina no campus. Você sempre quis estudar aqui? Gosta de estudar aqui? Costuma estudar em quais turnos? Costuma almoçar ou lanche na escola?
3. Falar sobre o PNAE. Você já ouviu falar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)? O que entende que é esse programa?
4. Você já recebeu alimentação escolar gratuita em outras escolas que estudou? Consegue lembrar como era? Se igual ou diferente do IFAM?
5. As escolas federais de ensino se utilizam normalmente de serviço terceirizado de alimentação. Você sabe quem organiza as refeições aqui no Campus? Me fale um pouco de como acha que funciona a oferta de alimentação escolar aqui no campus.
6. O PNAE garante a alimentação escolar através de uma lei. Como se sente ao saber que é um direito garantido por lei? Você se considera participante do programa de alimentação escolar? O que significa para você ‘fazer parte’ desse programa?

BLOCO 2 – Percepções sobre a Alimentação Escolar e o PNAE

1. Você costuma comer a alimentação oferecida pela escola?
2. Quantos dias por semana costuma se alimentar aqui?
3. Qual a refeição que mais consome? Porque?
4. Qual a refeição que menos consome? Porque?
5. O que te motiva a comer (ou não comer) a refeição da escola?
6. Nos dias em que você não consome a alimentação escolar, qual é o principal motivo? (Ex.: falta de tempo, não gosta do cardápio, traz lanche, fila, vergonha etc.)
7. De uma forma geral, você gosta da alimentação oferecida na escola?
 Se Sim — *Por que você gosta?* (Explorar pontos positivos e preparações preferidas).
 Se Não gosto de algumas — *Quais são as refeições que você não gosta? Por quê?*
 Se Não gosto de nenhuma — *Por que não gosta de nenhuma?*
8. Você acha a quantidade de alimento servido suficiente? Poderia me falar o que considera

insuficiente e o motivo.

9. Você consome as frutas ofertadas diariamente no refeitório? Qual mais gosta? Se não consome, qual o motivo?
 10. Você gosta de ter frutas e verduras disponíveis diariamente no refeitório? Porque? Tem o hábito de consumir em casa diariamente?
 11. O que você acha da aparência das refeições? Pode me descrever?
 12. Acha que a sua rotina escolar influencia na sua alimentação? Já deixou de se alimentar porque não teve tempo no horário das aulas?
 13. Você percebe se há influência dos colegas ou do grupo nessa decisão?
 14. O que poderia te incentivar a consumir mais vezes a refeição escolar?
 15. Como você descreveria o sabor, a aparência e a temperatura da comida?
 16. Tem algum prato preferido oferecido na escola? Por quê?
 17. Tem algum prato que você evita ou não come? Por quê?
- Como é o ambiente onde as refeições são servidas? É confortável, limpo, organizado? Há fila, demora, ou falta tempo para comer?
18. O que acha dos talheres, copos e pratos utilizados? Há algo que poderia melhorar no modo como a refeição é servida?

BLOCO 3 – Críticas, Sugestões e Engajamento

19. Você sente que os estudantes têm espaço para opinar sobre o cardápio?
20. Já deu alguma sugestão formal para melhoria da alimentação? Ou já fez alguma reclamação formal?
21. Como você acha que a escola poderia ouvir mais os alunos?
22. Se pudesse mudar alguma coisa na alimentação escolar, o que mudaria primeiro? Que tipo de cardápio gostaria de ver com mais frequência?
23. Acredita que o PNAE cumpre bem o seu papel no campus?
24. Teria alguma experiência ou fato importante positivo e/ou negativo que já vivenciou no refeitório?

BLOCO 4 – Fatores Socioculturais e Práticas Alimentares

25. Você acha que a alimentação da escola é diferente daquela de casa? Em que sentido?
26. Quem costuma preparar as refeições na sua casa?
27. Qual a sua refeição preferida em casa? Porquê?
28. Em casa, você costuma fazer as refeições junto com sua família? Em quais momentos (café, almoço, jantar)? O que acha dessa rotina?
29. Existem pratos regionais que você gostaria de ver no cardápio da escola? Quais e porque?
30. Algum prato ou alimento especial faz parte da sua rotina familiar ou de festas e de algumas tradições locais que goste?
31. Você acha importante que a alimentação escolar valorize a cultura alimentar amazônica? Por quê?
32. De que forma a comida da escola poderia ensinar mais sobre nossa cultura regional?
33. Com que frequência você costuma comer fora de casa (rua, lanchonete, fast food, delivery)? Que tipo de alimento costuma escolher?
34. Que tipo de comida você mais gosta de comer fora da escola?
35. Você costuma comprar algo na cantina ou trazer lanche de casa? O que te leva a fazer essa escolha?
36. Gosta dos alimentos vendidos na cantina? Gostaria de dar alguma sugestão de melhoria?
37. Você consome ou já consumiu bebida alcoólica?

BLOCO 5 – Fechamento e Reflexão Final

- 38. Se pudesse mandar uma mensagem para a equipe de alimentação escolar, o que diria?
- 39. Como acha que uma alimentação escolar de qualidade pode contribuir para a vida dos alunos?

BLOCO 6 – Questionário Socioeconômico

- 40. Com quem você mora atualmente? (Ex.: mãe, pai, irmãos, avós, outros)
- 41. Quantas pessoas contando com você moram na sua casa?
- 42. Você tem celular? Tem computador? Tem acesso a internet na sua casa?
- 43. Quem contribui com a renda da casa? Você trabalha ou ajuda financeiramente?
- 44. Você é beneficiário do socioassistencial do campus? Se sim, recebe qual benefício?
- 45. Você recebe Bolsa família?

Considerações finais:

Você gostaria de acrescentar alguma informação importante que não pontuamos, mas que você considera importante falar nesse momento?

Observações gerais do entrevistador: _____